

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Mercado Informal de Medicamentos em São Tomé e Príncipe

Vânia do Carmo Marques Tira-Picos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Maria do Céu de Madureira, Professora Associada Convidada,
Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz

Co-orientador:

Doutor Ulrich Schiefer, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2011

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, o meu muito obrigada à Professora Doutora Maria do Céu de Madureira por aceitar orientar esta minha tese, e por me ter proporcionado as condições necessárias à sua realização, permitindo assim a concretização deste meu sonho. Só com o óptimo enquadramento que me fez no meio em estudo, com todos os contactos efectuados e toda a logística fornecida, foi possível desenvolver este trabalho. O meu bem-haja também aos seus ensinamentos e a todo o seu apoio, dedicação, incentivo e por ter contribuído em grande medida para o meu bem-estar durante a minha permanência em São Tomé e Príncipe. Por tudo, o meu eterno agradecimento.

Ao Professor Doutor Ulrich Schiefer pelos seus conselhos e por me ter incentivado a iniciar este estudo. Sem o seu estímulo, nunca me teria proposto à realização deste trabalho, que muito me alegra chegar a bom termo.

A *Sum Pontes* por toda a sua sabedoria e vigor demonstrados do alto dos seus 84 anos, pela sua total disponibilidade e alegria com que nos acompanhou pelos “Circuitos de Medicina Tradicional”. A sua presença foi revigorante e inspiradora.

Ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe, por ter autorizado a realização deste trabalho, e a todos os representantes das entidades públicas contactados na ilha de São Tomé e na ilha do Príncipe, pela sua prestável colaboração.

A todos os terapeutas tradicionais entrevistados, o meu muito obrigada por partilharem a sua enorme sabedoria. Sem vós este trabalho não teria sido possível.

Aos meus amigos, por acreditarem que vou conseguir...

À minha família e ao Nufa, por me acompanharem mesmo quando não estamos juntos.

Aos meus pais, muito obrigada para todo o sempre...

RESUMO

Segundo a Organização Mundial de Saúde o Mercado Informal de Medicamentos tem crescido vertiginosamente nas últimas décadas, apresentando características muito diferentes quando se trata de regiões industrializadas e desenvolvidas (Estados Unidos, Europa) ou de regiões em vias de desenvolvimento (África, Ásia). Em África, e mais concretamente na República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP), esta realidade poderá atingir proporções muito dramáticas, uma vez que os medicamentos comercializados neste mercado informal (medicamentos ilegais ou contrafeitos), são habitualmente medicamentos essenciais, não existindo aparentemente mecanismos eficazes de controlo e inspecção. Por outro lado, em STP a Medicina Tradicional é uma prática ainda muito utilizada pela população para a satisfação das suas necessidades de cuidados primários de saúde, não estando os terapeutas tradicionais nem os remédios tradicionais por eles preparados e administrados, legalmente inseridos ou controlados através do Sistema Nacional de Saúde.

Com este trabalho pretendemos estudar o mercado informal de medicamentos convencionais, averiguando que medicamentos são comercializados, o seu estado de conservação, proveniência, preços e qualidade em termos de credibilidade da origem e garantias da qualidade. Simultaneamente, realizámos um estudo equivalente ao nível dos medicamentos utilizados na Medicina Tradicional, nomeadamente sobre as plantas medicinais e seus preparados disponíveis, fins terapêuticos, preços, proveniência, credibilidade, e eventual existência às alternativas terapêuticas convencionais. Neste sentido foram conduzidas várias entrevistas e estudos de caso, com a colaboração e autorização do Ministério da Saúde de STP, de forma a obter o máximo de dados possível face aos objectivos traçados.

Assim, com a presente investigação procuramos dar o nosso contributo no sentido de fazer chegar às entidades oficiais informações fidedignas e actuais sobre esta temática, analisando *in loco* a realidade nacional, identificando e caracterizando os diferentes níveis de análise, os vários intervenientes, e as respectivas relações de interdependência, e procurando comprovar quer a sua relevância económica, social e cultural, quer as suas consequências ou potenciais riscos para a saúde pública do país em estudo.

Palavras-Chave: Mercado Informal; Medicamentos; Contrafacção; Medicina Tradicional; Terapeutas Tradicionais; São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT

According to the World Health Organization, the Informal Market of Medicines has grown deeply in the last decades, presenting different characteristics in the richer and industrialized regions (United States and Europe) or in undeveloped regions (Africa, Asia). In Africa and concretely in the Democratic Republic of São Tomé e Príncipe (STP), this reality can get very dramatic proportions, since the medicines commercialized in the informal market (illegal or counterfeit medicines) are usually essential medicines, and since apparently no control and inspection mechanisms exists. On the other hand, Traditional Medicine is still a very common practice among the population for their needs satisfaction in primary health care. Either the traditional healers, neither the medicines prepared and administered by them are legally integrated or controlled by the National Health System.

With this work, we wanted to study the informal market of conventional medicines, by ascertaining which medicines are commercialized, its conservation state, provenance, prices and quality in terms of credibility and quality assurance. At the same time we made a similar study of the medicines used in Traditional Medicine, namely about the medicinal plants and their available preparations, therapeutic goals, prices, provenance, credibility, regarding its alternatives in the conventional medicine.

In this sense, interviews and study cases were conducted with the collaboration and authorization of the Health Ministry of STP, in order to obtain as much data towards the outlined objectives.

With the present investigation we are also looking to offer our contribution to the official entities by presenting them reliable and current information about this theme. This is achieved through an *in loco* analysis of the national reality by identification and characterization of the different analysis levels, the different actors and their respective relationships, and seeking to prove its economic, social and cultural relevance or its consequences and potential risks for the public health of STP.

Keywords: Informal market; Medicines; Counterfeiting; Traditional Medicine; Traditional Healers; São Tomé and Príncipe.

ÍNDICE

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
1.1. Breve Justificação e Apresentação do Tema	1
1.2. Objectivos	1
1.3. Enquadramento do Estudo	3
1.3.1. Caracterização do Local do Estudo.....	3
1.3.2. Medicina Convencional.....	5
1.3.3. Medicina Tradicional.....	10
CAPÍTULO II. CIRCUITOS DO MEDICAMENTO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE: ESTUDOS DE CASO	13
2.1. Delineamento do Estudo	13
2.1.1. Objectivos.....	13
2.1.2. Métodos, Amostras, Análise de Dados.....	13
2.2. Estudo de Casos	16
2.2.1. Medicina Convencional.....	16
2.2.1.1. Mercado Formal.....	16
2.2.1.1.1. Departamento de Farmácia do Ministério da Saúde da RDSTP.....	17
2.2.1.1.2. Farmácia do Hospital Central Ayres de Menezes.....	18
2.2.1.1.3. Fundo Nacional de Medicamentos.....	20
2.2.1.1.4. Posto de Venda ao Público do FNM.....	22
2.2.1.1.5. Centro de Saúde de Água Grande.....	23
2.2.1.1.6. Farmácia do Hospital do Príncipe.....	25
2.2.1.1.7. Posto de Saúde Praia Inhame (Picão) – Ilha do Príncipe.....	25
2.2.1.1.8. Farmácias Privadas.....	27
2.2.1.2. Mercado Informal.....	28
2.2.1.2.1. Ilha de São Tomé.....	30

2.2.1.2.2. Ilha do Príncipe.....	39
2.2.2. Medicina Tradicional e Terapeutas Tradicionais de STP.....	43
2.2.2.1. Ilha de São Tomé.....	43
2.2.2.1.1. Distrito de Água Grande.....	43
2.2.2.1.2. Distrito de Mé-Zóchi.....	72
2.2.2.2. Ilha do Príncipe.....	76
2.2.2.2.1. Distrito de Pagué.....	76
CAPÍTULO III - Análise de Resultados	85
3.1. Medicina Convencional – Mercado Formal e Informal de Medicamentos.....	85
3.1.1. Análise do Mercado Formal.....	85
3.1.2. Características do Mercado Informal.....	86
3.1.3. Análise de Preços.....	92
3.2. Medicina Tradicional e Medicamentos Tradicionais.....	96
3.2.1. Terapeutas Tradicionais.....	96
3.2.2. Análise dos Medicamentos Tradicionais.....	97
3.2.3. Análise de Preços.....	99
3.2.3.1. Comparação de Preços de Tratamentos por Especialidade.....	99
3.2.4. Comparação de Preços de Tratamentos do Mercado Formal e da Medicina Tradicional.....	103
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	107
FONTES.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	111
ANEXOS	I
<i>Curriculum Vitae</i>	XXII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. - Preços de Medicamentos (Hospital e Postos Saúde da ilha do Príncipe)	27
Quadro 2.2. – Terapeutas entrevistados, distribuídos de acordo com a sua especialidade	82
Quadro 3.1. – Características de Medicamentos adquiridos no Mercado Informal (São Tomé).....	90
Quadro 3.2. – Comparação de preços unitários de medicamentos no mercado formal e informal	94
Quadro 3.3. – Comparação de preços de medicamentos entre uma entidade pública e o mercado informal ..	95
Quadro 3.4. – Comparação de preços entre os diversos Massagistas	101
Quadro 3.5. – Preços de tratamentos realizados pelas diferentes parteiras tradicionais	102
Quadro 3.6. – Comparação de preços entre os diversos <i>Silijon-matu</i>	103
Quadro 3.7. – Comparação de preços de medicamentos convencionais e medicamentos tradicionais	104

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1.1. – Distribuição dos Profissionais de Saúde em STP	6
Fig. 2.1. – Maria do Céu de Madureira e <i>Sum Pontes</i>	16
Fig. 2.2. - Dra. Marcelina Costa, Farmacêutica (Departamento de Farmácia, M. Saúde).....	17
Fig. 2.3. – D. Dulce, Técnica de Farmácia (Farmácia Hospital Ayres de Menezes).....	19
Fig. 2.4. – Antibióticos doados pela Índia à RDSTP (Farmácia Hospital Ayres de Menezes)	20
Fig. 2.5. – Antibióticos doados pela Índia à RDSTP (Farmácia Hospital Ayres de Menezes)	20
Fig. 2.6. – Antibióticos doados pela Índia à RDSTP (Farmácia Hospital Ayres de Menezes)	20
Fig. 2.7. – Armazéns do Fundo Nacional de Medicamentos.....	22
Fig. 2.8. – Posto de Venda do Fundo Nacional de Medicamentos.....	22
Fig. 2.9. – Técnicos da Farmácia do Centro de Saúde Água Grande.....	23
Fig. 2.10. - Receita Médica.....	25
Fig. 2.11. – Sr ^a Micaela Soares, Técnica Farmácia (Príncipe).....	25
Fig. 2.12. – Posto de Saúde Picão (Príncipe).....	26
Fig. 2.13. – Farmácia do Posto de Saúde	26
Fig. 2.14. – Medicamentos vendidos na rua (São Tomé).....	32
Fig. 2.15. – Medicamentos vendidos na rua (São Tomé).....	32
Fig. 2.16. – Ampicilina (Hospital Central).....	32
Fig. 2.17. – Ampicilina (vendida na rua, São Tomé).....	32
Fig. 2.18. – Embalagens primárias e secundárias de Medicamentos vendidos na rua (São Tomé).....	34
Fig. 2.19. – Embalagens primárias e secundárias de Medicamentos vendidos na rua (São Tomé).....	34
Fig. 2.20. – Embalagens primárias e secundárias de Medicamentos vendidos na rua (São Tomé).....	34
Fig. 2.21. – Embalagens primárias e secundárias de Medicamentos vendidos na rua (São Tomé).....	34
Fig. 2.22. – Mercado Grande.....	36
Fig. 2.23. – Vendedor ambulante de medicamentos (São Tomé).....	36

Fig. 2.24. – Medicamentos vendidos no Mercado Grande (São Tomé).....	38
Fig. 2.25. – Medicamentos vendidos no Mercado Grande (São Tomé).....	38
Fig. 2.26. – Loja Lima e Barbosa (Sto. António, Príncipe).....	40
Fig. 2.27. – Medicamentos vendidos na Loja Lima e Barbosa (Sto. António, Príncipe).....	40
Fig. 2.28. – Medicamentos vendidos na Loja Lima e Barbosa (Sto. António, Príncipe).....	40
Fig. 2.29. – Igreja Nova Apostólica (Sto. António, Príncipe).....	41
Fig. 2.30. – Sr. Aurélio Fernandes.....	41
Fig. 2.31. – Armário de Medicamentos das Madres (Sto. António, Príncipe).....	42
Fig. 2.32. – <i>Sum Pontes (Stlijon-mato)</i>	43
Fig. 2.33. – <i>San Venorca (Patléla-tradicional)</i>	45
Fig. 2.34. – <i>San Venorca (usando forno tradicional)</i>	45
Fig. 2.35. – <i>San Venorca (entrevista)</i>	45
Fig. 2.36. – <i>San Venorca (recolhendo plantas medicinais)</i>	45
Fig. 2.37. – <i>San Lena (Patléla-tradicional)</i>	47
Fig. 2.38. – <i>San Lena (entrevista)</i>	47
Fig. 2.39. – Sr. Martinho (Massagista).....	48
Fig. 2.40. – <i>San Condôza (Parteira Tradicional e Curandeira)</i>	49
Fig. 2.41. – Capela de Pico de Deus Pai, Bôbô-Forro.....	49
Fig. 2.42. – Recinto da capela.....	49
Fig. 2.43. – Sr. Nazaré (<i>Stlijon / Vendedor</i>).....	51
Fig. 2.44. – <i>Sum Ernesto (Massagista)</i>	52
Fig. 2.45. – <i>Sum Ernesto, mostrando Diploma Terapeuta Tradicional</i>	52
Fig. 2.46. – <i>Baga-téla c/ medicamento (Macubungú)</i>	53
Fig. 2.47. – <i>Sum Ernesto tratando uma doente</i>	53
Fig. 2.48. – <i>Sum Beto (Massagista)</i>	54
Fig. 2.49. – Sr. Cruz (<i>Stlijon-matu</i>).....	55
Fig. 2.50. – Placa à porta do Sr. Cruz.....	55
Fig. 2.51. – Entrevista com Sr. Cruz (medicamentos preparados).....	55
Fig. 2.52. – Sr. Aladino (Massagista).....	57
Fig. 2.53. – Capela de S. João da Formiguinha.....	57
Fig. 2.54. – Sr. Julinho (Massagista).....	58
Fig. 2.55. – Sr. Horácio (Massagista e <i>Stlijon</i>).....	60
Fig. 2.56. – Sr. Pita (Massagista).....	61
Fig. 2.57. – Clínica Cana Bla-bu, Almeirim.....	61
Fig. 2.58. – <i>San Teodora (Parteira Tradicional)</i>	62
Fig. 2.59. – Entrevista a <i>San Teodora</i>	62

Fig. 2.60. – <i>San Tina</i> (Parteira Tradicional).....	64
Fig. 2.61. – Entrevista a <i>San Tina</i> (Parteira Tradicional).....	64
Fig. 2.62. – Sr. Ventura (<i>Stlijon</i>).....	64
Fig. 2.63. – Clínica do Sr. Ventura (Cruz Mamim).....	64
Fig. 2.64. – Chá para Quisto, Mioma, Febre Tifóide.....	66
Fig. 2.65. – Preparado para Hérnias.....	66
Fig. 2.66. – Sr. Ventura tocando Marimba.....	68
Fig. 2.67. – Sr. Jaíke Pereira, Mercado de São Tomé.....	68
Fig. 2.68. – Doses de <i>Pluga-matu</i> (Mercado ST).....	70
Fig. 2.69. – Plantas medicinais frescas (Mercado ST).....	70
Fig. 2.70. – Isabel Anjos e Francisca Pequeno (Vendedoras de Medicamentos Tradicionais ST).....	71
Fig. 2.71. – Florentina Vera-Cruz e Constância Monteiro (Vendedoras de Medicamentos Tradicionais ST).....	71
Fig. 2.72. – <i>San Zinha</i> (<i>Patléla</i> -tradicional).....	72
Fig. 2.73. – <i>San Zinha</i> (Tratamento de Bassô).....	72
Fig. 2.74. – Sr ^a Fátima (Curandeira).....	74
Fig. 2.75. – Clínica e quintal da Sr ^a Fátima (c/ plantas medicinais).....	74
Fig. 2.76. – <i>San Concenzinha</i> (Parteira Tradicional).....	75
Fig. 2.77. – <i>San Paula</i> (Parteira Tradicional).....	76
Fig. 2.78. – <i>San Paula</i> tratando uma criança.....	76
Fig. 2.79. – Sr. Amboim, Sto. António.....	78
Fig. 2.80. – <i>San Queia</i> (Parteira Tradicional, Sto. António).....	79
Fig. 2.81. – <i>Sum Gégé</i> (Massagista, Sto. António).....	80
Fig. 2.82. – <i>San Nuna</i> (Parteira Tradicional, Sto. António).....	81

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ANAC – Acção Nova Apostólica de Caridade

BPF – Boas Práticas Farmacêuticas; Boas Práticas de Fabrico (*Good Manufacturing Practice*)

CGD – Caixa Geral de Depósitos

FMI – Fundo Monetário Internacional (*International Monetary Fund*)

FNM – Fundo Nacional de Medicamentos

GDP – *Good Distribution Practices* (Boas Práticas de Distribuição)

GMP – *Good Manufacturing Practices*

IDA – *International Dispensary Association*

IMF – *International Monetary Fund*

IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

ISCTE-IUL – ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

IUCN – *International Union for Conservation of Nature*

OF – Ordem dos Farmacêuticos

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONGD – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

RDSTP – República Democrática de São Tomé e Príncipe

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SNS – Sistema Nacional de Saúde

ST – São Tomé

STP – São Tomé e Príncipe

UNICEF – *United Nations Children Fund*

WHO – *World Health Organization*

WWF – *World Wide Fund for Nature*

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

1.1. Breve Justificação e Apresentação do Tema

O presente trabalho “Mercado Informal de Medicamentos de São Tomé e Príncipe” foi realizado no âmbito da Tese de Mestrado de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, e apresenta características interdisciplinares baseadas em duas componentes de estudo essenciais: uma na área das Ciências Sociais e Humanas, que se traduz na forma como o estudo é conduzido; outra na área das Ciências de Saúde, mais especificamente na área da Farmácia e do Medicamento, objecto do estudo.

O trabalho encontra-se estruturado essencialmente em três partes:

Primeira parte - contendo um enquadramento teórico do trabalho de campo, onde são apresentados quer o local do estudo, do ponto de vista histórico e sociocultural, bem como os principais conceitos relativos à temática em estudo, nomeadamente no que diz respeito à medicina convencional, medicina tradicional, mercado informal e contrafacção de medicamentos. Deste modo, antes de abordar os métodos de estudo e as observações do mesmo, resumem-se algumas características do país, necessárias à contextualização e compreensão do estudo ou que, de algum modo, se considera poderem influenciar e contribuir para a realidade encontrada em São Tomé e Príncipe (STP), no que diz respeito ao mercado informal de medicamentos.

Segunda parte - contendo os aspectos metodológicos e o trabalho prático propriamente dito. De uma forma genérica, são descritas as principais técnicas de recolha de informação adoptadas, sendo aqui apresentados os resultados dos estudos de caso, sistematizados de acordo com os diversos níveis de análise (mercado formal e mercado informal de medicamentos), e que incluem a identificação e caracterização dos diversos intervenientes, quer no que diz respeito à medicina convencional, quer à medicina tradicional.

Terceira parte – é apresentada uma análise crítica das informações recolhidas no decurso do trabalho de campo, bem como os critérios usados nesta análise, tendo sido privilegiadas as técnicas qualitativas, embora tenha havido a preocupação de as complementar com algumas técnicas de natureza quantitativa. Na Conclusão do estudo são sumariadas as principais hipóteses enunciadas na análise dos estudos de caso, e são apresentadas algumas propostas de melhorias.

1.2. Objectivos

Parte dos medicamentos utilizados na Medicina convencional que circulam em África, são comercializados nos mercados informais. Por outro lado, o uso da Medicina Tradicional, utilizando medicamentos à base de plantas é uma prática corrente, ainda hoje no continente Africano (Madureira,

2006). São Tomé e Príncipe não é excepção a esta realidade, propondo-se este trabalho fazer uma avaliação do mercado informal de medicamentos convencionais e de medicamentos usados na Medicina Tradicional de São Tomé e Príncipe.

Assim, com a presente investigação procuramos dar o nosso contributo no sentido de fazer chegar às entidades oficiais informações fidedignas e actuais sobre esta temática, analisando *in loco* a realidade nacional, identificando e caracterizando os diferentes níveis de análise, os vários intervenientes, e as respectivas relações de interdependência, e procurando comprovar quer a sua relevância económica, social e cultural, quer as suas consequências ou potenciais riscos para a saúde pública do país em estudo.

Como objectivos mais específicos, poderemos indicar os seguintes: caracterizar os locais de venda informal e os vendedores; as condições de venda e armazenagem; averiguar quais os medicamentos comercializados, em termos de marcas, princípios activos e aplicações, sua inclusão na Lista de Medicamentos Essenciais da Organização Mundial de Saúde (OMS), dosagens, formas farmacêuticas, embalagens, estado de conservação dos medicamentos comercializados, inscrição de fabricante, validade e lote; determinar a proveniência dos comerciantes e fontes de abastecimento; determinar a existência de medicamentos contrafeitos, e avaliar a sua qualidade em termos de credibilidade da origem, garantias da qualidade e riscos potenciais (qualidade, falsificações, usos indevidos) e verificar a disponibilidade e preços (fixo ou variável) por princípio activo. Relativamente aos medicamentos usados na Medicina Tradicional, este estudo pretende averiguar também quais as plantas medicinais e preparados à base de plantas que circulam nos mercados, nomeadamente a disponibilidade e preços dos produtos comercializados e respectivos fins terapêuticos, proveniência e credibilidade (formação, tipo de filiação dos comerciantes/terapeutas na Associação de Terapeutas Tradicionais) origens das plantas/preparados e rotas comerciais, eventual existência de alternativas terapêuticas convencionais no mercado informal (se os objectivos terapêuticos correspondem aos dos medicamentos constantes das listas de medicamentos essenciais).

Por fim, interessa analisar o impacto deste mercado paralelo, comparativamente ao mercado formal de medicamentos na República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP), e evidenciar os riscos potenciais envolvidos com o uso destes medicamentos (qualidade, falsificações, usos indevidos).

1.3. Enquadramento do Estudo

1.3.1. Caracterização do Local do Estudo

Geografia

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é constituída essencialmente por duas ilhas, São Tomé, a maior, e a ilha do Príncipe, situadas no Golfo da Guiné a aproximadamente 350 Km da costa Africana e distantes entre si cerca de 160 km. Compreende ainda outras pequenas ilhas: Cabras, Tinhosas, Bombom e Rolas, sendo a sua superfície total de 1.001 km². Situa-se ao nível do Equador, e portanto apresenta um clima do tipo equatorial, caracterizado por chuvas ao longo do ano, com predominância para os meses de Outubro a Maio. O período entre Junho a Setembro, menos húmido, é designado por “gravana”. A temperatura, por seu lado, é amena ao longo do ano, não havendo grandes amplitudes térmicas, embora dependentes da altitude. No litoral, a temperatura média anual é de 25,5°C (CGD, 2006).

As ilhas são de origem vulcânica, apresentando um relevo acidentado e irregular, com paisagens de elevações montanhosas e picos, o mais elevado com 2.024 m de altitude (pico São Tomé). Existe predomínio de cursos de água, sob a forma de rios ribeiros ou cascatas, mas a localização de muitos destes cursos é variável ao longo do tempo (Brito, 2004). São dominadas originalmente por densa floresta tropical, encontrando-se as zonas mais elevadas ainda preservadas em termos de floresta original, mas sendo a maioria da vegetação constituída por plantas introduzidas. A localização das diferentes espécies é variável com o clima de determinada região e também com a ocupação humana aí existente, predominando perto das zonas de maior densidade humana, plantas alimentares (Tenreiro, 1961).

Breve Resenha Histórica

De acordo com alguns autores, não há conhecimento da data exacta da descoberta das ilhas de São Tomé e Príncipe, mas admite-se que a ilha de S. Tomé tenha sido encontrada em 21 de Dezembro de 1471 e a ilha do Príncipe ou ilha de Santo António ou de Santo Antão, em 17 de Janeiro de 1472, tendo os descobridores destas ilhas sido os portugueses Pedro de Escobar e João de Santarém, ao serviço de Fernão Gomes (Henriques, 2000). As ilhas encontravam-se desertas tendo o seu povoamento acontecido a partir de 1485, por ordem da Coroa Portuguesa, que concedeu grandes facilidades a quem aceitasse povoar o arquipélago, com o objectivo de torná-lo produtivo e lucrativo. O povoamento da ilha do Príncipe ocorreu um pouco mais tarde do que o de São Tomé, por volta de 1502-1503 (Tenreiro, 1961).

A partir do séc. XVI e uma vez que dispunham de clima apropriado, os povoadores, maioritariamente portugueses, introduziram o cultivo intensivo da cana-de-açúcar. A par da produção de cana-de-açúcar, houve um aumento do comércio de escravos no território. Mas no final do séc. XVI

deu-se a queda de produção da cana-de-açúcar, o que originou grandes dificuldades económicas em São Tomé, as quais arrastaram dificuldades sociais e provocaram alguns tumultos (Tenreiro, 1961).

Só no séc. XIX, são introduzidas e cultivadas intensivamente o café e o cacau, adquirindo principalmente esta última cultura, grande importância económica, de tal modo que, São Tomé atingiu o primeiro lugar de produção mundial de cacau, no início do séc. XX (QuidNovi, 2001).

Em termos económicos, a história de São Tomé pode portanto ser dividida em ciclos, sendo os mais relevantes o ciclo do açúcar e do cacau, embora tenham existido fases com predominância igualmente do comércio de escravos ou café, entre outros. As propriedades agrícolas, geridas por europeus, passaram entretanto a chamar-se roças, correspondendo no fundo a uma unidade base de povoamento da ilha. Abrangiam para além da área agrícola, zonas de administração, armazém, zona de produção com fermentadores e secadores, dispondo ainda algumas roças de instalações para alojamento de trabalhadores e ainda hospitais (Tenreiro, 1961).

Em 1869 é abolida a escravatura, os escravos são libertados, e como consequência houve um fluxo de novos trabalhadores para as roças, oriundos de Moçambique, Angola e Cabo Verde. As condições de trabalho eram precárias e a diferença de condições de vida entre patrões europeus e trabalhadores continuam a extremar-se, até que surgem revoltas, que se acentuaram no séc. XX, nas décadas de 40 e 50. Estas e outras situações conduziram a uma cada vez mais forte vontade de independência dos São-Tomenses relativamente aos colonos, tendo surgido também em São Tomé, um movimento de libertação, já na década de 60, o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (QuidNovi, 2001).

A independência de São Tomé e Príncipe ocorre finalmente a 12 de Julho de 1975, favorecida pelos acontecimentos políticos em Portugal, nomeadamente a Revolução de 25 de Abril de 1974. No novo país, República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP), foi adoptado o regime marxista de partido único, tendo o Estado nacionalizado várias instituições e se proposto a assegurar educação e saúde para a população. No entanto, a situação económica agravou-se rapidamente com a retirada repentina dos Portugueses (Santo, 2009). O país passou por várias fases de instabilidade política, até que em 1991 foram adoptadas reformas, consentâneas com a economia de mercado, e privatizados vários sectores, entre os quais o sector agrícola. O regime transformou-se então em multipartidário, vigorando este regime até hoje.

Características Sócio-económicas

Segundo dados de 2005, existem cerca de 157.000 habitantes em S. Tomé e Príncipe (WHO, 2006). A RDSTP encontra-se administrativamente dividida em sete distritos: Água Grande, Mé-Zóchi, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Pagué, situando-se este último na ilha do Príncipe. O distrito de

Água Grande, onde se localiza a capital São Tomé, e o distrito de Mé-Zochi são os que concentram a maior percentagem da população, respectivamente 37,7 e 25,5% (CGD, 2006).

A maioria da população vive então nas zonas periurbanas, num raio de menos de 10 Km à volta da capital. Os restantes conglomerados habitacionais estão concentrados em pequenas cidades, empresas agrícolas e aldeias pesqueiras. As habitações são construídas essencialmente em madeira ou, nos centros urbanos, em cimento, não dispondo a maioria, de instalações sanitárias (Ministério da Saúde e Desporto, 2000). O saneamento básico é aliás quase inexistente, bem como a recolha e tratamento de lixos (CGD, 2006).

Os habitantes de São Tomé e Príncipe dedicam-se essencialmente a actividades agrícolas, pecuárias e piscatórias. No entanto, e apesar de predominante, o sector primário não contribui substancialmente para o Produto Interno Bruto (PIB). Entre 1986 e 2000, representou em média 28,4% do PIB, enquanto 12,3% corresponderam ao sector secundário e 59,2% ao terciário. O sector produtivo informal e o mercado informal co-existem com os sectores formais de actividade (Santo, 2009).

De acordo com um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em 2008, a economia de São Tomé e Príncipe caracteriza-se por ser uma economia pequena, aberta, de fracos rendimentos, com baixos índices de produção e exportação. A exportação de cacau é a principal fonte de obtenção de divisas, mas a sua produção continua em declínio. O turismo, embora ainda pouco desenvolvido, é um sector em crescimento, mas actualmente com poucas receitas, uma vez que assenta em muitos serviços e mercadorias importadas (IMF, 2008). A prospecção do petróleo, ainda que apenas na sua fase inicial, poderá ser relevante para a economia do país, tendo já sido fundamental para os recentes perdões de dívida concedidos quer ao nível multilateral, quer ao nível bilateral (IPAD, 2008).

São Tomé e Príncipe é um país com um elevado nível de pobreza e com uma forte dependência da ajuda externa. A população vive, em geral, com grandes dificuldades: a esperança média de vida é de 65,4 anos e o rendimento *per capita* é de 916 US\$ (Human Development Report, 2009). Segundo dados do IPAD (2008), cerca de 54% da população são-tomense vive na pobreza e 15% em situação de extrema pobreza. Apenas 19,6% da população beneficia do acesso à água canalizada e somente 16% dispõe de uma fossa séptica ou está ligada à rede de esgotos pública.

1.3.2. Medicina Convencional

O Sistema de Saúde são-tomense apresenta inúmeras deficiências que atingem toda a população, mas com maior incidência nas camadas mais desfavorecidas e nas zonas mais isoladas, caracterizando-se por desigualdades no acesso aos serviços de saúde, pela insuficiência de pessoal qualificado, baixos salários, escassos recursos disponíveis e deficiente utilização dos recursos financeiros (IMVF, 2007).

No entanto, e comparativamente a outros países africanos a razão do número de profissionais de saúde por habitante é relativamente boa: aproximadamente 1 médico por 3.000 habitantes, 1 enfermeiro por 800 e 1 parteira por 4.000, mas a sua distribuição no território é muito desigual. O mesmo sucede com a distribuição das infra-estruturas de saúde, sendo esta de 1/15.577 utentes na capital, com uma disponibilidade de camas no hospital central de 3 para 1.000 habitantes, enquanto na ilha do Príncipe este número é de 1/1.208 (Ministério da Saúde e Desporto, 2000). A figura abaixo mostra a distribuição dos profissionais de saúde da RDSTP, comparativamente a toda a região africana, de onde se extrapola que a densidade de médicos, enfermeiros e parteiras e de farmacêuticos e técnicos de farmácia é superior em São Tomé e Príncipe.

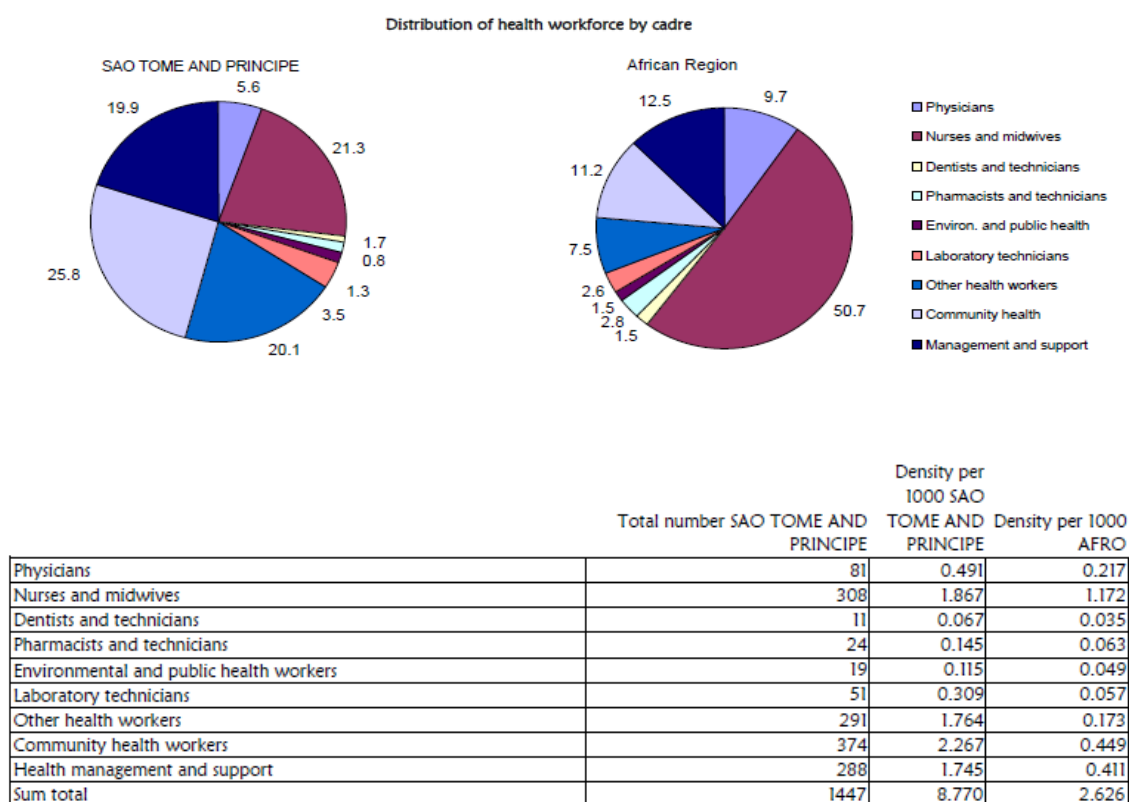


Fig. 1.1 – Distribuição dos Profissionais de Saúde em STP (retirado de WHO, 2006)

O Sistema Nacional de Saúde de STP apresenta dois níveis estruturais: o Central, que inclui o Ministério da Saúde e o Hospital Central Dr. Ayres de Menezes; e o nível distrital, mais vocacionado para cuidados primários de saúde, e constituído por centros distritais de saúde, com ou sem internamento, postos de saúde, e postos comunitários onde socorristas e parteiras prestam apoio (Ministério da Saúde e Desporto, 2000).

Os profissionais de saúde deparam-se com más condições de trabalho, havendo grandes lacunas a nível de recursos materiais e financeiros. Em 2006, o governo gastou 120 US\$ *per capita*,

correspondente a 12,2% dos gastos governamentais, segundo o relatório “Human Development Report de 2009” (UNDP, 2009). Os serviços estão, em geral, mal equipados, há rupturas frequentes dos stocks de medicamentos, e não existe política de formação contínua dos profissionais, etc. (Ministério da Saúde e Desporto, 2000).

O sector público é complementado pelo sector privado de saúde, e este encontra-se limitado ao ambulatório. As Organizações Não Governamentais (ONG) desempenham um papel importante na saúde, sendo alguns distritos apoiados por estas organizações ou por entidades governamentais estrangeiras, no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais. Cerca de 90% das despesas de saúde, são aliás suportadas por financiamento externo (Ministério da Saúde e Desporto, 2000).

Em São Tomé, a taxa bruta de mortalidade é de 8,3%, e a de mortalidade infantil é de 54,2‰ (Vaz, 2004). O paludismo foi, durante muito tempo, a primeira causa de mortalidade e morbidade, com evidentes consequências sociais e económicas (Ministério da Saúde e Desporto, 2000). A geografia e o clima de São Tomé, propiciam a existência de pântanos e outras formações geográficas com águas paradas, potenciadoras da multiplicação de insectos, alguns, vectores transmissores de doenças como o paludismo. O paludismo é endémico em São Tomé e Príncipe e, não obstante os esforços para a sua erradicação, continua a fazer vítimas, algumas mortais. Ultimamente, têm vindo a ser envidados esforços pelo Governo São-Tomense, numa cooperação conjunta com Taiwan, no sentido de diminuir a propagação do paludismo. O plano estratégico adoptado para o período 2001-2010 visou intervenções prioritárias como a vigilância epidemiológica, a quimioprofilaxia para as mulheres grávidas, o controlo dos vectores pela vulgarização de mosquiteiros impregnados de insecticida e pela pulverização intra-domiciliária e acções de drenagem de pântanos, o reforço de capacidades institucionais e desenvolvimento de recursos humanos, e a adopção de um programa de informação junto das comunidades (Ministério da Saúde e Desporto, 2000). Já se verificaram entretanto resultados muito positivos, nomeadamente uma redução de 90% dos casos (de 43.488 em 2000 para 3.306 em 2007), e igualmente uma queda em 98% das mortes por paludismo (254 em 2000 para 3 em 2007), deixando assim de ser a primeira causa de mortalidade e morbidade do país (OMS, 2009).

A tuberculose e a transmissão do VIH/SIDA são outras situações preocupantes em São Tomé, merecedoras de programas de luta desde há alguns anos. Outras causas de mortalidade relevantes são as doenças intestinais provocadoras de diarreia, as doenças respiratórias agudas e as avitaminoses (WHO, 2007a). Doenças crónicas como a hipertensão, diabetes e asma têm vindo a aumentar, constituindo já um problema sério na sociedade São-Tomense (Rosário, 2008).

Nos últimos anos, a acção da Cooperação Portuguesa na área da saúde tem-se feito, essencialmente, através do projecto “Saúde para Todos”, desenvolvido pela ONGD Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), com o apoio do IPAD e da Fundação Calouste Gulbenkian, e que, integrado no

sistema de saúde são-tomense e desenvolvido em parceria com o respectivo Ministério, assegura 80% dos cuidados de saúde primários prestados, abrangendo 27 centros e postos de saúde (actualmente foi alargado ao Distrito de Caué e à Região Autónoma do Príncipe), incluindo a capacitação/formação a 300 técnicos de saúde e pessoal administrativo (IPAD, 2008).

Medicamentos Convencionais

Em São Tomé e Príncipe não existe uma Política Nacional de Medicamentos, estando a regulamentação desajustada à realidade. Não existe uma Autoridade Formal de Regulamentação de Medicamentos e, conseqüentemente, o Governo não promove o uso racional do medicamento, nem possui meios para garantir a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos consumidos pela população, isto é, não há uma entidade que autorize ou não a comercialização de determinado medicamento, que faça o controlo da qualidade dos medicamentos distribuídos no território, que faça a farmacovigilância, que lute contra a contrafacção, que disponha de um registo dos medicamentos comercializados, que estabeleça regras de distribuição de medicamentos pelos grossistas e importadores de medicamentos, etc. (WHO UNICEF, 2009). Sucede também que, ao contrário da relação de outros profissionais de saúde por habitante, o *ratio* relativo aos farmacêuticos é muito desfavorável (1/50.637), e corresponde a 3 farmacêuticos no país, dois dos quais trabalhando para o sector público (WHO, 2007a). À data da elaboração do presente trabalho, apenas duas farmacêuticas se encontravam no activo, a desempenhar funções no Ministério da Saúde.

Relativamente aos estabelecimentos farmacêuticos registados e autorizados no país, não há fabricantes de medicamentos, existindo 3 importadores grossistas, 7 farmácias e 39 depósitos (WHO, 2007a).

A venda de medicamentos ocorre também nos serviços públicos de saúde e dispensários públicos, revelando-se o sector público como o principal em termos de fornecimento de medicamentos (50%). As ONGs também têm um papel importante totalizando 13,6% de medicamentos fornecidos (WHO UNICEF, 2009).

A relação de pontos de dispensa por número de habitante é de 1/3.897, e a superfície média de cobertura de um ponto de dispensa, de 21,74 Km² (WHO, 2007a).

Em paralelo, e tal como em muitos países africanos, desenvolve-se no território um mercado informal de medicamentos, com postos de venda em mercados, em estabelecimentos ou através de vendedores ambulantes, não existindo actualmente estudos publicados sobre este mercado informal de medicamentos convencionais, nem o respectivo impacto no sistema de saúde nacional de São Tomé e Príncipe.

O aprovisionamento de medicamentos para o sector público é diferente do habitual, a aquisição não é centralizada, e há uma grande dependência da ajuda externa. Alguns relatórios

consultados referiam que as compras eram efectuadas sob responsabilidade do Ministério da Saúde, das Organizações Não Governamentais, como o Instituto Marquês de Valle Flor ou a Cooperativa de Taiwan, e de Instituições Individuais de Saúde como o Programa de Fundo Global ou o Hospital Dr. Ayres de Menezes (WHO/ UNICEF, 2009; Rosário, 2008). As compras são efectuadas através de convocatórias para ofertas internacionais ou por aquisição directa. As centrais de compras importam medicamentos, nem todos fazendo parte da lista de medicamentos essenciais, mas também os armazenam e distribuem depois às estruturas sanitárias (WHO/UNICEF, 2009).

O Fundo Nacional de Medicamentos, criado em 1998, é uma organização governamental com autonomia administrativa e financeira, que adquire medicamentos e outros produtos farmacêuticos à IDA (*International Dispensary Association*), sediada na Holanda, a preços acessíveis, e os distribui ao Sistema Nacional de Saúde (WHO, 2007a; Rosário, 2008). É de salientar que não existe nenhum farmacêutico nas estruturas do Fundo Nacional de Medicamentos.

Nas unidades de cuidados primários, os medicamentos são gratuitos para crianças menores de 5 anos e para grávidas com patologias ligadas ao crescimento. Mas em geral a disponibilidade e o acesso a medicamentos para tratar doenças agudas são difíceis, mesmo quando os habitantes vivem perto de uma unidade pública de saúde ou de uma farmácia privada. De realçar que é nos centros/postos de saúde que a população mais frequentemente adquire os medicamentos.

A cobertura pela protecção social é praticamente nula, até para os agregados familiares com maiores dificuldades financeiras. Deste modo, o medicamento não é economicamente acessível à maioria da população.

A utilização de medicamentos, também é, em geral, inadequada, assim como a sua conservação nas habitações, sendo muitas vezes os medicamentos armazenados sem embalagens primárias, nem rótulos (WHO/UNICEF, 2009).

Por tudo o que foi acima descrito, o risco de existência de medicamentos contrafeitos tanto no mercado formal como no mercado informal é muito elevado. A contrafacção de medicamentos não é exclusiva do continente africano, sendo favorecida pela inexistência de legislação adequada, pela falta de fiscalização, pela acessibilidade irregular ao medicamento, pelos baixos níveis de literacia, pela pobreza e pela corrupção (WHO, 1999). A contrafacção pode ser detectada por inspecção visual, observando diferenças de aparência e inscrição de dados das embalagens, primárias e secundárias, relativamente às originais. Porém e devido a uma boa imitação, pode suceder que a contrafacção não seja detectada deste modo, mas somente após análise do medicamento. Aí podem verificar-se diferentes situações: A existência da mesma substância activa, mas dosagem diferente; a ausência de substância activa; a existência de uma substância activa diferente da referida na embalagem; ou a presença de substâncias

tóxicas (WHO, 2010). A comercialização e consumo de medicamentos contrafeitos representam assim uma ameaça para a saúde pública (WHO, 1999).

Em S. Tomé e Príncipe, a venda de medicamentos fora das farmácias, apesar de ilegal, é uma realidade bem visível, pois este tipo de comércio informal de variadíssimos produtos (desde bens alimentares, a roupas, materiais eléctricos, medicamentos, etc.) é muitíssimo comum quer nos mercados públicos, quer nos mercados de rua (através de vendedores ambulantes, os chamados “candongueiros”), não existindo aparentemente mecanismos eficazes de controlo e inspecção. Deste modo, São Tomé e Príncipe é propício ao desenvolvimento do negócio de medicamentos contrafeitos, com os eventuais riscos que tal poderá acarretar. Um caso sobejamente conhecido e ainda noticiado é o da morte de duas crianças irmãs, ocorrido em Julho de 2003, após consumo de medicamentos adquiridos pela mãe das referidas crianças, nas ruas de São Tomé. Supõe-se que muitos outros casos existirão.

Actualmente não existem estudos publicados sobre os eventuais níveis de contrafacção de medicamentos comercializados em São Tomé e Príncipe.

1.3.3. Medicina Tradicional

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Medicina Tradicional é o conjunto de diversas práticas, abordagens, conhecimentos e crenças que incorporam medicamentos baseados em plantas, animais e/ou minerais; terapias espirituais, técnicas manuais e exercícios aplicados isoladamente ou de modo combinado; para manter o bem-estar, assim como para tratar, diagnosticar ou prevenir a doença (WHO, 2002).

Nas culturas africanas em particular, a doença pode ter causas sobrenaturais, sendo considerada como um sinal de alteração da harmonia entre o doente e o meio envolvente, visível e invisível, e uma consequência de uma transgressão, pelo doente, de alguma lei material ou imaterial. Por outro lado, a doença também pode ser provocada por um feiticeiro, alguém com conhecimentos ocultos que consiga mobilizar elementos invisíveis capazes de provocar a doença. O tratamento foca-se então não apenas nos aspectos visíveis da doença, sintomas e sinais, mas também no equilíbrio entre os elementos do organismo ou entre estes e os elementos da natureza tais como a terra, o ar, o fogo, os astros e os metais; sendo este aspecto, comum a vários povos espalhados pelo mundo, onde a medicina tradicional é a predominante (Gomes, 1992).

Neste sentido, a cura das doenças envolve o combate a entidades e forças invisíveis. Primeiro há que descobrir que transgressão foi cometida; depois é necessário neutralizar a força hostil ou pedir perdão aos espíritos, e por fim reparar a pena causada pela transgressão. Só deste modo o indivíduo se vê livre dos aspectos espirituais envolvidos na doença, podendo-se a partir daqui combater a doença

somática. É nesta fase que entra a medicação, tradicional ou moderna. Estas duas formas de medicina podem aliás coexistir numa mesma região e inclusivamente serem utilizadas de modo complementar (Gomes, 1992). No entanto, a terapia tradicional utiliza sobretudo extractos de plantas ou os seus princípios activos (IUCN WHO WWF, 1993).

A medicina tradicional é praticada por terapeutas tradicionais, que vivem geralmente no mesmo contexto social da população que tratam, e que são reconhecidos na região pela sua sabedoria ou pelo poder de curar ou até mesmo pelo poder de prevenir a doença e impedir a infelicidade (Gomes, 1992). De acordo com dados da OMS, 80% da população mundial depende da medicina tradicional, sendo esta prática a utilizada para a satisfação das suas necessidades de cuidados primários de saúde (IUCN WHO WWF, 1993). Em África, a popularidade da medicina tradicional pode atribuir-se a vários factores não apenas económicos e de acessibilidade, mas sobretudo a factores culturais (Gomes, 1992).

No caso particular de S. Tomé e Príncipe, e tal como nas restantes ex-colónias portuguesas, a Medicina Tradicional sofreu perseguições pelas autoridades governamentais, chegando mesmo a sua prática ser considerada ilegal, o que teve consequências na transmissão dos conhecimentos inerentes a esta prática. As influências entretanto recebidas da medicina ocidental, contribuiriam igualmente para alguma perda de interesse pela Medicina Tradicional. Apesar disso, hoje em dia os terapeutas tradicionais (*stlijons*) são bastante respeitados e admirados, sendo muitos deles considerados homens excepcionais e dotados de poder sobrenatural (Valverde, 2000).

Os terapeutas são-tomenses são normalmente adultos com mais de 40 ou 50 anos, exercendo a sua actividade só depois de passarem por um longo caminho de aprendizagem com um ou vários mestres. O *stlijon* trata determinados tipos de doenças recorrendo a várias práticas, nomeadamente a utilização de medicamentos tradicionais, quer por via interna, quer por via externa (massagens, emplastros, banhos), mas podem também tratar doenças resultantes de tabus religiosos, especialmente devidas ao não cumprimento de obrigações para com os *Nén Ké Mu* (defuntos-deuses), para o que utiliza determinados ritos mágicos (Madureira, 2006).

De acordo com Madureira (2006) cada *stlijon* é então especialista em determinada doença ou tipo de doenças, existindo as seguintes especialidades:

- *Stlijón Mátu* (Cirurgião do mato): faz a recolha, nas florestas ("Capoeira" e "Obô"), das diversas substâncias animais, minerais ou vegetais, utilizando-as depois preparar os medicamentos. Este terapeuta entrega aos doentes estes medicamentos e presta-lhes aconselhamento quanto ao modo de administração dos mesmos.

- Massagista: trata problemas ósseos e musculares (reumatismo, fracturas, entorses, hematomas, etc.). Os tratamentos são geralmente de natureza externa, aplicando medicamentos

preparados à base de cascas ou folhas medicinais, através de massagens ou aplicando as misturas de plantas em talas ou ligaduras, sobre as áreas do corpo afectadas.

- *Tchiladô Ventosa* (“Tirador de Ventosas”): o procedimento de tratamento deste terapeuta passa pela aplicação, na zona afectada por dores ou inchaço, de ventosas feitas de chifres de boi juntamente com folhas de fiá-da-mina (*Kalanchoe crenata*). De realçar que o sucesso deste tratamento depende das fases da lua e por isso o terapeuta terá que previamente consultar um Lunário, para que possa escolher a data próxima mais apropriada.

- *Piadô Záua* (“Explicador de Urina”): estes terapeutas fazem o diagnóstico e tratamento da doença socorrendo-se da análise organoléptica da urina, nomeadamente da sua cor, cheiro, sedimentos ou sabor.

- *Patela* (Parteira Tradicional): tratam crianças, grávidas e fazem partos.

- *Fitxicêlu* (Feiticeiro): utiliza práticas sobrenaturais e é mais procurado para causar mal a terceiros. As suas "virtudes" assentam essencialmente na crença da população.

O consultório dos terapeutas é geralmente uma pequena cubata no quintal da casa, feita com paus do mato e coberta de folhas de palmeira. Lá dentro costuma encontrar-se um pequeno púlpito com alguns objectos de culto, tais como crucifixos, velas, caveiras, totens de madeira, *baga téla* (painéis de barro) ou garrafas contendo vários tipos de *mindjan* (remédios tradicionais), etc. À volta deste local estão dispersos bancos de assento, onde os pacientes esperam até serem atendidos pelo *stijon* (Madureira, 2006). No entanto, alguns terapeutas são-tomenses dão as suas consultas dentro de casa. Outros há, que dispõem de espaço próprio, especificamente destinado ao desempenho desta actividade.

Há alguns anos, foi criada a Associação de Terapeutas Tradicionais de São Tomé e Príncipe, que procurou, em vão, obter o reconhecimento do Ministério da Saúde. O reconhecimento do Ministério da Saúde seria uma tentativa de integrar a Medicina Tradicional no Sistema de Cuidados de Saúde Oficial, tendência aliás muito apoiada pela OMS. Esta integração iria muito provavelmente impulsionar um maior interesse na Medicina Tradicional, no estudo e aprovação das suas práticas e também dos medicamentos tradicionais aplicados, sua caracterização e padronização.

Actualmente não existem estudos publicados sobre o mercado informal de medicamentos tradicionais ou dos tratamentos tradicionais ministrados pelos terapeutas às populações, nem o respectivo impacto no sistema de saúde nacional de São Tomé e Príncipe.

CAPÍTULO II – CIRCUITOS DO MEDICAMENTO EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE: ESTUDOS DE CASO

2.1 Delineamento do Estudo

2.1.1. Objectivos

Realizar um trabalho de campo em S. Tomé e Príncipe, de forma a obter dados que permitam fazer uma avaliação directa e actual sobre o Mercado Informal de medicamentos convencionais e de medicamentos usados na Medicina Tradicional de São Tomé e Príncipe, com vista a colmatar a falta de informação e de estudos publicados nestas áreas.

2.1.2. Métodos, Amostras, Análise de Dados

O trabalho de campo foi delineado no sentido de cumprir os objectivos traçados, tendo em conta a falta de estudos publicados nas áreas em foco. As características económico-sociais da RDSTP, nomeadamente as condições de vida da população, e o conhecimento do funcionamento geral dos serviços públicos de saúde, mais concretamente no que diz respeito ao acesso a medicamentos, foram factores imprescindíveis para o delineamento deste estudo. Neste contexto, e na fase inicial do trabalho, foi valorizada a análise de fontes escritas oficiais e não oficiais, principalmente de âmbito bibliográfico, bem como a recolha e sistematização de fontes estatísticas, servindo estes dados para contextualizar e enquadrar a realidade observada no terreno.

Outros factores cruciais para o planeamento do trabalho de campo prenderam-se com questões práticas, não apenas de foro logístico, como inclusivamente no modo de aceder à informação pretendida no tempo disponível. Relativamente a este último aspecto, realça-se a identificação de informantes privilegiados, que funcionaram como elementos de contacto entre entidade investigadora e entidades sob investigação na RDSTP, destacando-se o papel preponderante de Maria do Céu de Madureira e também, no âmbito da Medicina Tradicional, de *Sum* Pontes. Estes contactos permitiram que o estudo fosse realizado com base numa amostragem representativa da realidade nacional, através de uma selecção criteriosa das regiões e distritos onde se iriam efectuar as recolhas de dados, bem como das entidades, instituições, empresas e indivíduos a visitar e/ou entrevistar no tempo disponível, e que constituíram assim a nossa amostra para o estudo do mercado informal de medicamentos em STP. O trabalho de campo foi realizado entre 14 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 2011, com uma autorização prévia do Ministério da Saúde da RDSTP, e contou com a total colaboração deste Ministério, que disponibilizou todos os contactos necessários das entidades públicas ou privadas ligadas ao sector do medicamento.

A metodologia adoptada no terreno, foi a realização de estudos de caso, recorrendo principalmente à observação participante, com a observação directa para a recolha e para a selecção de informação; em algumas situações, nomeadamente no caso do mercado informal de medicamentos convencionais, recorreu-se à observação não participante, através de contactos estabelecidos com elementos da comunidade, procurando recolher informações e opiniões, ou testemunhar de forma directa factos, comportamentos e atitudes relacionados com a venda de medicamentos no mercado informal. Procurámos, desta forma, minimizar as interferências negativas, na recolha de informações, resultantes do facto da nossa presença ser externa aos diferentes grupos em análise (Brito, 2004).

À medida que o estudo se foi desenvolvendo, procurámos adequar os princípios da objectividade, vulgarmente defendidos no meio científico, ao conhecimento obtido através do senso comum, tendo optado por uma atitude de “racionalidade emocional”, em que a subjectividade ganha progressivamente importância (Amaro, 2004). Estes pressupostos, usados nesta investigação, implicaram um processo crítico de aprendizagem que levou a uma entrega e um envolvimento por parte do investigador, com base na percepção individual das realidades em análise e com as quais contactámos. Assim, a subjectividade foi valorizada no decurso do trabalho de campo, nomeadamente no contacto directo com os responsáveis políticos e técnicos das entidades oficiais do sistema nacional de saúde, com os vendedores ambulantes do mercado informal, com os terapeutas tradicionais e com as comunidades locais. A análise efectuada, traduz em parte, uma percepção e uma leitura marcadas pela experiência pessoal vivida no decurso da estadia na RDSTP.

Medicina Convencional (Circuitos Legais, Mercado Formal e Informal)

Para uma melhor percepção do mercado informal de medicamentos e na tentativa de conhecer os circuitos comerciais dos medicamentos convencionais, foram efectuados estudos de caso de entidades públicas, distribuidoras de medicamentos a outras instituições, ou de entidades com posto de venda ao público.

Nas visitas levadas a cabo, foram efectuadas entrevistas informais aos responsáveis pela aquisição, distribuição ou venda ao público de medicamentos, em que se colocaram questões que permitissem estabelecer um fio condutor em toda a análise. Do ponto de vista metodológico, procurámos que as perguntas fossem concisas, claras, precisas, directas e pertinentes, permitindo uma recolha de informação essencialmente sobre:

- Preços de aquisição e/ou de venda de medicamentos¹;
- Tipos de Medicamentos fornecidos gratuitamente;

¹ Os preços são referidos em Dobras, moeda da RDSTP, correspondendo 24.500,00 Dobras a um Euro.

- Fornecedores e fabricantes de medicamentos;
- Medicamentos mais requisitados;
- Condições de armazenagem;

Os locais visitados (objectos, espaços e realidade envolvente), bem como os comportamentos e atitudes dos informantes, e os factos observados, foram documentados sob a forma de imagem fotográfica e de registos escritos com os resultados das entrevistas. Em alguns casos, obtiveram-se cópias de documentos cedidos pelos entrevistados. Este múltiplo registo da informação, permitiu a sua posterior análise, de uma forma mais completa.

Relativamente ao mercado informal de medicamentos, foram especialmente observadas as transacções de medicamentos seleccionados com base nos medicamentos mais vendidos ao nível do sector público, nomeadamente tendo como referência a Farmácia do Centro de Saúde de Água Grande.

Por outro lado foram também tidos em conta para o estudo, aqueles medicamentos que de certo modo podem mimetizar as terapias mais utilizadas pelos terapeutas tradicionais para tratar os seus doentes. Deste modo poder-se-á fazer uma comparação entre as terapias tradicionais e convencionais relativamente à venda em mercado informal.

Medicina Tradicional e Terapeutas de S. Tomé e Príncipe

No presente trabalho, considerou-se o estudo dos tratamentos efectuados no âmbito da medicina tradicional como fazendo parte do mercado informal de medicamentos. De facto, embora estas práticas sejam tacitamente permitidas, não são ainda oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Saúde da RDSTP. A Associação de Terapeutas Tradicionais de São Tomé e Príncipe foi criada há algum tempo, não tendo no entanto ainda conseguido obter o reconhecimento do Ministério da Saúde. A recusa do Ministério, prende-se possivelmente com o facto de a Associação incluir membros com pouca credibilidade no meio, quer devido à sua pouca idade, não coerente com a experiência necessária para se ser considerado terapeuta tradicional, quer porque alguns terapeutas incluídos na Associação seguiam práticas de foro essencialmente sobrenatural.

De realçar que este trabalho foi realizado sem patrocínios, sendo o tempo disponível limitado e insuficiente, em condições normais, para o investigador conhecer e ganhar a confiança dos terapeutas, de modo a que estes transmitissem abertamente informação sobre a sua actividade. Acresce ainda que a maior parte da população utiliza o forro (crioulo local), em detrimento do português, como língua mãe, reflectindo-se este facto no vocabulário técnico utilizado. Deste modo, e para melhor poder ultrapassar estas dificuldades, a maioria das entrevistas foram conduzidas na presença de informantes privilegiados: Maria do Céu Madureira, conhecedora da realidade da medicina tradicional

são-tomense e do significado dos termos utilizados e, igualmente, *Sum Pontes*, terapeuta muito conceituado na RDSTP.



Fig. 2.1. - Maria do Céu de Madureira e *Sum Pontes*

Os terapeutas tradicionais entrevistados foram seleccionados a partir de dados fornecidos pelo Presidente da Associação de Medicina Tradicional da RDSTP, o Sr. Valentim, direccionando a pesquisa para aqueles terapeutas com experiência no meio e que utilizassem remédios e práticas onde o fundamento sobrenatural fosse mínimo. Foram escolhidos outros terapeutas, também através de informações prestadas por *Sum Pontes*, e ainda pela população residente nas várias localidades visitadas.

No decurso do trabalho de campo ao nível da Medicina Tradicional, a entrevista informal foi a técnica de pesquisa principal utilizada para a recolha de informações, tendo estas sido complementadas através de observação, registo e análise da linguagem não oral, e também de registos fotográficos, sempre precedidos de um pedido de autorização.

2.2. Estudos de Caso

2.2.1. Medicina Convencional

2.2.1.1. Mercado Formal

Numa tentativa de entender o funcionamento do circuito de medicamentos a nível público e do restante mercado formal, e de averiguar se os mesmos medicamentos aí encontrados circulam igualmente no mercado informal, foram realizadas visitas a diversas entidades públicas e privadas, seguindo-se os registos das informações obtidas junto dos respectivos representantes:

2.2.1.1.1. Departamento de Farmácia do Ministério da Saúde da RDSTP

O Ministério de Saúde da RDSTP compreende uma Direcção de Cuidados de Saúde, chefiada pela Dra. Manuela Ferreira, inserindo-se nesta Direcção o Departamento de Farmácia.

Este Departamento, situado fisicamente no Hospital Ayres de Menezes, principal hospital da RDSTP e onde estão colocadas duas farmacêuticas (Dra. Marcelina Costa e Dra. Neurice dos Santos), as únicas no activo em São Tomé e Príncipe, não é responsável pela compra e selecção dos medicamentos adquiridos pelo país, nem sequer os destinados ao Hospital Central Ayres de Menezes ou outras entidades estatais.



Fig. 2.2. - Dra. Marcelina Costa, Farmacêutica (Departamento de Farmácia, M. Saúde)

Relativamente aos medicamentos ditos convencionais, não existe qualquer empresa de produção sequer a pequena escala, pelo que todos os medicamentos distribuídos são provenientes do estrangeiro. As entidades autorizadas² a comprar medicamentos são:

- Fundo Nacional de Medicamentos (FNM)
- Hospital Ayres de Menezes
- Centro de Saúde Água Grande, centro de maior dimensão do país, localizado na capital São Tomé (distrito de Água Grande)

² Esta autorização não é a que está legalmente em vigor, nomeadamente no que diz respeito aos medicamentos que circulam no Sistema Nacional de Saúde (SNS). De acordo com o Decreto nº52/98 apenas o FNM pode promover a importação, conservação, comercialização e distribuição de medicamentos no SNS, cabendo a esta instituição de utilidade pública, e citando “...assegurar o abastecimento regular a todas as formações sanitárias públicas do País em matéria de fármacos constantes da lista nacional de medicamentos.” No entanto, e como pudemos constatar, a lei não espelha o que acontece na realidade, uma vez que os medicamentos que circulam nos diferentes organismos públicos, desde os Hospitais a Centros e Postos de Saúde, podem ser adquiridos directamente, no primeiro caso, pelo próprio Hospital Central, ou pelas entidades públicas e ONGs atrás referidas, sem nenhuma intervenção do FNM.

- Fundo Global, ONG que está incumbida na RDSTP da aquisição e fornecimento gratuito de medicamentos para paludismo, tuberculose e SIDA
- Projecto Saúde para Todos, desenvolvido pela ONG portuguesa Instituto Marquês de Valle Flor
- Farmácias Privadas

Existem actualmente doze farmácias privadas no país, incluindo um posto no mercado de S.Tomé. Das farmácias existentes, apenas uma tem alvará não caducado. Para a atribuição deste alvará, é necessário um parecer técnico do Ministério da Saúde, sendo este no entanto atribuído depois pelo Ministério do Comércio e Indústria.

É de salientar que, contrariamente ao exigido pela lei em vigor, não há farmacêuticos a trabalhar ou a assumir a Direcção técnica de nenhuma das Farmácias em São Tomé e Príncipe. Deve salientar-se, uma vez mais, que esta situação se deve ao facto de não existirem mais profissionais formados nesta área no país, à excepção das duas únicas farmacêuticas que trabalham no Ministério da Saúde, sendo que apenas existem Técnicos de Farmácia da Escola de Saúde, que trabalham para o Ministério da Saúde, e que asseguram os serviços (regra geral, em *part-time*) no sector privado.

Esta situação, como nos foi referido pelas Farmacêuticas do Ministério da Saúde, coloca o Departamento de Farmácia numa situação muito difícil e crítica, principalmente no que diz respeito à sua actividade de Inspeção das Farmácias para atribuição e manutenção de alvarás. Por um lado, não podem deixar de concluir claramente que nenhuma das actuais farmácias cumpre os requisitos legais, mas por outro lado, sofrem enormes pressões para que seja permitida a manutenção destas “ilegalidades”, uma vez que as farmácias ao serem fechadas ou impedidas de funcionar prejudicariam os utentes das respectivas localidades.

Os medicamentos são adquiridos livremente pelas farmácias, e embora supostamente tenha que haver controlo de importação por parte das entidades oficiais, que inclui o pagamento de taxas alfandegárias, isto não sucede na maior parte dos casos. Na altura em que foi efectuado este estudo, apenas a Farmácia do Riboque, a única com alvará em dia, mas também como as demais sem Direcção Técnica de Farmacêutico, estava a solicitar ao Ministério da Saúde uma autorização de entrada de medicamentos, de acordo com um mapa de importação (“importação às Alfândegas dos medicamentos requisitados ao exterior”).

2.2.1.1.2. Farmácia do Hospital Central Ayres de Menezes

A Farmácia situa-se num dos edifícios deste Hospital, tendo a visita sido guiada pela Técnica D. Dulce. Os medicamentos aqui armazenados destinam-se exclusivamente a uso hospitalar, estando

arrumados por grupo terapêutico e dentro destes por ordem alfabética de nome genérico. No entanto, dentro das instalações hospitalares existe um posto de venda de medicamentos, mediante receita médica.



Fig. 2.3. – D. Dulce, Técnica de Farmácia (Farmácia Hospital Ayres de Menezes)

A aquisição de medicamentos é realizada anualmente pela Direcção do Hospital, mediante requisição da farmácia, elaborada com base nos stocks dos diferentes itens. No entanto, pode ser necessário também fazer pedidos urgentes, quer aos fornecedores internacionais, quer ao Fundo Nacional de Medicamentos. Anteriormente a aquisição de medicamentos era feita unicamente através desta entidade, mas devido a haver muitas vezes rupturas de stocks e atrasos na sua reposição, actualmente a aquisição de medicamentos é feita directamente pelo próprio hospital, segundo nos foi explicado.

A RDSTP recebe igualmente doações de outros países. Na altura desta visita, tinham chegado recentemente um lote de medicamentos da Índia (Figuras 5,6,7).

Observando os medicamentos em stock na farmácia do Hospital, verificou-se que, conforme o registo na embalagem, para além dos provenientes da Índia, doados ou não, muitos dos outros eram de marca europeia. Destes destaca-se a Holden, mas também marcas portuguesas como os Laboratórios Basi, Bial ou Labesfal. De notar que alguns dos medicamentos não fabricados em Portugal, apresentavam na embalagem redacção em português.



Figuras 2.4., 2.5. e 2.6. – Exemplos de Antibióticos (Amoxicilina 500 e 250 mg e Ampicilina 500 mg), doados pela Índia à RDSTP (Farmácia Hospital Ayres de Menezes)

As doações de medicamentos feitas à RDSTP, que são recebidas e armazenadas pelo Hospital Central, são ainda distribuídas para os outros hospitais e centros de saúde do país, bem como para os postos públicos onde haja dispensa de medicamentos.

2.2.1.1.3. Fundo Nacional de Medicamentos

Outra entidade requisitante, oficialmente destinada ao abastecimento de medicamentos para o Serviço Nacional de Saúde, é o Fundo Nacional de Medicamentos (FNM). Esta entidade apenas depende hierarquicamente do Ministério da Saúde, mas tem autonomia de gestão. A visita ao FNM foi conduzida pela respectiva Directora, D. Guiomar Costa, que prestou as informações aqui registadas.

De acordo com a lei São Tomense (Decreto Lei 52/98), todos os medicamentos destinados ao sector público deveriam ser pedidos através do FNM, e até as doações deveriam entrar por aqui, mas na prática não funciona assim. Como já referido, o Hospital Ayres de Menezes, o Centro de Saúde Água Grande e o IMVF, ONG ligada ao projecto “Saúde para Todos”, também importam medicamentos, apenas requisitando ao FNM quando têm ruptura de stocks.

Os medicamentos a encomendar pelo FNM constam da Lista de Medicamentos Essenciais, muito antiga aliás, embora num ou outro caso possam permitir a requisição de medicamentos não constantes dessa lista. No entanto, e segundo a responsável pelo FNM, o Projecto "Saúde para Todos" e o Centro de Saúde Água Grande não cumprem a referida lista.

De notar que actualmente o Projecto "Saúde para Todos" fornece os medicamentos para quase todas as áreas de Saúde, que por sua vez têm postos de venda de medicamentos, tendo esta ONG isenção de direitos e taxas e comprando por isso a um valor mais baixo do que o FNM. O FNM deixou de ter esta isenção em 2006, uma vez que a partir desta data foi alterado o artigo 7º do decreto 52/98, que lhe concedia "isenção total de direitos, taxas e outras imposições aduaneiras e portuárias, relativamente aos medicamentos importados, assim como isenção de tributações sobre o rendimento das suas actividades". Isto na prática significava que até 2006, os medicamentos que o FNM importava com isenção, eram cerca de 25% mais baratos do que actualmente (segundo um estudo efectuado pelo próprio FNM, e apresentado em Anexo – Anexo A).

De referir ainda que os restantes organismos que importam medicamentos também não têm isenção, podendo contudo suceder que vendam medicamentos mais baratos do que o FNM. Isto foi-nos justificado, pelo facto do lucro do FNM também ser utilizado, para além da compra de medicamentos para posterior venda, para pagamento das despesas deste organismo, onde se incluem a manutenção dos armazéns de medicamentos e o pagamento de ordenados aos seus colaboradores.

O FNM adquire actualmente os medicamentos que importa à empresa portuguesa FHC, embora durante muito tempo tenha sido a firma holandesa IDA o principal fornecedor. Os medicamentos vêm sobretudo sob a forma de embalagens hospitalares e são originários de diversos países, nomeadamente China, Índia, Portugal, Bélgica, Irlanda, Alemanha etc. Citam-se exemplos de laboratórios de onde eram provenientes alguns dos medicamentos que se encontravam nas instalações do FNM: Ratiopharm, Basi (Portugal), Waterland (Holanda), Troge Medical (Alemanha), Ovelel (Irlanda), Lambo (Bélgica), Galentic (Índia), etc. De notar que alguns medicamentos, embora com marcas europeias, por ex. Holden, poderiam referir fabrico de outra origem como China ou Índia.

O armazém do FNM encontra-se devidamente climatizado, estando os medicamentos armazenados em muito boas condições e de forma organizada (Fichas de existências, com prazos de validade), cumprindo as normas de armazenamento para estes produtos.

O armazém é constituído por diversos sectores, dois dos quais se encontram actualmente alugados respectivamente ao Fundo Global (onde se encontram os medicamentos para Tuberculose, SIDA e Malária), e à Protecção Materno Infantil (no qual estão preservativos, comprimidos de ferro e ácido fólico entre outros, doados a esta instituição para distribuição ao território da RDSTP).



Fig. 2.7. – Armazéns do Fundo Nacional de Medicamentos

Em anexo (Anexo B - Lista Oficial de Preços) é apresentada a listagem de preços de aquisição e revenda de medicamentos praticados pelo FNM.

2.2.1.1.4. Posto de venda ao público do FNM

Apesar de, e de acordo com a lei, o FNM estar apenas autorizado a vender medicamentos a entidades públicas, esta instituição dispõe de um posto de venda à população, situado bem no centro da capital.



Fig. 2.8. – Posto de Venda do Fundo Nacional de Medicamentos

Neste posto, são vendidos medicamentos, mediante a apresentação de prescrições médicas. No entanto, e como podemos constatar, esta prática nem sempre é realmente levada a cabo, sendo muitas vezes os medicamentos dispensados aos utentes pelos Técnicos do Posto, sem as referidas receitas médicas.

2.2.1.1.5. Centro de Saúde Água Grande

O Centro de Saúde Água Grande está situado na capital e é o maior centro de saúde da RDSTP. Dispõe de uma Farmácia para atendimento ao público, tendo sido a entrevista concedida por um dos seus colaboradores, o Sr. Pacson Vilela.

A aquisição de medicamentos é realizada, pelo Delegado do Centro de Saúde (Dr. Frota), mediante as vendas efectuadas na Farmácia. Embora a lei vigente acerca da aquisição de medicamentos, ainda da era colonial, não refira que centros de saúde possam importar directamente, haverá neste caso uma autorização do Ministério da Saúde.



Fig. 2.9. – Técnicos da Farmácia do Centro de Saúde Água Grande

Os medicamentos são adquiridos normalmente de Laboratórios europeus, sendo actualmente a firma portuguesa FHC a principal fornecedora, sobretudo das marcas Holden e Bial. Na altura da visita existiam em stock também medicamentos doados pela Índia à RDSTP, provenientes da farmácia do Hospital Ayres de Menezes.

Aquando da recepção de grandes quantidades de medicamentos, estes são colocados inicialmente no armazém principal, levando-se depois o que é necessário para o pequeno armazém

situado junto ao balcão de venda ao público. De realçar que se trata uma farmácia com áreas refrigeradas, de modo a garantir a boa conservação dos medicamentos armazenados.

O Centro de Saúde Água Grande fornece também diversos postos de medicamentos de outras localidades como Praia Gamboa, Pantufo, São Marçal, Vila Fernanda, vendendo igualmente para os Serviços Prisionais, as Nações Unidas e os Serviços Militares. De notar que os medicamentos doados por outras nações à RDSTP não podem ser vendidos, mas sim fornecidos aos Centros de Saúde e aos postos para serem utilizados nas urgências.

A Farmácia do Centro está aberta ao público todos os dias da semana das 8h às 21h e aos sábados de manhã. A venda de medicamentos é efectuada mediante receita médica, sendo estas receitas arquivadas. No entanto, certos medicamentos podem ser adquiridos sem apresentação de receita, como é o caso do paracetamol.

Os medicamentos são vendidos à unidade e colocados em pequenos sacos de plástico. Os mais requisitados são o paracetamol, a vitamina C, multivitaminas, o cotrimoxazol, o metronidazol e o complexo B. Quanto às utilizações mais frequentes ressaltam-se: a griseofulvina, princípio activo mais receitado para afecções da pele, mais especificamente no combate à tinha; o cotrimoxazol, muito usado para as anginas; para a tosse, a bromexina; o metronidazol, para a diarreia; a amoxicilina é a substância mais usada para infecções das vias respiratórias superiores; e o diclofenac, que constitui frequentemente uma alternativa ao ibuprofeno para dores e inflamações.

Relativamente aos medicamentos para a malária, doados pelo Fundo Global, nomeadamente a combinação dos princípios activos artesunato e amodiaquina (50 e 135 mg, a dose mais comum), estes não são vendidos, mas sim dados, mediante receita médica.

Outros medicamentos para a malária como o quinino, ou ainda o cloranfenicol para a febre tifóide, não podem ser comercializados na farmácia do Centro de Saúde, pois são medicamentos apenas existentes no hospital.

Nesta farmácia, os stocks são controlados, sendo as entradas e as vendas de medicamentos registadas. Quando os medicamentos passam do prazo, são imediatamente agrupados num pequeno armazém para serem posteriormente destruídos.

Os preços de venda dos medicamentos são fixos, calculados por um contabilista do Centro. São apresentados alguns exemplos ao longo deste trabalho.

2.2.1.1.6. Farmácia do Hospital do Príncipe

O Hospital Dr. Manuel Quaresma Dias da Graça, situado na cidade de Santo António, na ilha do Príncipe, dispõe de uma Farmácia de venda ao público, onde colabora a Sra. Micaela Soares, entrevistada durante a visita.

A requisição de medicamentos é efectuada trimestralmente à ONG “Saúde para Todos” e se esta não dispuser dos medicamentos, estes são pedidos ao FNM. Uma parte destes medicamentos é para uso hospitalar, outra parte para venda ao público e outra ainda para distribuição aos 5 postos de saúde da ilha do Príncipe: Picão, Nova Estrela, Aeroporto, Porto Real, Sundi, os quais têm um responsável que se encarrega igualmente da gestão dos stocks de medicamentos.

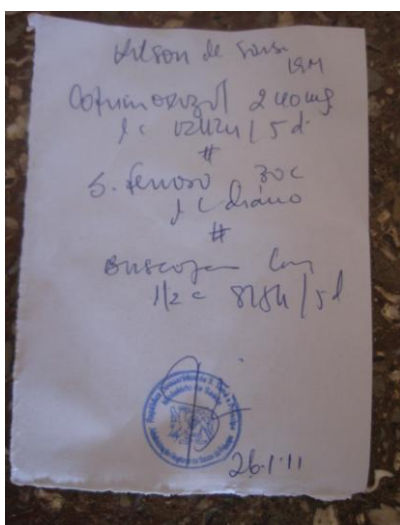


Fig. 2.10. - Receita Médica



Fig. 2.11. – Srª Micaela Soares, Técnica Farmácia (Príncipe)

Os medicamentos de venda ao público, são dispensados mediante receita médica, com excepção por exemplo de paracetamol ou mebendazol, que podem ser vendidos sem receita e avulso.

Existem também doações de medicamentos, provenientes do Fundo Global ou de países doadores. A última doação foi efectuada pela Índia em Dezembro de 2010. Estes medicamentos são utilizados para tratamento hospitalar e também distribuídos aos Postos de Saúde da ilha.

2.2.1.1.7. Posto de Saúde Praia Inhame (Picão) – Ilha do Príncipe

Os Postos de Saúde fazem parte do Sistema Nacional de Saúde, e dependem do Hospital de Santo António. Este posto em particular, é dirigido pela enfermeira Helena, auxiliada por um agente de posto, apoiando uma população de 351 habitantes pertencentes a Picão e Praia das Burras, de 193 habitantes em Paciência e de 57 habitantes em Belmonte.

Os medicamentos utilizados nos postos nos tratamentos de situações de urgência são dados. Para outras situações, e outro tipo de tratamentos, o utente tem que adquirir os medicamentos, a não ser que seja um medicamento doado a São Tomé e Príncipe. Neste caso, a enfermeira Helena dá estes medicamentos, mas a pessoas mais carenciadas.



Fig. 2.12. – Posto de Saúde Picão (Príncipe)



Fig. 2.13. – Farmácia do Posto

A farmácia do posto, consiste num armário onde estão guardados os medicamentos, e que está organizado da seguinte maneira: uma prateleira para testes da malária, etc; outra para medicamentos doados; outra para medicamentos de venda; outra para álcool, desinfetantes e soro para utilização gratuita no posto.

Neste posto de saúde, as entradas e saídas de cada medicamento são registados na respectiva ficha de stock. Sempre que o stock baixa a determinado limite, é feita uma requisição ao hospital. Quando os medicamentos existentes no posto terminam o seu prazo de validade, são expedidos para o hospital onde são diligenciados os restantes procedimentos de eliminação.

Os preços são tabelados e estabelecidos pelo Hospital. Os postos pertencem ao hospital mas os medicamentos aí existentes são na sua maioria financiados pelo Projecto “Saúde para Todos”. O projecto “Saúde para Todos” é, na ilha do Príncipe, da responsabilidade do Dr. José Jaime Costa.

No quadro 2.1. são apresentados alguns exemplos quer dos preços de aquisição quer dos preços de “revenda” dos medicamentos, e que são os praticados pelo Hospital no abastecimento aos Postos de saúde. São ainda apresentados os preços de venda ao público comuns à Farmácia do Hospital e aos Postos.

O diferencial obtido pela venda de medicamentos nos postos, é utilizado para pagamento de um subsídio aos enfermeiros dos postos.

Quadro 2.1. – Preços de Medicamentos (Hospital e Postos Saúde da ilha do Príncipe)

Medicamento (Nome genérico, forma farmacêutica, dosagem)	Preço Aquisição /Unidade (dobras)	Preço Venda ao Público /Unidade (dobras)
Amoxicilina, cáp., 250 mg	950,46	1.000,00
Amoxicilina, cáp., 500 mg	1.191,14	1.500,00
Bromexina, comp., 8 mg	-	-
Complexo B, comp., 17 mg	312,09	500,00
Cotrimoxazol, comp., 480 mg	823,41	400,00
Diclofenac, comp., 25 mg	-	-
Griseofulvina, comp., 500 mg	-	-
Ibuprofeno, comp., 200 mg	262,72	400,00
Ibuprofeno, comp., 400 mg	-	-
Indometacina, comp., 25 mg	209,85	300,00
Metronidazol, comp., 250 mg	200,00	300,00
Multivitaminas, comp.	328,90	300,00
Paracetamol, comp., 500 mg	195,00	300,00
Vitamina C, comp., 250 mg	-	-

2.2.1.1.8. Farmácias Privadas

Como já foi atrás referido, as farmácias adquirem directamente os medicamentos para venda própria. De notar ainda que relativamente aos medicamentos convencionais, como não existe nenhuma empresa local de produção sequer a pequena escala, todos os medicamentos aqui vendidos são provenientes do estrangeiro.

Farmácia Epifânio (São Tomé)

Durante o trabalho de campo, foi efectuada uma visita à Farmácia Epifânio, uma das 3 farmácias localizadas no centro da cidade de São Tomé, e uma das mais requisitadas, segundo as informações que nos foram fornecidas pelo Departamento de farmácia do Ministério da Saúde. Esta farmácia pertence a uma farmacêutica portuguesa, natural de São Tomé, mas que não reside em S. Tomé, tendo apenas técnicos de farmácia a fazer o atendimento aos utentes. Apesar da aparente boa apresentação da farmácia, e da solicitude da jovem técnica que nos atendeu, não nos pareceu uma farmácia bem munida de medicamentos, nem sequer conveniente em termos dos preços tabelados.

Com efeito, na altura da visita solicitámos informações sobre diversos medicamentos disponíveis, não existindo por exemplo em stock nem o metronidazol, nem nenhum complexo multivitamínico, com minerais e complexo B (os preços encontram-se descritos no quadro 3.2.).

São de salientar as seguintes proveniências de alguns dos medicamentos: amoxicilina (Lab. Labesfal, Portugal); cotrimoxazol (Lab. Kaneshie³, Gana); diclofenac (Lab. Stravanti⁴, Índia); paracetamol (Lab. Sanofi, Portugal); vitamina C (Lab. Sprukfield UK Sarl, Togo).

De acordo com a pesquisa efectuada, e relativamente aos exemplos acima apresentados, não foram encontradas correspondências com laboratórios farmacêuticos para as designações assinaladas (Kaneshie e Stravanti) e nos locais indicados. De notar que estas evidências poderão indiciar a possibilidade da existência de medicamentos contrafeitos em farmácias convencionais, fazendo estas parte do mercado formal e legal de medicamentos.

Farmácia Botânica (Príncipe)

Trata-se de uma Farmácia privada, situada em Santo António do Príncipe, a cerca de 20 m de uma loja que também vende medicamentos, a loja Lima e Barbosa, e que adquire medicamentos ao FNM e ao Projecto “Saúde para Todos”.

É uma farmácia pequena e dispunha de poucos medicamentos nas prateleiras, dos quais destacamos as seguintes proveniências (os respectivos preços encontram-se no Quadro 3.2.): ampicilina 250 mg, embalagem de 1.000 comprimidos (Holden, fabricado na China); paracetamol (Holden, fabricado na China); cotrimoxazol (Holden, fabricado na China); ciprofloxacina 500 mg, embalagem de 100 comprimidos (Holden, fabricado na China); bromexina 8mg, embalagem de 100 comprimidos (Holden, fabricado na Índia); ibuprofeno 200 mg, (Holden, fabricado na Índia).

A farmácia aguardava nova remessa, mas o técnico não fazia ideia de quando viriam os medicamentos. Não tinha de momento por exemplo diclofenac ou metronidazol. Possuía outros medicamentos, provenientes de laboratórios portugueses, em pouca quantidade (apenas uma embalagem de cada) e embalagens mais pequenas: Folifer®, lab. Bial; Betadine® verde; Nimed® 100 mg; amoxicilina e ácido clavulâmico (100 e 125 mg), lab. Generis; Pankreoflat®, etc.

2.2.1.2. Mercado Informal

Relativamente ao mercado de medicamentos fora do circuito legal (mercado informal), foi por vezes difícil definir o que era formal ou informal, tendo-se considerado mercado informal, para efeitos deste estudo, não só os medicamentos vendidos nos mercados (em bancas ou locais fixos), quer

³ Não foi encontrado qualquer laboratório com este nome. Kaneshie é um subúrbio de Acra, no Gana.

⁴ Não foi encontrado qualquer nome semelhante a Stravanti, como companhia farmacêutica indiana.

também os vendidos na rua ou no interior dos mercados por vendedores ambulantes (sem banca de venda autorizada), como também a venda em lojas (mercearias, por exemplo), e ainda a venda efectuada por entidades religiosas.

Os locais oficiais de venda autorizada de medicamentos, nomeadamente Centros ou Postos de Saúde e ainda as Farmácias privadas, foram considerados Mercado Formal, apesar de, no caso destas últimas, quase todas possuírem alvará caducado.

Na impossibilidade de fazer um estudo longo e exaustivo de todos os medicamentos existentes no mercado informal, a investigação em curso foi orientada no sentido de averiguar a venda informal e respectivos preços de medicamentos equivalentes aos medicamentos mais utilizados no circuito de comercialização formal (instituições públicas e privadas com autorização de comercialização de medicamentos), bem como de medicamentos que pudessem ter as mesmas aplicações nos tratamentos mais frequentemente realizados pelos terapeutas tradicionais.

Assim, analisados os registos já efectuados acerca das doenças tratadas pelos terapeutas, pretendeu-se obter informação sobre medicamentos e respectivos preços para tratamento das seguintes afecções:

- Afecções das vias respiratórias (anginas, gripes, febres e dores)
- Dores musculares (comprimidos e pomadas)
- Infecções do aparelho genito-urinário
- Afecções gastro-intestinais (cólicas, dores barriga, obstipação, diarreias)
- Malária
- Dor de Dentes
- Diabetes
- Tensão alta

Por outro lado, foram ainda tidos em conta os medicamentos mais requisitados no Mercado Formal (dados obtidos da Farmácia do Centro de Saúde Água Grande). Neste sentido o estudo direccionou-se para os princípios activos: paracetamol, vitamina C, multivitaminas e complexo B, cotrimoxazol e metronidazol, respectivamente muito utilizados para combate aos sintomas dores e febre, gripe ou fraqueza, fraqueza, anginas e diarreia. Outros medicamentos com consumo ainda razoável foram também incluídos: a amoxicilina, mais usada para infecções das vias respiratórias superiores; o diclofenac e ibuprofeno para dores ósseas e musculares, e inflamações; o cloranfenicol muito utilizado para a febre tifóide.

De notar ainda que alguns dos tratamentos efectuados pelos terapeutas tradicionais, como o tratamento da “frialidade”, poderão estar relacionadas com outras afecções, como o reumatismo ou a fraqueza geral, para as quais se poderão, na medicina convencional, utilizar alguns dos fármacos acima mencionados como o diclofenac e ibuprofeno ou as vitaminas. Por sua vez, é assumido que o

reumatismo e a fraqueza poderão estar relacionados com outros fenómenos como é o caso da impotência sexual.

Ao contrário da recolha de dados da Medicina Tradicional, e com excepção da ilha do Príncipe, o estudo do mercado informal de medicamentos convencionais na ilha de São Tomé, foi efectuado mantendo o investigador o seu anonimato e apresentando-se como um normal utente (embora estrangeiro), que desejava comprar medicamentos.

2.2.1.2.1. Ilha de São Tomé

Durante a estadia na capital São Tomense foi observada a venda de medicamentos, fora do circuito legal, essencialmente em três locais: no interior do Mercado Grande e nas imediações do mesmo, nas ruas, e ainda no Mercado Novo.

Foram feitas inicialmente várias prospecções a estes locais, que serviram para identificar os vendedores e testar as técnicas a aplicar na recolha de dados deste mercado informal, e que permitiram retirar ilações sobre alguns aspectos a ter em atenção, nomeadamente no que concerne a uma mais exaustiva observação das embalagens a adquirir, na verificação da embalagem interna e externa e também do lote e validade aí inscritos. Outro aspecto importante, quando da aquisição de produtos avulsos, será solicitar ao vendedor que na operação de corte do *blister* para dispensa de apenas algumas unidades do mesmo, o faça de modo a manter a informação habitualmente contida no verso.

Seguem-se os registos sobre os dados obtidos, nos diversos contactos estabelecidos com os vendedores, retirando-se em simultâneo algumas conclusões.

Mercado Novo

O *Mercado Novo*, é um edifício situado no centro da cidade, com um piso térreo e dois superiores e onde se vende, desde frutas e legumes, a vestidos, sapatos, artigos de higiene, mobília... e medicamentos. Existe uma “farmácia”, ou melhor dizendo um “posto de venda de medicamentos”, numa loja do andar superior do mercado. Com uma dimensão não superior a 6 m², são visíveis medicamentos dispostos em prateleiras, tal como numa farmácia convencional, a maioria dos quais com as mesmas apresentações dos medicamentos à venda nas farmácias portuguesas.

Este posto, tal como restantes Farmácias oficiais, não possui um Farmacêutico na Direcção Técnica. Na altura da visita, encontrava-se ao balcão uma funcionária aparentando ter cerca de 20 anos. Foi-lhe por nós solicitado um medicamento para dores de garganta, tosse e dores de cabeça. Foram-nos indicados de imediato dois xaropes, provenientes, de acordo com as inscrições na embalagem, de laboratórios europeus (um espanhol e outro francês). Este último, em embalagem de 100 mL de xarope, continha como princípio activo a carbocisteína, e denominava-se Fluiditec®. Este

princípio activo é realmente receitado para problemas de tosse, mas de acordo com a colaboradora do posto, também resolveria problemas de inflamação e dor de garganta (o que não é uma informação técnica correcta). Foi-lhe também solicitada uma alternativa em comprimidos, tendo sugerido Meloxicam®, em caixa de 60 comprimidos e igualmente de fabrico europeu (apesar de ser de facto um anti-inflamatório, está mais indicado em doenças reumáticas e outras afecções músculo-esqueléticas).

Os preços dos medicamentos são fixos e encontram-se tabelados, sob a forma de lista, que é consultada pela colaboradora quando solicitados os preços. O preço da caixa de Meloxicam® era de 480.000 Dobras (8.000 dobras/comprimido). O xarope de carbocisteína apresentava um custo de 100.000 dobras.

Verificou-se ainda que os medicamentos aconselhados se encontravam dentro do prazo de validade. No entanto, e apesar de ter um aspecto relativamente limpo e organizado, as instalações não tinham as condições indispensáveis para um correcto armazenamento de medicamentos, nomeadamente não dispunha de ar condicionado.

Comércio de Rua

Na rua, e entre o Mercado Novo e o Mercado Grande, encontram-se muitos vendedores ambulantes (“candongueiros”), que expõem variados artigos, no chão ou em pequenas bancas improvisadas. Nesse local, e em frente a uma loja denominada Mortex, foi avistado um homem jovem, com cerca de 30 anos, junto a uma caixa aberta, colocada em cima de um banco, dentro da qual eram visíveis embalagens de medicamentos. Observando os medicamentos, verificou-se que a maioria está dentro da embalagem secundária, existindo também medicamentos avulsos, como ampicilina em cápsulas. Isoladamente, encontrava-se também um estimulante sexual (não para impotência, mas apenas estimulante, segundo o vendedor), do qual não se conseguiu verificar a proveniência, mas cuja embalagem apresentava também caracteres chineses.

Foi solicitado ao vendedor, um medicamento para dores do corpo, tendo este sugerido diclofenac, marca Diofen 50®, com embalagem em inglês “anti rheumatic, anti-inflammatory, analgesic”.

O vendedor confirmou tratar-se de um remédio anti-inflamatório, usado para dores do corpo, o que está correcto; o diclofenac é largamente utilizado em Portugal para esses fins. A primeira embalagem observada continha 10 comprimidos, e era proveniente de uma fábrica de Acra, capital do Gana, cuja existência se confirmou posteriormente.



Fig. 2.14. e 2.15. – Medicamentos vendidos na rua (São Tomé)

O vendedor dispunha ainda de outros medicamentos contendo o princípio activo Diclofenac, tal como o Jubucap®, proveniente de um laboratório de Lagos-Nigéria e contendo uma associação de diclofenac e paracetamol. Esta embalagem era maior, com maior número de comprimidos e era mais cara do que anterior. O vendedor justificou o preço mais elevado por ser um medicamento mais completo do que aquele que apenas continha diclofenac. Foi ainda observada uma outra embalagem de diclofenac, desta vez proveniente da Índia, mas com inscrições em português.

Quanto a outros medicamentos de laboratórios portugueses, constituíam uma ínfima parte, destacando-se a marca BASI®.

O vendedor dispunha igualmente de *blisters* de ampicilina, contendo cápsulas de invólucro preto e vermelho (aparentemente iguais à Ampicilina doada pela Índia e observada na Farmácia do Hospital Central Ayres de Menezes). Este *blister* de ampicilina apresentava lote e validade diferente do amostrado no Hospital, verificando-se posteriormente que as cápsulas do lote vendido na rua continham uma gravação do laboratório LETAP®, inexistente no lote do Hospital. Inquirido sobre o que eram aquelas cápsulas, o vendedor respondeu tratar-se de antibiótico, parecendo mais uma vez estar em geral a par dos grupos terapêuticos a que pertenciam os medicamentos que vendia.



Fig. 2.16. e 2.17. – Ampicilina (Hospital Central) e Ampicilina (vendida na rua, São Tomé)

De referir ainda que as cápsulas de ampicilina, foram colocadas num pequeno saco transparente, com a designação IDA, e que era um dos fornecedores das entidades oficiais que compram medicamentos para o sector público. Em várias outras situações foi observado o uso destas embalagens no mercado informal de medicamentos. Este facto, aliado a vários testemunhos que nos relataram o desaparecimento de medicamentos pertencentes a entidades públicas, nomeadamente ocorrido durante o seu transporte e distribuição para postos de saúde, evidencia uma forte possibilidade de que alguns destes medicamentos que chegam ao mercado informal, sejam desviados ilicitamente do circuito formal público (hospitais, postos e centros de saúde).

Por outro lado, pudemos constatar, que neste mercado informal de rua, se vendem antibióticos à unidade, o que é bastante grave, do ponto de vista das multi-resistências.

Relativamente aos preços praticados por este vendedor, verificou-se que estes não são fixos, e podem ser sujeitos a “negociação”, o que é aliás típico das vendas de rua em São Tomé e Príncipe. O vendedor pediu inicialmente um preço mais alto (70.000 dobras), por 4 cápsulas de ampicilina e pelas embalagens completas dos outros dois medicamentos referidos (Jubucap® e Diofen®), tendo baixado o preço para 50.000 Dobras posteriormente. No final, foram adquiridas 4 cápsulas de ampicilina por 8.000 dobras, e uma caixa de Diofen 50®, com 10 comprimidos, por 15.000 dobras. Ambos se encontravam dentro do prazo de validade, de acordo com as inscrições respectivamente no *blister* (embalagem primária) e caixa (embalagem secundária). Durante o acto de venda foram-se aproximando outros vendedores, que observavam o desenrolar dos acontecimentos, ao mesmo tempo que reclamavam também algum negócio para eles. Estes vendedores, ao contrário do primeiro, traziam uma mala presa a tiracolo com medicamentos, mas de muito menor dimensão do que a caixa daquele primeiro vendedor, que se assemelhava a uma verdadeira banca de venda de medicamentos.

Também na rua, e a cerca de 30 metros do Mercado Novo, e em direcção à Baía Ana Chaves, encontra-se um recinto com várias tendas de venda de diversos produtos, recinto esse já visitado anteriormente e onde se encontravam medicamentos à venda. Neste local encontrava-se um grupo de jovens, todos com malas a tiracolo; estes vendedores assemelham-se aos cambistas de rua, uma vez que usam o mesmo tipo de mala. Abordámos um deles, cuja mala estava ligeiramente entreaberta, e onde era possível ver alguns medicamentos, solicitando-lhe remédios para dores, febre, e diarreia. À medida que ia mostrando a mercadoria, o vendedor permitia que a mala fosse remexida pelo cliente, em busca de outros medicamentos de interesse. No entanto, parecia não estar muito à vontade com a exposição do seu negócio, parecendo querer fazê-lo rapidamente. De facto, a venda informal de medicamentos convencionais, embora seja uma realidade, não é autorizada pelas Autoridades, podendo no entanto o pouco à vontade sentido relativamente ao vendedor estar relacionado não só com o produto de venda em si, mas também pelo facto de o vendedor não dispor de banca de venda autorizada. Este vendedor aparentava ter cerca de 25 anos, e parecia ter a sua caixa organizada por

secções correspondentes aos tipos de sintomas ou doenças. Sabia por exemplo de cor qual o medicamento que continha paracetamol, retirando um *blister* de uma caixa com gravação do laboratório Emzor®, fabricado em Lagos, Nigéria. Tinha também a perfeita noção que diclofenac se destina a dores mais fortes do que uma simples dor de cabeça, e que a combinação deste princípio activo com outro o tornava mais potente. Da mesma forma, o preço inicial que pediu para a associação de diclofenac e paracetamol foi de 30.000 dobras, enquanto para os restantes medicamentos solicitados (cotrimoxazol, metronidazol, paracetamol), foi de 25.000 dobras por blister de 10 ou 12 unidades. Depois de negociado o preço, foram adquiridos por um total de 80.000 Dobras, os seguintes medicamentos: um *blister* de 12 comprimidos de paracetamol 500 mg, marca EMZOR®, fabricado em Lagos (Nigéria); um *blister* de 10 comprimidos de cotrimoxazol 480 mg, marca SPRUKFIELD® (U.K.), fabricado em Lomé (Togo); um *blister* de 10 comprimidos de metronidazol 200mg, marca LETAP®, sem indicação do país de origem, um blister de 10 drageias de ibuprofeno 200 mg, marca GEOFEN®, fabricado em Acra (Gana); foi ainda incluída uma caixa de medicamentos de marca JUBUCAP®, com aspecto degradado e fechando mal, de fabrico nigeriano e supostamente contendo 10 cápsulas constituídas por paracetamol a 500 mg e diclofenac a 50 mg (posteriormente, constatou-se que a caixa continha um blister de marca IBUCAP®, fabricado pelo Laboratório Shalina, sem referência do país de origem, e contendo, ao contrário do referido na embalagem secundária fornecida, uma mistura de paracetamol (325 mg), ibuprofeno (200 mg) e cafeína (30 mg).



Fig. 2.18. a 2.21. – Embalagens primárias e secundárias de Medicamentos vendidos na rua (São Tomé)

Em geral, e de acordo com as inscrições das embalagens (secundária e/ou primária), adquiridas, os medicamentos apresentavam o número de lote legível e encontravam-se dentro do prazo de validade, com excepção do paracetamol, cujo prazo não é perceptível.

Ainda antes de terminar o negócio, os outros vendedores que estavam por perto iam dando palpites e mostrando os seus próprios medicamentos. Um deles pediu 35.000 Dobras por um *blister* de 10 comprimidos de uma mistura de paracetamol (500 mg) e diclofenac (50 mg), Dolo PLUS®, fabricado no Gana, Laboratórios ESKAY, mas acabando por vender por 20.000 dobras.

Numa outra ocasião, somos abordados na rua, por um dos vendedores conhecidos que vem em nossa direcção. É possível ver o conteúdo da mala que transporta ao pescoço: os medicamentos habituais para dores e febre, vitaminas, e antibióticos. Solicitado o preço de vitamina C, disse custarem 50.000 dobras 10 comprimidos, descendo depois o preço para 25.000 dobras. O vendedor foi questionado sobre a origem da vitamina C, que era do Togo, mas não quis dizer como tinha adquirido o medicamento. Entretanto chega outro vendedor que assiste à venda e que apresenta outra marca de vitamina C com uma embalagem com melhor aspecto do que a anterior. Durante o negócio o primeiro vendedor percebendo a crítica sobre o aspecto da caixa, mostra, segundo ele, comprimidos de vitamina C dentro de em pacotinho de plástico com as iniciais IDA e um custo de 2.500 dobras a unidade. Estes comprimidos não apresentavam qualquer identificação que levasse a crer tratar-se de vitamina C. Perante a nossa dúvida, o vendedor sugeriu que tomássemos um comprimido para comprovar, o que foi de imediato recusado. Preferiu-se assim adquirir a vitamina C contida, supostamente, na embalagem de origem, fabricada pelos Laboratórios Sprukfield, em Lomé (Togo). Este vendedor possuía ainda outros medicamentos em embalagens da IDA.

Mercado Grande

Foi também visitado, por diversas vezes, o Mercado Grande, onde se vende essencialmente fruta, legumes, carne, peixe, e onde existem também diversas bancas de venda de medicamentos tradicionais. Na parte exterior, no perímetro circundante, existem lojas onde são efectuadas vendas de artigos de higiene, mercearias, artesanato, tabaco, etc. Este mercado encontra-se habitualmente a transbordar de gente, dificultando a passagem e as compras. Os vendedores de legumes ou peixe assediam quem passa, de modo a que os clientes olhem para os seus produtos. Logo numa das entradas deste mercado, avistámos um vendedor de sacola ao pescoço e com *blisters* de medicamentos na mão, a passar dentro do mercado. Solicitámos vitaminas, tendo o vendedor mostrado vários tipos. Depois de negociado o preço, foi adquirido um *blister* de 10 comprimidos (vitaminas e minerais), marca DARAVIT®, fabrico indiano, e a mesma quantidade de vitaminas SOLOTONE®, *made in* Togo por 50.000 dobras. De notar que a pedido, o vendedor cedeu a caixa de DARAVIT®, onde estava mais do que um *blister*, tendo sido retirado o excedente, ficando apenas o adquirido e a bula. Foi aliás o único medicamento comprado no mercado informal em que no acto da venda foi cedida uma bula. O *blister*

de SOLOTONE® apresentava lote e validade não perceptíveis, enquanto o de DARAVIT® possui estes dígitos bem visíveis, estando igualmente dentro do prazo. No entanto, a caixa não dispunha dessa informação, apresentando letras muito sumidas e ilegíveis na parte lateral. Quanto à bula, apresentava indicações em inglês nomeadamente relativamente à posologia, onde referia “One to two tablets daily or as directed by the Physician”.

Este vendedor dispunha do mesmo tipo de medicamentos observados anteriormente junto de outros “candongueiros”: medicamentos para as dores, contendo paracetamol, diclofenac ou associações deste e ibuprofeno; vitaminas C, complexo vitamínico ou vitaminas e minerais, cotrimoxazol, metronidazol, antibiótico, nomeadamente ampicilina e ainda um estimulante sexual. Depois de solicitarmos amoxicilina, como este vendedor não tinha este medicamento, prontificou-se a chamar um outro que também ali vendia medicamentos, mas que também não tinha amoxicilina. A este último vendedor, foram adquiridas por 25.000 dobras, 10 cápsulas de indometacina a 25 mg, um anti-inflamatório usado para dores reumáticas e outras, marca CIDIMED®, e de origem chinesa, de acordo com inscrição na embalagem.

Tal como o seu colega, disse-nos o seu nome, e também cedeu o telefone para que o pudessemos contactar posteriormente. De notar que um deles permitiu ser fotografado com a sua mala, daí se poder conjecturar acerca, ou da ingenuidade destes vendedores ou da permissão tácita, por parte das Autoridades, da venda de medicamentos dentro do mercado e nas suas imediações.



Fig. 2.22. e 2.23.– Mercado Grande e Vendedor ambulante de medicamentos (São Tomé)

Os vendedores abordados em ocasiões anteriores, na rua, não parecem ter esta inocência, sendo mais cautelosos no acto da venda, muitos deles disfarçados de cambistas.

Numa outra ocasião, abordámos um outro vendedor que se encontrava na parte exterior do edifício do Mercado Grande. Trazia uma mala aberta, transportada ao pescoço, onde eram visíveis embalagens de medicamentos. Depois de inquirido, disse não dispor de amoxicilina. Possuía aliás

muito pouca qualidade e quantidade de medicamentos: diclofenac, paracetamol, metronidazol, e uma combinação de diclofenac e ibuprofeno. Solicitámos o preço de metronidazol a 200 mg, tendo começado por pedir 50.000 dobras por *blister*, e acabando por vender dez comprimidos por 20.000 dobras. Este *blister*, de acordo com o referido no seu verso, era proveniente da Nigéria, laboratórios Goldmore, e da marca METROMAX®. Nesta altura, aproximaram-se entretanto outros clientes santomenses: uma senhora comprou dois comprimidos da combinação ibuprofeno e diclofenac, tendo a venda decorrido rapidamente, sem negociação, e tendo a senhora pago 2.000 dobras por unidade (comprimido). Perguntamos ao vendedor se a senhora sabia como tomar aquele medicamento, uma vez que não houve qualquer aconselhamento no acto da venda, ao que respondeu que sim. No entanto, solicitado aconselhamento acerca da toma de metronidazol, o vendedor não respondeu, assumindo-se que não sabia. A respectiva bula era inexistente.

Perguntámos ainda como adquiriria medicamentos da Nigéria e outros países africanos, mas simplesmente sorriu e não respondeu. Fica a incógnita sobre se não queria responder, ou se não sabia, uma vez que muitas vezes estes “candongueiros” apenas recebem as mercadorias à consignação, de outros comerciantes que as importam.

Neste mercado, presenciámos ainda uma outra compra de medicamentos feita por um santomense, a um vendedor já nosso conhecido, que adquiriu 6 comprimidos de paracetamol 500 mg (300 dobras cada) e 5 comprimidos de diclofenac (2.000 dobras cada) por 15.000 dobras. Assistindo aos preços praticados, comprámos então 10 comprimidos de diclofenac por 20.000 dobras.

De realçar que enquanto fazíamos o negócio, passou um polícia mesmo ao lado que, olhando em frente, não ligou e continuou a andar.

Ainda dentro do Mercado Grande, observamos noutra ocasião, um vendedor ainda desconhecido. Parecia vender mais barato que outros colegas: paracetamol e diclofenac, vendidos cada 10 comprimidos, respectivamente a 10.000 e 15.000 dobras. A marca de paracetamol, era igual à adquirida a outro vendedor. Os medicamentos deste vendedor são em geral apenas para dores, mas efectivamente são mais baratos.

Depois de outra volta no interior do mercado, observámos um jovem que depositou numa bancada vazia vários medicamentos, para arrumar melhor a sua mala de medicamentos, que aliás parecia transbordar deles. Perguntámos-lhe várias coisas sobre os produtos que vendia e concluímos que sabia para que serviam os medicamentos e também os modos de os tomar. Assim por exemplo, sabia que a dose total de ácido fólico era de 30 comprimidos, ou que a indometacina servia para dores de corpo. Parecia bem informado, tendo revelado que era professor, funcionando a venda de medicamentos como complemento ao seu baixo ordenado. Apenas vendia medicamentos no seu dia de folga. Depois de inquirido sobre o seu fornecedor, respondeu que ia buscar os medicamentos que

vendia avulso, a uma sucursal do FNM, antiga ENAMED (Posto de venda ao público), tendo aliás ido lá naquele dia fornecer-se. Mas não explicou onde adquiria os outros medicamentos, provenientes do Togo ou Nigéria. Referem-se alguns preços praticados por este vendedor: ZENTEL®, desparasitante, a 10.000 dobras cada comprimido; DOLOTAB® vendido a um cliente por 1.500 dobras (10 comprimidos). Adquirimos a este vendedor outros medicamentos: Cloranfenicol 250 mg, Laboratórios Letap (sem indicação do país de fabrico) por 20.000 dobras cada *blister* (10 comp); ampicilina 250 mg, do mesmo laboratório por 20.000 dobras cada *blister* (10 comp); e ácido fólico vendido avulso, por 5.000 dobras cada 10 comprimidos, desconhecendo-se neste caso, a marca, dose ou origem.

Posteriormente, noutra visita, encontramos-nos com o vendedor a quem tínhamos solicitado amoxicilina, e que a conseguiu finalmente arranjar: marca NESMOX-500®, laboratório Nostrum da Nigéria, ao preço de 50.000 dobras por 10 unidades.

Reparámos entretanto que este vendedor possuía vários comprimidos ou cápsulas contidos em saco IDA, mas sem qualquer identificação. Solicitámos o preço de vitaminas avulso, 10 comprimidos de vitamina C e 10 de complexo B, custando 10.000 dobras cada conjunto. No entanto, e talvez por não dispor de muitos sacos IDA, o vendedor colocou os nossos 10 comprimidos de vitamina C num saquinho reutilizado da IDA, tendo o cuidado de soprar para o saquinho primeiro, antes de aí colocar as 10 unidades de vitamina C. Poderemos inferir que aquele saco já havia contido um outro produto, uma vez que apresentava restos de pó, que o vendedor teve necessidade de retirar.



Fig. 2.24. e 2.25.– Medicamentos vendidos no Mercado Grande (São Tomé)

Reparamos ainda na existência de um outro saco onde estava uma mistura de comprimidos de cores diferentes (uns rosa e outros brancos). Apesar deste vendedor parecer conhecer razoavelmente os medicamentos que vende, o facto é que não é procedimento correcto, misturar comprimidos que nem nas suas embalagens primárias estão.

O vendedor acabou por fazer um preço total de 60.000 Dobras pelos 30 comprimidos (amoxicilina, vitamina C e complexo B), baixando o preço da amoxicilina, mas dizendo que o preço

unitário real seria de 5.000 dobras por comprimido e que vendia a este preço aos santomenses, não podendo baixar mais o preço por ser um medicamento difícil de adquirir.

Tal como já referimos anteriormente, e de acordo com fontes secundárias não oficiais, muitos dos vendedores aceitam medicamentos à consignação. Outras fontes referiram que os medicamentos sobretudo os provenientes dos países da costa ocidental africana, são fornecidos maioritariamente por comerciantes de origem libanesa, ou vendedores daqueles países africanos radicados na RDSTP, ou ainda por vendedores desses países que aí vivem periodicamente. Outra possibilidade também já anteriormente levantada, seria o desvio de medicamentos por profissionais das infra-estruturas públicas de saúde e a existência de redes que permitissem por fim a venda directa ao cliente nestes mercados informais. No entanto, nenhuma destas situações foi passível de confirmação.

A informação fornecida por um dos vendedores, de que adquiria os medicamentos no posto de venda ao público do FNM, é em nossa opinião totalmente possível, e “justificada” pela necessidade deste organismo de aumentar as suas vendas, e fundamentada também nas vendas por nós observadas a pessoas sem receitas médicas, neste mesmo posto.

2.2.1.2.2. Ilha do Príncipe

Segue-se um relato sobre locais de venda de medicamentos nesta ilha, incluindo-se uma loja que não sendo uma farmácia, comercializa medicamentos com permissão tácita das autoridades, e também dois postos ligados a instituições religiosas. Informações obtidas da população apontavam para a existência de dois indivíduos que venderiam medicamentos no mercado de Santo António ou nas suas imediações. No entanto, nas visitas feitas ao local durante o tempo de permanência nesta ilha não se avistaram tais vendedores ambulantes. Em geral, todos os indivíduos entrevistados e todas as entidades visitadas nesta ilha foram muito abertos e prestáveis relativamente às informações por nós solicitadas, tornando o trabalho de campo mais fácil do que na ilha de São Tomé.

A loja *Lima e Barbosa* situa-se no largo da igreja da cidade de Santo António e vende artigos alimentares, mas também vende medicamentos. O horário de abertura é 08.00h-12.30h; 15.00h-17.30h. Observado o armário de medicamentos, verifica-se que tem embalagens conhecidas de ASPIRINA® (500 mg e 100 mg), com 20 comprimidos cada caixa, da Bayer® portuguesa. Dispõe ainda de paracetamol, embalagem grande para venda avulso, da marca Dana®, embalagens para venda avulso de furosemida (diurético usado como anti-hipertensor), cotrimoxazol, metronidazol, indometacina 250 mg e retinol (vitamina A). Em quantidades mais reduzidas (uma só caixa de cada), verifica-se ainda a existência do antidiarreico IMODIUM® (20 comp.), de laboratório português, de CHOLIATRON®, para o fígado e vesícula, de MENTOCAÍNA®, pastilhas para garganta, e de ibuprofeno.



Fig. 2.26. – Loja Lima e Barbosa (Sto. António, Príncipe)

Na loja havia apenas uma embalagem de vitamina B12 para administração parentérica, que não referia origem de fabrico, mas apenas lote e validade; de xaropes para a tosse, por exemplo, PULMIBEN® 2% (125 ml) a um preço de 315.000 dobras; entre outros medicamentos como o bisacodil (laxante), ácido fólico, vitamina C e salbutamol, em embalagens grandes, em geral de 1.000 comprimidos cada. Depois de inquirido, o vendedor afirmou que os medicamentos mais vendidos eram ASPIRINA® (500 mg e 100 mg), paracetamol, ibuprofeno, metronidazol e cotrimoxazol.

Adquirimos então dez unidades (comprimidos/cápsulas) dos seguintes medicamentos (todos dentro do prazo de validade): Diclofenac, cada a 2.500 dobras (marca IDA, mas fabricado pelos lab. Cipla, Índia); metronidazol, cada a 1.500 dobras (Lab. Kunimed Pharmachem, Nigéria); cotrimoxazol (SAMTRIN®), cada a 2.500 dobras (Lab. Sam, Nigéria); paracetamol (PARADANA®), cada a 1.500 dobras (Lab. Dana, Índia). Segundo a pesquisa efectuada, estes medicamentos, laboratórios e origens são referenciados em vários sites na internet, apenas não se tendo conseguido encontrar nenhuma referência para o SAMTRIN®.



Fig. 2.27. e 2.28. – Medicamentos vendidos na Loja Lima e Barbosa (Sto. António, Príncipe)

A *Igreja Nova Apostólica* dispõe de uma clínica e de uma Farmácia aberta ao público em plena cidade de Santo António. A igreja Nova Apostólica está ligada à ONG ANAC (Acção Nova Apostólica de Caridade), cujos membros pertencem a vários países.

É esta ONG que diligencia a recepção de medicamentos para a ilha do Príncipe, quer através de recebimento de doações, provenientes por exemplo da Alemanha, quer por aquisição de medicamentos em São Tomé, mais precisamente no FNM e na UNAMED.

O Sr. Aurélio Fernandes é o responsável e concedeu as informações que se seguem: os medicamentos são vendidos na Farmácia a um preço que permite uma pequena margem de lucro, suficiente para a recuperação de custos (preços no quadro 3.2.). São vendidos mediante receita, exceptuando, por exemplo, analgésicos (paracetamol e aspirina). As listagens de preços mostradas, incluíam o prazo de validade dos medicamentos em stock.



Fig. 2.29. – Igreja Nova Apostólica (Sto. António, Príncipe)



Fig. 2.30. – Sr. Aurélio Fernandes

Depois de inquirido, o Sr. Aurélio confirmou que os medicamentos são requisitados em conformidade com a lista de medicamentos essenciais da OMS. A requisição é efectuada à ANAC, sediada em São Tomé, três vezes por ano, sendo a maioria dos medicamentos fornecidos, da marca IDA. Os utentes são provenientes de várias zonas do Príncipe: Sundi, Abade, Aeroporto, Nova Estrela e São Joaquim.

A *Congregação Religiosa (Madres)* é aqui incluída uma vez que poderá eventualmente vender medicamentos. Aqui, estão colocadas as irmãs Efosina e Maria. Existe nesta congregação um Centro de Dia, uma pequena biblioteca e instalações para formação, onde se ensinava a bordar e costurar.

No momento da nossa visita receberam um utente que pretendia indometacina para tratar uma infecção de um pé, e que já havia lá comprado antes, mas que agora não havia em stock. Dispunham aliás de um armário com poucos medicamentos, não possuindo por exemplo ibuprofeno nem diclofenac, por ser muito caro; não tinham cotrimoxazol (também usado para anginas) ou metronidazol, para diarreia e infecções de barriga. Apresentavam sim, várias soluções desinfectantes e muitas embalagens de BEN-U-RON® (paracetamol) em supositórios, forma farmacêutica que, de acordo com a irmã Efosina, parece não agradar à população.



Fig. 2.31. – Armário de Medicamentos das Madres (Sto. António, Príncipe)

Quando vendidos, os preços dos medicamentos dependem do nível de vida do doente, e poderão ser por exemplo: paracetamol 500mg (1.000 Dobras), ampicilina ou amoxicilina (2.500 dobras).

Com efeito, a variabilidade de preços dos medicamentos ou mesmo a sua gratuitidade é praticada em função do conhecimento da população residente em Santo António, e só é possível por se tratar de um meio pequeno com baixa densidade demográfica. Não se tratando neste caso propriamente de uma actividade comercial, é compreensível a existência de preços muito baixos ou nulos.

Os medicamentos aqui existentes são na sua maioria doados às irmãs. Um dos doadores tem sido a paróquia da Ramada, de Odivelas, Portugal. Esta paróquia tem aliás feito alguns trabalhos no Príncipe, como a abertura de duas creches (Nova Estrela e Aeroporto) e de uma casa para crianças de rua, prevista para Fevereiro de 2011. Anteriormente a irmã Efrosina tinha contactos com Itália e Alemanha, através dos quais recebia medicamentos, mas hoje em dia já não, sendo a maioria medicamentos portugueses que, ou são doados como referido acima, ou comprados a uma farmácia da ilha de São Tomé, podendo ser as próprias madres a adquiri-los.

2.2.2. Medicina Tradicional e Terapeutas Tradicionais de STP

Seguem-se os registos das entrevistas informais realizadas a terapeutas tradicionais durante o trabalho de campo. Nestas entrevistas procurou averiguar-se que tratamentos eram efectuados pelos terapeutas, os custos dos mesmos, o custo de remédios tradicionais, e o responsável pela sua preparação, bem como a forma de obtenção e/ou aquisição das plantas medicinais ou dos produtos naturais usados nestes remédios tradicionais.

Os relatos estão agrupados e ordenados por ilha e região da RDSTP, tendo as entrevistas sido realizadas em 3 distritos, Mé-Zóchi e Água Grande na ilha de São Tomé e distrito de Pagué na ilha do Príncipe, por serem estes os que possuem maior densidade demográfica e maior concentração de terapeutas conceituados.

2.2.2.1. Ilha de São Tomé

2.2.2.1.1. Distrito de Água Grande

Localidade - Bôbo Forro

Sum Pontes - Stlijon-matu



Fig. 2.32. – *Sum Pontes (Stlijon-matu)*

Sum Pontes, de nome completo Lourenço de Sousa Pontes Júnior, mais conhecido por *Pôpô*, é um dos mais conceituados terapeutas de São Tomé e Príncipe. Nasceu na ilha do Sal, Cabo Verde, há 84 anos tendo vindo para São Tomé ainda criança.

A sua arte de tratar, aprendeu-a inicialmente com seu pai e depois com *Angolares*, moçambicanos e angolanos. Começou a praticar aos 17 anos, primeiro como empregado de mestres (*angolares*, moçambicanos, forros), e só depois a partir dos 23 anos começou a trabalhar sozinho, acumulando quase sempre esta prática com outras profissões (na agricultura, como guarda, como marceneiro e carpinteiro) que foi tendo ao longo da vida. Actualmente e desde há aproximadamente 20 anos, está em Bôbo-Forro, a trabalhar exclusivamente como médico tradicional: “Este trabalho é meu padrão”, diz *Sum* Pontes.

Dentro da Medicina Tradicional, *Sum* Pontes exerce três especialidades: Massagista, *Stlijon-Matu* (Cirurgião do mato), isto é, conhece e colhe ele próprio as plantas que há-de utilizar nos tratamentos e *Piadô-Zaua*, analisador de urina. Neste momento não pratica tratamentos usando ventosa (*Txiladô-Ventosa*), embora já o tenha feito antes.

Os preços dos tratamentos poderão variar de acordo com a gravidade do caso, mas em geral, em casos clínicos, como entorses, reumatismo, hérnia, dores de corpo, dor de dentes, gravidez em risco de aborto, anginas ou dor de barriga, e cujo tratamento implica a aplicação de massagem, esta tem o preço de 20.000 Dobras por ”mão”, tendo a massagem normalmente a duração de 3 dias (3 “mãos”). De notar que para esta actividade de massagem utiliza remédios tradicionais, muitas vezes bastante complexos, preparados à base de diversas plantas medicinais que este terapeuta vai procurar no mato (*Stlijon-matu*).

Por vezes o tratamento inclui, para além da massagem, outras terapias, como é o caso do tratamento para evitar o aborto, em que depois da massagem, é feito um banho (45.000 Dobras) e é fornecido um remédio para a mulher tomar posteriormente, custando uma garrafa de 33 cL 120.000 Dobras. Outros remédios para outras doenças terão um preço diferente. Para a asma, o remédio para adultos custa 65.000 Dobras e o de crianças, 35.000 Dobras. Para o tratamento da diabetes o remédio custa 65.000 Dobras. O remédio que prepara para homens com problemas sexuais (impotência), é dos mais procurados e custará 150.000 Dobras. Outras doenças que necessitam de diagnóstico mais cuidado e demorado, obrigam ao pagamento de consulta (25.000 Dobras).

Se for necessário uma análise de urina, esta custará 10.000 Dobras. A análise de urina permite saber se o doente tem infecção, diabetes ou problemas de hipertensão arterial, mas não permite saber os valores dos mesmos. Assim, no caso de problemas de diabetes e hipertensão arterial, existem remédios que o Sr. Pontes prepara, mas cuja toma pelo doente terá que ser acompanhada pela medição num médico convencional dos valores quer de diabetes quer de tensão, para que saber qual a dose de remédio a administrar.

San Venorca - Parteira Tradicional



Fig. 2.33. – *San Venorca (Patléla-tradicional)*



Fig. 2.34. – *San Venorca (usando forno tradicional)*

San Venorca vive, tal como *Sum Pontes*, em Bôbô-Forro, próximo da cidade de São Tomé, fazendo já parte do distrito de Mé-Zóchi. Entrando numa das suas pequenas ruas de terra batida, ladeadas de árvores como bananeiras, fruteiras, e muita vegetação, a casa de *San Venorca*, construída em madeira, fica num quintal não delimitado. Vemos *San Venorca* cá fora junto a um forno de lenha. Está a fazer bolinhos de coco, típicos em São Tomé, e que vende a 1.000 Dobras cada, para garantir algum rendimento extra. *San Venorca* interrompe esta sua lide para falar connosco. Recebe-nos no piso térreo, no pequeno varandim de acesso à casa, arranjando rapidamente uns assentos para acomodar as visitas.



Fig. 2.35. – *San Venorca (entrevista)*



Fig. 2.36. – *San Venorca (recolhendo plantas medicinais)*

San Venorca, de nome verdadeiro, Verónica dos Santos Martins, nasceu a 23 de Março de 1935, tendo portanto 75 anos, e aprendeu a arte de tratar com sua tia, entretanto já falecida, *San Tcholi*, de Changra. Começou a ser terapeuta tradicional já em adulta, depois de nascerem os seus filhos.

San Venorca é parteira tradicional e terapeuta de crianças. Neste âmbito, faz diversos tratamentos, tais como a administração de purgante a menores de 2 anos ou de clister que, por precaução, só é dado a maiores de 2 anos.

Outro tipo de tratamento realizado quando o bebé tem dores de barriga, é a massagem. Normalmente estes tratamentos duram 3 dias, custando cada dia de tratamento, incluindo já a administração dos preparados, 15.000 dobras. No caso das massagens a crianças, aplicam-se remédios à base de folhas cozinhadas. Caso este período de tempo não seja suficiente, o tratamento é prolongado, custando cada dia 15.000 Dobras.

A diarreia é tratada por meio de banhos e da administração oral de remédios; os primeiros são feitos com folhas de *Fiá-ponto*, sendo diversos os remédios tradicionais que prepara para administrar às crianças neste caso: podem usar-se cascas de *Pau-água* em água fresca, deixando-se macerar; casca de romã ou da respectiva árvore, em água fresca, após maceração; faz-se uma mistura de água e açúcar e juntam-se duas ou três gotas de vinagre; também se usa malva em água tépida (chá). Estes tratamentos custam 15.000 dobras.

San Venorca trata também problemas de dentição e febres associadas, através de banhos à base de folhas apanhadas do mato. Estes preparados são vendidos por 5.000 Dobras, à mãe da criança doente para que os aplique em casa, até porque *San Venorca* não dá banho de noite.

Crianças com dificuldade em andar também podem submeter-se aos tratamentos desta terapeuta, que colhe e prepara folhas para a mãe levar e cozinhar e que servem para banhos, e que tem um custo de 5.000 dobras. No entanto, *San Venorca* também poderá fazer este tratamento, subindo o seu custo para 10.000 dobras. Isto sucede por vezes quando a mãe da criança não compreende como fazer o tratamento.

Também o tratamento de anginas tem um custo de 15.000 dobras. É feito à base de folha de laranja amarga que se introduz na água; usa-se também a folha de malva, em forma de chá. Estes medicamentos são vendidos à mãe da criança por 15.000 dobras.

San Venorca é igualmente parteira tradicional e faz também tratamentos antes do parto para evitar abortos (devidos a um estado denominado “bambi” – doença causada por feitiço), que incluem oração e leves pancadas por meio de folhas na mulher grávida, para tirar “bambi”, banhos e administração de remédios. Estes dois últimos tratamentos, destinados a “prender a criança”, podem ser feitos em casa pela própria mulher em sua casa, a partir de folhas colhidas pela terapeuta, e são feitos uma vez por dia ou, caso seja uma gravidez avançada, duas a três vezes. Quanto à realização de partos, a terapeuta já ajudou a nascer mais de 20 crianças. O preço dependerá do trabalho aí dispendido, mas em geral, um parto normal custa 50.000 dobras.

Todos os ingredientes botânicos utilizados nos seus tratamentos, são colhidos pela própria terapeuta, no seu quintal e nas áreas de floresta secundária (“capoeira”) de Bôbô-Forro. Concluimos a nossa conversa perguntando-lhe se tinha ensinado alguém e se tinha podido transmitir os seus conhecimentos, respondendo-nos que infelizmente não. Disse-nos ainda que não tratava paludismo ou outras doenças, pois não era a sua área.

San Helena - Parteira Tradicional

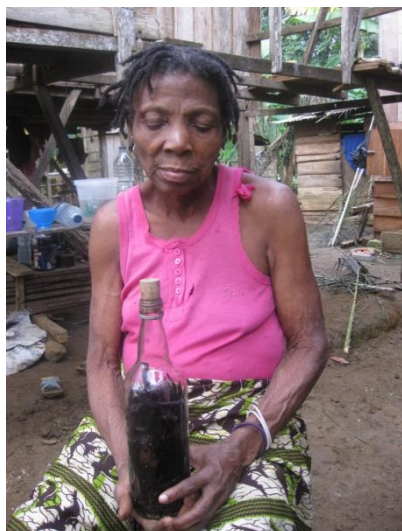


Fig. 2.37. – San Lena (*Patléla-tradicional*)



Fig. 2.38. – San Lena (entrevista)

Caminhamos por entre as ruas de Bôbô-Forro até ao quintal de *San Helena*, quintal este bem delimitado e composto por duas casas de madeira. *San Helena* limpa as escadas e coloca um pano antes de nos sentarmos. Parece ser tímida, não olhando nunca nos olhos. É à frente de outras pessoas da família e vizinhos, que se encontram no quintal, e que assistem com curiosidade, que iniciamos a nossa conversa.

San Lena, ou Helena Ferreira, tem 65 anos e nasceu na Madalena. Trata crianças e é parteira tradicional. Aprendeu a preparar medicamentos tradicionais com a mãe, mas foi o marido, que era enfermeiro, que a ensinou a ser parteira.

Esta terapeuta trata crianças com “bassô” (cólicas, empanturramento), fazendo massagem na barriga e aplicando clister. As folhas que utiliza nestes tratamentos, é a própria que colhe na floresta ou que compra no mercado, e que cozinha para preparar um medicamento tradicional chamado “vumbada”. Estes medicamentos tradicionais são preparados e depois são guardados em garrafas, que vai utilizando quando necessário: o tratamento inicial é constituído por massagem à barriga (“pisar barriga”) e clister, durante 3 dias; ao 3º dia é administrada a “vumbada”. O custo diário é de 20.000 a 30.000 dobras, mas o tratamento completo custa apenas 50.000 dobras. Estas diferenças são

explicadas dizendo-nos que muitas vezes as mães começam os tratamentos diários e não os levam até ao fim, como seria desejável.

San Helena trata anginas por 5.000 ou 10.000 dobras, conforme as posses das pessoas, mas não trata problemas de dentição e febres. Também faz partos, consistindo os tratamentos numa série de actividades: ajuda a criança a nascer, corta o cordão umbilical, prepara e dá banho, vestindo e eventualmente passando três dias com a criança em casa da parturiente, caso a mãe não possa cuidar da criança. Os partos custam entre 200.000 a 300.000 dobras.

Esta terapeuta poderá também tratar adultos, nomeadamente casos de diarreia, cólicas e dores de barriga, “frialidade” e impotência, preparando os respectivos medicamentos. Todos os medicamentos são preparados por ela.

Não foi fácil falar e receber toda a informação de *San Helena*, parecendo-nos uma pessoa bastante reservada.

Sr. Martinho - Massagista



Fig. 2.39. – Sr. Martinho (Massagista)

Encontrámos o Sr. Martinho, ou melhor Martinho António do Ó, ao final da tarde, à porta do seu local de trabalho, em Bôbô-Forro, onde é guarda durante o dia. É essa a sua actividade principal. Só fora do seu horário de trabalho poderá exercer a sua actividade de massagista, que aliás aprendeu com o pai, também massagista, começando esta actividade com 20 e tal anos e contando agora com 72 anos.

Faz diversos tipos de massagem a adultos ou crianças: massagem de “corpo aberto”, para tratar “maçada”, pancadas ou enfraquecimento. É o Sr. Martinho que colhe, e prepara as misturas que usa nestas massagens, pisando as folhas de várias plantas medicinais (por ex. *Gueva*, *Muandim*) ou as cascas (por ex. *Muandim*), juntando vinho tinto e fervendo-as.

A massagem de corpo inteiro (excepto massagem à cabeça) é feita quando a pessoa está enfraquecida. Por cada “mão” de massagem cobra 20.000 dobras, sendo normalmente o tratamento feito num total de 3 “mãos”. Durante este tratamento, doente não pode tomar banho. Só depois, o Sr. Martinho fornece o preparado para o doente preparar e tomar banho em casa.

As massagens localizadas custam também 20.000 dobras, sendo necessário que o doente traga a ligadura. Estas massagens localizadas podem incluir o tratamento de entorses ou luxações (“veia deslocada”) ou até de ossos deslocados, mas se o terapeuta vir que há fractura ou que é grave, o Sr. Martinho encaminha o doente para o hospital, o que revela que se trata de um terapeuta bastante consciencioso.

San Condôza - Parteira Tradicional e Curandeira



Fig. 2.40. – San Condôza (Parteira Tradicional e Curandeira)

San Condôza mora em Bôbô-Forro, Trindade, distrito de Mé-Zochi, e é numa pequena construção de madeira junto ao recinto de uma capela situada em Pico de Deus Pai, Bôbô-Forro, que dá consultas. Nas imediações do local, e perto da entrada para o recinto estava uma cruz, típica de curandeiros; segundo informação de Maria do Céu de Madureira e de *Sum* Pontes, naquele local eram realizados *Djambis* (rituais de origem *Vodu*, para tratar doenças mentais ou espirituais).



Fig. 2.41. – Capela de Pico de Deus Pai, Bôbô-Forro



Fig. 2.42. – Recinto da capela

San Condôza nasceu na Trindade, mas não sabe quantos anos tem. Atribuímos-lhe cerca de 70 anos, mas provavelmente terá 72-73 anos (segundo uma sobrinha que entretanto entrou para ter consulta e para conversar com *San Condoza*). Teve 14 filhos, dos quais apenas 7 estão vivos, e nenhum quis aprender terapia tradicional, arte que *San Condoza*, de nome verdadeiro Condôza Nascimento, aprendeu com sua tia e que pratica há mais de 40 anos.

San Condôza trata essencialmente crianças mas também é parteira tradicional. Neste caso, levam-na a casa da futura mãe, onde é feito o parto, mantendo *San Condôza* os tratamentos durante 8 dias após o parto, regressando a casa todos os dias e voltando a casa da parturiente na manhã seguinte. Um parto pode custar entre 150.000 a 200.000 dobras. Mas por vezes há pessoas que não pagam.

Para além disso, *San Condôza* está habilitada a fazer outros tratamentos a adultos, tais como curar a hepatite (consiste num banho especial e na toma de um determinado chá durante 8 dias), baixar níveis tensão arterial. No entanto, só os pratica particularmente, por exemplo a pessoas da sua família.

Relativamente à medicina tradicional aplicada a crianças, *San Condôza* trata por exemplo:

- Anginas, cujo tratamento dura 3 dias, consistindo primeiro num pano limpo que é colocado internamente nas amígdalas (averiguando, e massajando o local) e depois uma massagem com folhas aplicada externamente. O custo é de 30.000 Dobras a mão.

- Bassô (que inclui “pisar-barriga” e clíster), com um custo de 30.000 Dobras.

- Diarreia, que consiste num tratamento de 3 dias, com administração de banhos e depois um remédio para bebês.

Os remédios que utiliza nos tratamentos, são preparados por ela própria quando o doente vem consultá-la. Não tem remédios já preparados, com exceção do utilizado para hérnia. Quando vê que não consegue tratar um determinado caso, encaminha para o médico.

San Lena – antiga Parteira Tradicional

Fez tratamentos a crianças, tais como anginas e massagem na barriga, mas já não exerce pois, como nos revelou com imensa tristeza, a população começou a chamá-la de *bruxa* e teve medo que caso tratasse uma criança, e esta não melhorasse e ficasse mais doente, dissessem que a culpa era dela.

Com efeito, as senhoras mais idosas em S. Tomé, devem cobrir os cabelos brancos com um lenço, pois existe a crença de que as pessoas mais velhas e que são conhecedoras de tratamentos tradicionais podem também fazer feitiçaria, sendo neste caso maltratadas pela população.

Por este motivo, disse-nos ainda que caso a viessem procurar para tratar alguém, não preparava ela os medicamentos, e que dava indicações à mãe da criança para poder preparar e administrar o medicamento mais indicado.

Localidade – Água Porca

Sr. Manuel Nazaré – *Stlijon* e Vendedor



Fig. 2.43. – Sr. Nazaré (*Stlijon* / Vendedor)

O Sr. Manuel Nazaré, tem 61 anos, nasceu em 1949, e prepara e vende medicamentos tradicionais, à base de folhas e cascas (por exemplo *moindro*, *bengue*, cajueiro e *mucumbli*), para tratar infecções intestinais, de rins, dores de barriga, doenças de pele, sarna, alergia, senhoras que não engravidam, etc.

Não tem banca do mercado, vendendo os medicamentos fora de casa (vendedor-ambulante). Também aplica os medicamentos que prepara. Os preços são variáveis, pagando as pessoas a consulta, mas dependendo depois os preços finais do trabalho, desde 200.000 dobras a 300.000 dobras, ou pelo trabalho completo de 4-5 dias 450.000 dobras.

Segundo este senhor, aprendeu a sua arte com um português, investigador que esteve no bairro da Cooperação em 1992. Esta história veio a revelar-se muito pouco credível, pois o suposto “professor” teria sido um Botânico, com imensos conhecimentos da flora das ilhas, mas que não poderia nunca ter sido o “mestre” nos aspectos da medicina tradicional, que o Sr. Nazaré parecia conhecer razoavelmente bem, de acordo com *Sum Pontes*. Provavelmente, terá pensado que teria mais impacto dizer-nos que os seus conhecimentos lhe tinham sido transmitidos por um europeu, do que por algum familiar seu...

Os preços que nos indicou também nos pareceram bastante “inflacionados”, comparativamente aos preços dos restantes terapeutas tradicionais.

Localidade - Boa Morte

Sum Ernesto – Massagista



Fig. 2.44. e Fig. 2.45. – *Sum* Ernesto (Massagista), mostrando Diploma Terapeuta Tradicional

O Sr. Manuel dos Santos Martins, vulgo *Sum* Ernesto, tem 80 anos, e possui um ar jovial e muito bem conservado, aliado a um sentido de humor refinado que de certo modo o rejuvenesce. Aprendeu esta sua arte com Sr. Méxinhô (um dos mais conceituados massagistas de sempre, já falecido) e começou a dar consultas aos 18-19 anos em Changra. Depois disso, viveu em Ribeira Peixe muito tempo, estando em Boa Morte há cerca de 8 anos. O Sr. Ernesto é massagista e possui um diploma de um curso organizado pelo Dr. Sardinha, um farmacêutico que trabalhava para o Ministério da Saúde.

Sum Ernesto, estava ocupado com uma doente, Rosa, que se encontrava sentada no quintal num pequeno banco de madeira. Nós perguntámos se poderíamos assistir ao tratamento, e obtivemos de imediato o consentimento de ambos. *Sum* Ernesto estava a preparar o medicamento que iria aplicar na doente, que tinha um osso e veia deslocados: havia caído e torcido o pé há já 15 dias mas só agora se decidira ir ao terapeuta, pois tinha tido medo da dor provocada pelo eventual tratamento. O preparado de folhas ou cascas foi posto numa panela de barro tradicional (“Baga –têla”), para ferver. É esta mistura (“Mácubungú”), que depois de fervida, é aplicada na doente, ao mesmo tempo que se massaja. Depois disto foi colocado um plástico, para eliminar o risco de molhar esta zona, e depois uma ligadura, ou um bocado de pano que a doente trazia. Esta ligadura é presa com uma tira do mesmo pano.



Fig. 2.46 – *Baga-téla* c/ medicamento (*Macubungú*)



Fig. 2.47 – *Sum* Ernesto tratando uma doente

Ao mesmo tempo que respondia descontraidamente a algumas das nossas perguntas, *Sum* Ernesto ia aplicando o medicamento e massajando o pé da doente, ao mesmo tempo que, com o seu humor, a tentava abstrair das dores que a faziam contorcer-se toda e gritar “Não aguento mais *Sum* Ernesto”. E *Sum* Ernesto respondia “Não posso parar. Começou, acabou!”. As massagens serviam não só para endireitar o pé, mas igualmente a “veia”, o que pela expressão da paciente parecia ser um processo bastante doloroso. E o Sr. Ernesto ia-nos dizendo “Não posso ter pena de ninguém. Tenho que tratar!”.

Sum Ernesto explicou-nos que nestes casos, trabalha quer com folhas pisadas quer com cascas, e afirmou que começa os tratamentos, primeiro com folhas, usando-as também da segunda vez, e só depois numa fase final usa remédios à base de cascas, não podendo logo de início utilizar cascas.

Quanto aos preços praticados, estes dependem do tratamento. No caso a que assistimos (osso deslocado), cada vez que faz uma sessão de massagem, o custo é de 20.000 Dobras (20.000/”mão”). No caso de um pé partido, o custo do tratamento sobe para 100.000 dobras. Neste caso, usa cascas e tem de colocar tala, pois “folha em pé fracturado não cura”. Para o tratamento de uma perna partida, o custo já será de 150.000 dobras.

Para tratar “corpo aberto”, prepara um banho para ”fechar corpo de velho”, que custa 20.000 Dobras. Mas para algumas pessoas, *Sum* Ernesto não faz este preço: a pessoa dá o que pode, e se sentir bem dá então 20.000 ou até 50.000 dobras.

Faz também tratamento de homem impotente, fazendo inicialmente uma massagem por 50.000 dobras. Usa depois várias cascas e raízes nestes tratamentos, em preparados alcoólicos que o paciente toma; tal como a maioria dos terapeutas tradicionais de STP, estes remédios que prepara para a impotência são complexos, contendo variadas plantas medicinais, incluindo o muito famoso *Pau-três*.

Também pode tratar diarreias com medicamentos preparados à base de folhas do mato. No entanto a sua arte é ser massagista.

Relativamente à preparação dos medicamentos que utiliza, *Sum* Ernesto prepara as misturas finais, mas paga a alguém para pisar as cascas ou folhas num pilão, pois diz que com a sua idade já não o pode fazer. Algumas das plantas que usa, *Sum* Ernesto procura e colhe-as no mato, perto da sua casa, cerca de metade, comprando a outra metade no mercado.

Este terapeuta nunca pertenceu à Associação de Terapeutas Tradicionais.

Localidade - Boa Morte – Campo Livre

***Sum* Beto – Massagista**



Fig. 2.48. – *Sum* Beto (Massagista)

De seu nome Roberto de Sousa Ponte, vulgo Beto, este terapeuta tem 68 anos, tendo nascido a 22-04-1942, mas parece mais jovem, recebendo-nos de forma simpática e aberta. A entrevista decorreu ao ar livre, no seu quintal, onde existe um banco de espera. *Sum* Beto é massagista, faz massagem aos músculos, trata ossos deslocados e outras afecções do género, massagem de corpo inteiro e a partes do corpo, mas referiu que não trata ossos partidos.

Para os tratamentos prepara remédios para aplicar durante a massagem e não para beber; estes últimos são utilizados somente quando os remédios aplicados nas massagens não são suficientes. Neste caso, o Sr. Beto arranja a planta, ou a raiz, e indica à pessoa como é que deverá depois preparar o remédio, juntando vinho e fervendo. Para as massagens, procura e colhe folhas no mato, pisa-as, e prepara medicamentos para aplicar. Também usa cascas nestes medicamentos, mas apenas de Mucumbli. A estes pedaços de plantas junta por exemplo vinho tinto, põe ao lume numa *baga-téla*, deixa ferver e depois passa esta mistura ainda quente no corpo do paciente.

Conforme a extensão da zona a massajar os preços que pratica são diferentes: podem ir das 20.000 até às 25.000 dobras por "mão" de massagem quando se trata um pé, até 30.000 a 50.000 dobras numa perna ou sítio maior, ou, no caso de massagem de corpo inteiro, 70.000 dobras por "mão".

Quando os doentes não se podem deslocar até à casa de *Sum Beto*, este vai a casa dos doentes, vindo alguém buscá-lo. A deslocação ou o seu custo ficam a cargo do doente.

Esta arte de massagista aprendeu com Méxinhô, seu tio, fazendo tratamentos há cerca de 9 anos. Até ao momento, *Sum Beto* não teve ninguém que com ele quisesse aprender a arte de massagista, dizendo-nos este que inclusivamente os seus filhos não quiseram aprender. Não está inscrito na Associação de Terapeutas Tradicionais.

Sr. Cruz – *Stiljon-Matu*



Fig. 2.49. – Sr. Cruz (*Stiljon-mato*)



Fig. 2.50. – Placa à porta do Sr. Cruz

Também em Boa Morte, o quintal de Sr. Cruz é igualmente vedado, mas neste caso existe uma placa anunciando tratar-se da casa de um terapeuta da Medicina Tradicional que lida com as diversas doenças anunciadas no placard.

De seu nome verdadeiro Manuel da Cruz Lopes Júnior, vulgo Cruz, este terapeuta nasceu a 06-12-1944, em Madalena “Mateus Angolar”. Aprendeu a sua arte com a mãe e pai, ambos terapeutas tradicionais, tendo sido a mãe parteira e o pai massagista. Desde os 20 e tal anos que faz tratamentos, tendo pertencido à Associação de Terapeutas Tradicionais, estando inscrito como Preparador e Vendedor de Medicamentos.



Fig. 2.51. – Entrevista com Sr. Cruz (medicamentos preparados)

O Sr. Cruz mostra-nos aliás vários documentos que comprovam a sua inscrição nessa associação e que referem a data de adesão (03-10-2003) e a sua especialidade (vendedor de medicamentos). Vende, cura, tira ventosa e faz massagem, utilizando preparados à base de plantas medicinais.

No entanto, a principal actividade deste terapeuta é de facto a recolha de plantas medicinais e a preparação de medicamentos, tendo inclusive tido uma banca de venda no mercado de São Tomé, mas estando actualmente em Neves. Agora, quando há um doente que precisa de um determinado remédio, vem até sua casa, onde já se encontram inúmeras garrafas com as misturas preparadas, mas secas. Estes remédios são vendidos sem líquido. Quem compra é que depois junta o líquido (bebida alcoólica) onde estas misturas de folhas, cascas e/ou raízes ficarão a macerar.

O Sr. Cruz apanha as plantas no mato ou nas florestas, dizendo até que “não há planta em São Tomé que não seja remédio”.

Como terapeuta, realiza diversos tratamentos para várias doenças: trata crianças com anginas (“passa dedo”), “pisa barriga”, dá clister, faz remédio para tratar dor de dentes (bochechar), trata diarreia e faz massagens. Neste caso, se for por exemplo um osso deslocado, “passa folha” (utiliza remédios à base de folhas); se for um osso partido, “passa casca” (remédios feitos com as cascas de várias árvores). Também faz banho e massagem “para homem” (tratamento de impotência).

Relativamente aos custos, as massagens custam cada “mão” 50.000 Dobras.

Tem em casa diversos remédios já preparados para vender:

- remédio para asma, para aplicar externamente nas costelas, com um custo de 250.000 dobras;
- remédio para a diarreia, de administração oral;
- remédio para gripe, dor reumática, “frialidade”, custando cada 250 ml 250.000 dobras. Neste medicamento, a pessoa em casa junta álcool e depois de tomar banho, faz fricção com este líquido;
- remédio para hérnia (250.000 dobras por 250 ml);
- remédio “para homem” (500.000 dobras / 750 ml). De notar que este remédio destina-se a ser tomado sempre, continuamente, no caso de homens com mais de 50 anos e que sofram de impotência. Para homens mais novos, quando o tratamento da impotência está completo, e estão “prontos”, devem deixar de tomar. No caso do remédio “para homem”, o qual é composto por uma mistura de várias cascas e raízes, e que inclui raiz de Milondó, junta-se bebida alcoólica forte, como por ex. Genebra ou Whisky. Depois de juntar a bebida, deve deixar-se em maceração, só se podendo utilizar no dia seguinte.
- remédio “Contra”, que é constituído por folhas, óleo de tubarão, etc. Este remédio é contra-bruxas. Uma pessoa com mau-olhado, passa um pouco deste remédio e ficará protegido.

As quantidades que utiliza para os seus remédios não são pesadas, mas estes são preparados tendo em conta um número certo de unidades de cada planta (folhas, flores) e/ou o seu tamanho (pedaços de caule ou comprimento de raízes).

No quintal deste terapeuta, existem várias plantas medicinais, mas para a preparação dos seus remédios não se serve apenas do que colhe no quintal, conhecendo muitos locais no *obô* (florestas) onde faz as respectivas colheitas.

O Sr. Cruz não tem ninguém a aprender com ele. Ao filho de 13 anos, que vive com a mãe, está a tentar ensinar a identificar algumas cascas e as respectivas utilizações.

Este terapeuta tem outras actividades, sendo também vendedor de madeiras e “vinhateiro” (recolhe e vende vinho-de-palma).

Sr. Aladino - antigo Massagista



Fig. 2.52. – Sr. Aladino (Massagista)



Fig. 2.53. – Capela de S. João da Formiguinha

Este senhor foi massagista, mas actualmente já não pratica, pois segundo ele já não tem saúde para fazer massagem, para recolher folhas ou cascas.

Mostrou-nos as suas mãos com os dedos bastante deformados, devido à força que era necessário aplicar quando fazia massagens.

Tem 93 anos, nasceu a 8 de Novembro de 1917, e ninguém aprendeu com ele. Nem os seus dois filhos, um deles, jornalista na rádio (Hilário Espírito Santo), o outro morando em Lisboa.

Estivemos um pouco à conversa, ali no meio dos caminhos cheios de vegetação de Boa Morte. Mostrou-nos algumas das plantas medicinais que usava.

Na nossa caminhada passámos também pela Capela de São João da Formiguinha, no largo da qual são feitas as apresentações do mais famoso grupo de *Tchiloli* (teatro de São Tomé), os “Formiguinha-da-Boa-Morte”.

Localidade – Riboque

Sr. Julinho – Massagista



Fig. 2.54. – Sr. Julinho (Massagista)

O Sr. Julinho tem 74 anos, e aprendeu esta arte por volta dos 30 anos com a sua avó, *San Banga*, curandeira de Ô-Que-del-Rei, que faleceu há aproximadamente 40 anos. No entanto, o Sr. Julinho só começou a praticar por volta dos 50 anos.

O Sr. Julinho considera-se massagista, trata ossos deslocados, faz massagem de corpo inteiro “para fechar” e também massagem para crianças que por exemplo quando caem, tem que se esticar de certa maneira o braço ou a perna (“osso ou veia” deslocado).

As massagens podem arrastar-se por mais ou menos tempo, mas uma massagem ligeira normalmente é feita a “3 mãos”, custando cada “mão” 50.000 Dobras, sendo este preço considerado pelo Sr. Julinho um preço justo pelo trabalho efectuado. Nessa altura comentou que sabia que havia outros colegas seus, massagistas, que estavam a praticar preços mais baixos ou mais altos e que isso não deveria acontecer, pois deveria haver uma regularização entre todos os terapeutas tradicionais para

evitar estas diferenças... No entanto, estava com a sua consciência tranquila, pois achava que o seu preço era um preço justo.

Quando o Sr. Julinho vê que não pode curar determinado doente, por exemplo no caso de fractura, encaminha-o para o hospital. Sorrindo, e com alguma falsa-modéstia, pois é um massagista bastante conhecido, o Sr. Julinho afirmou que “faz alguma coisa por sorte. E a população avalia”.

Relativamente aos medicamentos que usa, é o Sr. Julinho que os prepara na altura, a partir de folhas ou cascas que compra, usando ou misturas só de folhas ou misturas só de cascas. Não tem medicamentos já preparados, embora possa dispor já de folhas secas. Naqueles preparados usa vinho e água salgada, mas também pode pisar as folhas e usá-las na massagem ou usar as próprias folhas para esfregar na parte a tratar.

Nunca dá medicamentos ao doente para este aplicar em casa. Segundo ele, tem de ser o próprio terapeuta a aplicar os medicamentos.

Depois de lhe perguntarmos pelo nome verdadeiro, o Sr. Julinho não nos quis dizer, e o seu ar misterioso acentuou-se. Pediu-nos para esperarmos um pouco e subiu os degraus até ao compartimento superior de sua casa. Daí a alguns minutos voltou com uma fotografia em que aparecia juntamente com duas senhoras. Explicou-nos que estas pessoas apareceram em sua casa há algum tempo fazendo-lhe uma entrevista, a primeira dizendo que era enfermeira no hospital de São Tomé, e trazendo a segunda que dizia ser uma investigadora portuguesa. No entanto, o Sr. Julinho nunca mais viu estas pessoas nem teve qualquer *feed-back* das informações por si prestadas. Percebemos então a razão porque o Sr. Julinho estava tão renitente, contido e desconfiado durante a nossa conversa, não obstante a presença de Sum Pontes, e as nossas tentativas para o colocar mais à vontade.

É de referir ainda que em São Tomé toda a população tem dois nomes, usando habitualmente o vulgo nome, para protecção de feitiço. O facto de Sr. Julinho não nos ter dito o seu nome verdadeiro, faz-nos crer que poderia não ser apenas por desconfiança, mas também poderia ter sido por superstição...

Sr. Horácio – Massagista e *Stlijon*

O Sr. Horácio, de seu nome verdadeiro, Manuel Bernardo Madre Deus, trabalha há sete anos exclusivamente na Medicina Tradicional. Nasceu há 56 anos, a 9 de Agosto de 1955 em Água Crioula, Trindade, mas mora há 32 anos no Riboque. Apesar da sua idade, não aparentava ter mais de 40 anos.

É massagista, tendo aprendido esta arte com o seu pai, entretanto já falecido, o Sr. Alberto de Santana, que também era “Tchiladô-ventosa” (terapeuta tradicional que aplica ventosas). O Sr.

Horácio pareceu-nos muito interessado em colaborar connosco e foi muito aberto nas suas explicações.



Fig. 2.55. – Sr. Horácio (Massagista e *Stlijon*)

Os tratamentos que faz são inúmeros, desde hepatite B, febre tifóide, corrimento vaginal, tratamento para engravidar, tratamento de próstata, impotência (“quando homem não é cavaleiro”), diabetes, tensão alta, etc. Também trata crianças (faz clister) e prepara purgante (mas só para adulto).

O Sr. Horácio também aplica ventosa em alguns tratamentos. Como massagista, trata dores muscular, ossos deslocados, braços e pernas partidas, etc.

O Sr. Horácio prepara os remédios que aplica. A parte da medicina tradicional, isto é, o conhecimento sobre as plantas medicinais, foi-lhe ensinada por sua mãe, Filiza. É este terapeuta que vai buscar as plantas ou ao seu jardim, a Potó ou à cascata de S. Nicolau, pois segundo ele, deve-se conhecer a botânica, referindo que há plantas que se devem colher antes do nascer do sol, e outras depois do pôr do sol, havendo um “ponto de sol” próprio para cada planta.

Prepara com antecedência alguns dos remédios, sobretudo os que vende todos os dias, como o xarope de Áliba-babosa para infecção. O xarope para febre tifóide custa 100.000 dobras (meio litro), e é para administrar durante duas semanas. Relativamente à diabetes, o terapeuta afirma que esta doença não tem cura, embora possam ser administrados remédios para a estabilizar. Assim, se doente não tem “diabetes de geração” (i.e., tem diabetes tipo II), pode tomar um remédio, adquirido por 150.000 dobras (um litro) e que é feito à base de um líquido de planta. Este remédio dura 6 a 7 meses e o doente tem de controlar a quantidade que toma por exemplo com a frequência com que urina de noite.

O remédio para hepatite B custa por litro 200.000 Dobras, durando esta quantidade para 1 mês. No entanto, se a hepatite já atingiu o fígado, o doente deve fazer o tratamento de 3 Litros, ou pelo menos deve fazê-lo com 2 litros.

Os preços de massagem dependem dos dias de tratamento, mas em geral, estas duram 3 dias, sendo 50.000 dobras a “mão”. Tratando-se de fractura óssea, o tratamento prolonga-se.

No caso do tratamento para impotência, o terapeuta faz inicialmente um tratamento prévio com banhos e massagem, e para homens mais velhos, também irá avaliar a origem do problema: Se não for da próstata, nem da barriga, nem das costas, então pode ser fraqueza geral, e pode-se tomar Aloés de São Tomé (Aliba-babosa). Esta planta, afirma o terapeuta, também cura cancro (cancro de mama). Segundo ele, o cancro de mama pode ter origem em problemas de costas, “pois a veia liga coluna à mama”. Trata estes casos com o referido xarope e com pensos de plantas medicinais na mama.

Localidade - Almeirim

Martinho Pita – Massagista / *Txiladô-ventosa* e *Stlijon*

Em Almeirim, mesmo à beira da estrada, fica a Clínica do Sr. Martinho Pita, a Clínica “Cana Bla-bu”, nome posto em homenagem a seu avô (*Cana Blabo*), um conhecido massagista, já falecido.



Fig. 2.56. –Sr. Pita (Massagista)



Fig.2.57. – Clínica *Cana Bla-bu*, Almeirim

Martinho Pita, nasceu a 20 de Abril de 1961, é massagista a tempo inteiro, não exercendo mais nenhuma profissão. Aprendeu esta actividade com o seu pai e seu avô, ensinando agora esta arte ao seu filho de 25 anos, Wamer Pita, que inclusive já começou a fazer tratamentos na clínica do pai.

O Sr. Martinho já faz tratamentos há muito tempo, desde criança. Como massagista trata ossos deslocados, fracturas, entorses, faz massagem de corpo inteiro, mas também poderá “aplicar ventosa” (*Txiladô-ventosa*), tratar reumatismo, diabetes, ou fazer tratamento para mulher com dificuldade de engravidar (*Stlijon*). Não trata crianças.

É o Sr. Pita que prepara os medicamentos, à base de plantas, podendo usar folhas, raiz ou cascas. Estas são adquiridas no mercado e na roça, mas este terapeuta também conhece e diferencia as plantas.

Prepara medicamentos para a diabetes, aconselhando o doente sobre o modo de administração e sobre os testes que deve ir fazendo para controlo. Este medicamento custa entre 100.000 a 150.000 dobras cada garrafa pequena (33 cL). Também pode preparar uma outra mistura para ser tomada em forma de chá, tendo que explicar ao doente o modo de preparação, e que custa 100.000 dobras.

As massagens são em geral feitas por 3 “mãos”, mas depende dos casos. O valor também pode depender da gravidade, mas normalmente se a massagem for simples, custa 20.000 ou 30.000 dobras a “mão”.

Este terapeuta fez parte da Associação de Medicina Tradicional, tendo sido Secretário-Geral. No entanto pôs o seu cargo à disposição.

Segundo ele a sua clínica está oficializada no Ministério da Saúde. No entanto, tal não deverá ser possível, uma vez que a Medicina Tradicional não é ainda legalmente reconhecida pelo Ministério da Saúde da RDST.

Localidade – Almeirim / Amparo

San Teodora de Sousa Rodrigues Pita – Parteira Tradicional



Fig. 2.58. – *San Teodora* (Parteira Tradicional)



Fig. 2.59. – Entrevista a *San Teodora*

San Teodora é parteira e trata também crianças. Nasceu em Fevereiro de 1952, mora em Amparo, perto de Almeirim, e é tia do Sr. Martinho Pita. Aprendeu com a tia e desde nova que começou a trabalhar em terapia.

Relativamente aos tratamentos que pratica em crianças, esta senhora “pisa barriga”, trata “bassô”, anginas, faz purgante e aplica clister.

Também faz massagem a adultos e sabe “tirar ventosa com chifre”. Faz ainda tratamentos para hemorróidas e trata “máculú” (prolapso-rectal) com um remédio preparado com folhas de *fiá-ponto*, *fiá-galo*, *fiá-qui-sôbô-muálá*, *fiá-pega-lato*; pisa as folhas com uma pedra numa gamela limpa, mistura com um pouco de fumo de cozinha (“igliguciami”) e água de soca de bananeira; espreme com um pano, aproveitando o líquido frio, sendo uma parte para beber e outra utilizada para lavagens localizadas.

Prepara outros remédios para “segurar barriga” (quando gravidez está em risco), para engravidar, para hérnia, etc. Em geral, apanha as folhas, pica-as, põe no fogo, ferve e junta vinho tinto. Há remédios a que junta uma bebida alcoólica mais forte, a Genebra. No entanto, os remédios para criança são preparados com vinho de palma.

Para tratar crianças, a terapeuta leva 15.000 dobras por “mão”. Os remédios para criança custam também 15.000 dobras. Quanto aos partos, sem complicações, a terapeuta cobra 200.000 dobras. Mas caso a terapeuta veja que está complicado, a terapeuta reencaminha para o hospital.

Continuámos a nossa conversa, junto ao rio perto da sua casa, onde nos mostra algumas das plantas que utiliza. Por exemplo, a chamada *pega-pega*, é utilizada para tratar diarreia de dois modos: ou se pisa, juntando água e cõa-se; ou se mastigam as folhas; a *otótó-muála*, por seu turno, é utilizada para tratar hemorróidas: pisa-se, junta-se água, e o líquido é colocado num recipiente tipo alguidar onde o doente se senta; a *uê-tlache* é utilizada para mulheres com doença de útero e pode usar-se na comida, em sopa ou *cálulu*, juntando-se a folha desta planta. No entanto, ela tem outra acção, não sendo aconselhável os homens comerem alimentos com esta planta, uma vez que “tira homem potência”. *San* Teodora conta-nos que algumas mulheres juntam esta planta propositadamente à comida dos maridos, sem conhecimento destes, quando desconfiam que estes têm outras mulheres...

Notou-se claramente que esta terapeuta estava totalmente aberta e interessada em explicar como prepara os medicamentos que utiliza nos seus tratamentos.

Localidade – Almeirim

***San Tina* – Parteira Tradicional**

Ainda na estrada de Almeirim, fomos a outro quintal situado à beira da estrada e perto da escola primária, onde mora *San Tina*. No fundo do quintal fica a casa construída sobre estacas, onde somos recebidos simpaticamente por *San Tina*, pelo seu marido e nora, que assistem à nossa conversa.



Fig. 2.60. e 2.61. – *San Tina* (Parteira Tradicional)

San Tina, de seu nome verdadeiro Maria da Trindade Espírito Santo Braga, tem 80 anos. *San Tina* é parteira e trata crianças e fez parte da Associação de Terapeutas Tradicionais, como Parteira Tradicional. Aprendeu esta actividade com a sua tia e avó, começando esta aprendizagem desde os seus 15 anos. Relativamente aos partos, cobra 150.000 dobras, indo a casa das parturientes efectuar o trabalho. No que diz respeito aos tratamentos efectuados em crianças, trata problemas de dentição, febre, anginas (sendo neste caso o remédio aplicado por fora), aplica purgante (dado na altura e local da consulta), faz massagem à barriga (“bassô”), etc. Prepara também os remédios, colhendo ela as plantas do seu quintal. Estes podem custar 5.000, 10.000 ou 20.000 dobras.

A massagem de barriga a criança custa 20.000 dobras a “mão”, sendo o tratamento total de 3 “mãos”. *San Tina* também pode eventualmente fazer alguns tratamentos a adultos tais como massagem de corpo inteiro, “frialidade”, reumatismo, mas trata sobretudo crianças.

Ficámos a saber que Francisca, a nora, gostaria de aprender esta arte.

Localidade - Cruz Mamim

Sr. Ventura – *Stlijon*



Fig. 2.62. – Sr. Ventura (*Stlijon*)



Fig. 2.63. – Clínica do Sr. Ventura (Cruz Mamim)

O Sr. Ventura José Menezes de Pinho mora em Cruz Mamim, ficando a sua casa e clínica à beira da estrada. A casa tem um letreiro anunciando que se trata de um local onde são feitos tratamentos. Entramos e somos recebidos ali na sala de entrada, onde é imediatamente visível uma prateleira com livros técnicos, inclusivamente um livro de Química Orgânica da Gulbenkian. Do lado direito fica também uma espécie de balcão. E é aí que o Sr. Ventura tem os medicamentos já preparados e embalados.

O Sr. Ventura nasceu no dia 14 de Julho, tem 67 anos, e é neto de um português. A sua mãe era de Guadalupe. Começou em criança a aprender terapia e lentamente começou a ajudar. A sua avó (*San Maplé*) foi quem lhe ensinou a fazer massagens. Não tem no entanto ninguém a aprender com ele.

Este terapeuta trabalha com medicamentos secos, que reduz a pó, indo à floresta (“capoeira”) em Mutamba buscar as plantas medicinais que necessita, embora também tenha uma pessoa de confiança a quem ele encomenda algumas destas plantas.

O Sr. Ventura conhece as cascas, e sabe identificar as plantas, dizendo-nos por exemplo que a Cata-grande serve para a tensão e diabetes, mas que ele não gosta de usar porque dá muitos problemas. De facto está cientificamente provado que a Cata-grande tem reserpina, um composto utilizado durante muitos anos para a hipertensão.

De acordo com o Sr. Ventura, “medicamento que é bom é para fazer hoje e acabar hoje”. Assim, dispõe de vários medicamentos já preparados, cuidadosamente embalados em pequenos sacos de plástico, sendo estas embalagens fechadas com uma cola feita por ele a partir de um exsudado de cidrela (seiva que escorre livremente, ficando vitrificada). Estas embalagens contêm os medicamentos, em doses fixas, preparados à base de folhas secas ou cascas e guardados à sombra, e estão todos devidamente identificados com o tipo de doença a tratar, com o modo de preparação e quantidades e com a administração:

- Chá para paludismo custa 25.000 dobras. Cada dose é colocada em 33 cL de água (fervida e depois “deixada cá fora”). Tem que tomar no próprio dia em que prepara o chá.

- Medicamento para “limpar” custa 65.000 dobras. É utilizado por exemplo para a visão e para o útero.

- Purgante e diurético custa 40.000 dobras.

- Para afecções da coluna, faz-se um banho quente e prepara-se um chá, custando este tratamento 150.000 dobras.

- Para asma, prepara-se um chá, à base de *pedrume* (comprado na Farmácia) e *Gengibre do mar*, que custa 100.000 dobras.

- Para a mulher, o banho de vagina (*totó*), feito em casos de infecção ou *frialidade*, custa 50.000 dobras. Cada saco de medicamento dá para 3 dias. O doente tem que dividir em 3 porções a quantidade que vem no saco. A cada porção juntam-se 4 L de água, sentando-se depois a doente em cima. Para infecções, não pode sentar-se quando está muito quente.

- O “banho de sorte” custa 50.000 dobras e é feito do seguinte modo: coloca-se o conteúdo do saco numa lata ou recipiente de 4 L, junta-se água e ferve-se; deixa-se o recipiente no chão, até arrefecer, e colocam-se sete gotas de água benta; leva-se esta mistura até à beira do rio ou junto à praia e é aqui que se toma banho. O “banho de sorte” só pode ser feito à sexta ou à segunda, ao fim do dia. Depois, quando a pessoa regressa a casa, põe um prato com brasas a queimar alecrim e alfazema, deixando os vapores vir até ao corpo. De notar que os restos da palha do banho, devem ser escondidos e depois deitados fora, devido ao “vê-cú-bóca” (inveja e mau olhado). O produto para fazer o banho é feito à base do ninho seco de passarinho (*Paguê-campo*), e tem muita procura. O próprio *Sum Pontes* pediu um saco deste banho ao Sr. Ventura, que lho ofereceu sem demoras.

- Tratamento de infecções intestinais, em que o doente defeca com sangue ou muco (“ranhos”), custa 25.000 dobras.

- Para quisto, mioma e febre tifóide, o tratamento custa 180.000 dobras.

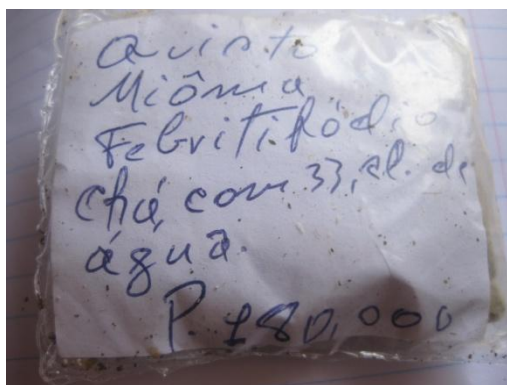


Fig. 2.64. – Chá para Quisto, Mioma, Febre Tifóide



Fig. 2.65. – Preparado para Hérnias

- O tratamento para tensão alta (*Cata-grande*) custa 60.000 dobras, dando para 3 dias. É tomado apenas uma vez por dia, de manhã, mas só depois de ser medida a tensão. “Não pode tomar sem ver número”.

- O medicamento para infecção vaginal (problema de “coceira”) custa 50.000 dobras.

- Para o “calor” geral custa também 50.000 dobras. Entenda-se que neste caso “calor” não significa haver transpiração, pois aí já seria um problema de “frialidade”.

- O medicamento para hemorróidas é feito para um Litro de água fria, cada dia de tratamento, demorando apenas 2 dias o tratamento total, sendo igualmente relevante fazer uma dieta sem malagueta e sem bebidas alcoólicas, etc.).

- Um chá para crianças com “necessidade de fósforo”, isto é, com problemas de aprendizagem na escola, é feito para 33 cL, devendo ser tomado antes do pequeno-almoço (“mata-bicho”). O tratamento dura 4 dias, custando 50.000 dobras.

- O medicamento para evitar gravidez, consiste num pacote dá para 12 meses e custa 150.000 dobras (tem dentro 12 pacotes pequenos). Deve tomar todos os meses, no final do período (fim da “legra”), preparando um chá com 1 pacote pequeno em 33 cL água, que se bebe, devendo esperar 5 dias até ter relações sexuais.

A generalidade dos medicamentos encontra-se embalada nestes pacotes, e são preparados sob a forma de infusões aquosas (chás) ou banhos. No entanto, alguns medicamentos encontram-se em garrafas de vidro, sem líquido, mas estas misturas deverão ser maceradas em bebidas alcoólicas, procedimento que deverá ser feito pelos próprios doentes.

É o caso de um medicamento “para homem” (para tratar a impotência), que custa 250.000 dobras, e que contem várias cascas e raízes que devem ser preparados juntando uma bebida alcoólica (um Litro). Este medicamento também pode ser usado por mulheres.

O remédio para hérnia testicular (“hérnia que enche o testículo”), custa 175.000 dobras, e também deve ser preparado macerando a mistura da garrafa numa bebida alcoólica (33 cL).

Em todos os casos, o Sr. Ventura dá indicações de como tomar e preparar os medicamentos. Existem alguns que se podem destinar a várias afecções, embora com modos de administração diferentes. Isto sucede por exemplo com o remédio para a asma que também dá para próstata, para “pancada interna”, e também para abscessos (administração oral), secando-os “por dentro”. Este terapeuta dispõe de um estetoscópio, que o ajuda a ver se o doente tem asma.

O Sr. Ventura também vai a casa dos doentes, cobrando apenas o preço do medicamento. Desloca-se também a casa das pessoas para fazer massagens, que custam 30.000 dobras a “mão” e duram 3 dias.

Durante o tratamento da massagem de “corpo inteiro” (ex. em casos de *frialidade*), o doente não pode tomar banho. Só quando termina o tratamento toma um banho, preparado com folhas de *micocó-campo*. A massagem para *frialidade* custa 25.000 dobras e é feita tanto para homem como para mulher.

O Sr. Ventura sabe outras línguas, como *angolar* e moçambicano. Faz esculturas e é ainda músico, sabendo tocar marimba e tendo-nos feito aliás uma excelente demonstração ali mesmo, pois o instrumento encontrava-se na mesma sala onde estávamos. O Sr. Ventura tem aliás feito espectáculos com o seu grupo musical, que é um conjunto muito conhecido em STP.

Pareceu-nos ser uma pessoa com muitos conhecimentos, e extremamente meticoloso e organizado, sendo além disso muito aberto e receptivo a colaborar connosco.



Fig. 2.66.–Sr. Ventura tocando Marimba

Localidade – São Tomé

Sr. Manuel Afonso Pereira e Sr. Jaike Pereira – *Stiljon-Matu*



Fig. 2.67. – Sr. Jaike Pereira, Mercado de São Tomé

O Sr. Manuel Pereira é um terapeuta que se dedica à colheita de plantas terapêuticas e à sua preparação para venda no mercado, quer directamente ao consumidor, quer a outros terapeutas tradicionais que fazem uso destas plantas medicinais previamente preparadas pelo Sr. Manuel (caules, cascas ou raízes secas, cortadas e picadas ou reduzidas a pó) para tratarem os seus doentes. Os preços de revenda são diferentes, sendo as plantas mais baratas do que quando preparadas.

No dia da entrevista, o Sr. Manuel Afonso Pereira, não se encontrava no mercado pois tinha ido à floresta da Lagoa Amélia (*Obô*) colher plantas medicinais, onde habitualmente vai, 3 vezes por

semana. Em sua substituição, falámos com o seu filho Jaike, que estava na sua banca do Mercado Grande de São Tomé. Jaike Pereira tem 30 anos, aprendeu com o pai, trabalhando com ele há já dez anos. Ambos pertenceram à Associação de Terapeutas Tradicionais. O avô de Jaike era *Sum Mique Pereira*, de Cassuma, um conceituado *Stlijon-matu*, com quem o pai aprendeu. Manuel Afonso Pereira tem 64 anos e tem esta actividade desde os 30 anos.

A mãe de Jaike chama-se *San Maria Tome Rodrigues Pita* e é também terapeuta tradicional, mais especificamente, *Parteira tradicional*, fazendo portanto partos e tratando crianças.

Relativamente aos medicamentos (plantas medicinais) que ali tem à venda, são essencialmente de dois tipos: frutos, folhas e caules frescos (vendidos em molhos pequenos ou à unidade) e partes de plantas secas, picadas ou pulverizadas (caules, cascas ou raízes), embaladas e vendidas em quantidades certas para determinados usos medicinais. Forneceu-nos informação bastante pormenorizada sobre a sua identificação (planta e parte da planta), tipo de preparação, uso terapêutico, doses e modo de preparação e administração:

- *Nespla-d'obô*, casca seca moída, para infecção de rins. Uma garrafa custa 30.000 dobras e equivale a 7 colheres de sopa. No caso das infecções de rins, a um litro de água fervida junta-se uma colher de sopa da casca moída. Deixa-se arrefecer e bebe-se o líquido durante dois dias. Faz-se uma pausa de 3 dias e ao fim deste tempo, repete o tratamento, se necessário.

- *Clicôtô-d'obô*, frutos e folhas. No caso dos frutos, estes custam 20.000 dobras, e misturam-se com batata buzina, sendo utilizados para problemas mentais. Põe-se este cozimento numa ligadura e amarra-se esta na cabeça. O chá resultante (líquido da decocção) é utilizado como calmante. As folhas servem para banho para a *frialidade* e mau olhado, e um molho também custa 20.000 dobras.

- *Clôssom-son* – É um tubérculo associado a um cogumelo, e pisa-se quando está já seco. Um saco deste tubérculo pulverizado custa 10.000 dobras. O *Clôssom-son* é utilizado para problemas de estômago ou para quem tem “penSanento” (preocupação). Ferve-se água e deita-se depois uma colher de sopa deste pó.

- *Pluga-matu* – é constituída pela casca pisada desta árvore, vendida em doses duplas, que custam 10.000 dobras. Mistura-se 1 litro de vinho de palma com meio pacote e deixa-se a macerar durante um dia, bebendo-se um copo. Espera-se 20 minutos e depois se necessário toma-se mais um copo. Para as crianças, deve dividir-se uma dose em 4/ 5 partes, fazendo depois uma pílula de banana envolvendo a dose para a criança engolir.

- *Buta* (um pedaço de raiz), custa 5.000 dobras; mistura-se com casca de *Pó-pleto-mlágá* (saco com casca seca picada em pedacinhos, 10.000 dobras) e *Fi-sandjá* (um pedaço de caule, 5.000 dobras), e prepara-se um 1 L de chá para cólicas de barriga e dores menstruais.

- *Pau-Nicolau* (casca moída), custa 20.000 dobras, e serve para tratar casos de células falsiformes, fazendo-se chá de 1 Litro de água para meio pacote. Para aumentar a hemoglobina, utiliza-se a mesma quantidade em meio litro de água e junta-se açúcar para fazer xarope.

- *Safu-d'obô* (cascas ou folhas), custa 5.000 dobras, e é utilizado para banho de “coceira”, e doenças de pele, em associação com outras folhas (ex. *Stlófi*, folha-cal e folha *Tabaque*).

- *Mangue* (rio) – um pacote de folhas secas custa 30.000 dobras. Para preparar banhos de corpo ferver um pouco em 2-3 litros de água.

- *Cáju* (casca) é usada para preparar um medicamento para a diabetes. Um pacote com pedacinhos de casca picada custa 20.000 dobras, e um pedaço de casca fresca inteira custa 5.000 dobras. Junta-se 20 pedacinhos da casca de cajú, com 20 pedacinhos de casca de *pó-pleto-mlágá* e 20 pedacinhos de raiz de *buta*, e ferve-se ou macera-se num litro de água fria.

- *Gligô-d'obô* – é uma trepadeira usada para banho de corpo, para misturar com outras plantas, e custando cada molho de folhas e caules frescas ou secas 5.000 dobras.

Prepara-se com as folhas um medicamento tradicional para crianças “vumbada”: juntam-se folhas de *Stlófi* (5.000 dobras/um molho), mais um pacotinho de casca de *Pó-mole* (5.000 dobras), um pedaço de folha de *Áliba-Babosa* (Aloés) e azeite palma.

- *Cuspila* (fruto) – É “contra”, pregando-se o fruto numa das paredes de casa, ou frita-se em pedaços com *Áliba-Babosa*, e passa-se o suco no corpo, para proteger contra mau-olhado.



Fig. 2.68. – Doses de Pluga-matu (Mercado ST)



Fig. 2.69. – Plantas medicinais frescas (Mercado ST)

Na banca destes terapeutas encontravam-se também pequenos molhos das seguintes plantas medicinais frescas, que custam 5.000 dobras cada: *Jambre* (para dor de dentes), *Quime-pletu* (para banho tradicional), *Fiá-gleza* (para banho de calor), *Macambláblá* (folhas e cascas frescas para massagem), *Cola-congo* (folhas para banho), *Nona-concha* (prepara-se um chá com sete folhas para 1 litro de água e utiliza-se para baixar a tensão).

Também tinha caules frescos de *Ucuêtê*, que custam cada um 5.000 dobras, e que são usados para hemorragias internas, mastigando-se e engolindo-se o suco para “desfazer sangue pisado que não sai”. Pode também preparar-se uma mistura com *Catchina-guessa* e vinho tinto que se ferve, sendo o líquido bebido e usado para limpeza do útero depois do parto.

O Sr. Jaike informou-nos ainda que estes preços eram para o consumidor, e que para revenda para outros terapeutas tradicionais faziam preços ainda mais baixos. Assim, e numa apreciação global e muito sumária pareceu-nos que os preços praticados por estes stlijon-matu eram substancialmente inferiores aos demais terapeutas entrevistados.

Isabel Anjos, Francisca Pequeno, Florentina Vera-Cruz e Constância Monteiro - Vendedoras de Medicamentos Tradicionais

Noutra deslocação ao Mercado Grande, procuramos abordar outros vendedores de medicamentos tradicionais, nomeadamente numa zona localizada junto às bancas de venda de peixe. Nesta zona estão concentradas várias bancas, pertencentes a vendedoras do sexo feminino, mas que não são terapeutas tradicionais. D. Isabel Anjos, D. Francisca Pequeno, D. Florentina Vera-Cruz e D. Constância Monteiro pertencem todas à Associação de Medicina Tradicional.



Fig. 2.70. – Isabel Anjos e Francisca Pequeno



Fig. 2.71. Florentina Vera-Cruz e Constância Monteiro
(Vendedoras de Medicamentos Tradicionais, Mercado Grande, São Tomé)

Nestas bancas encontram-se dispostas variadíssimas partes de plantas medicinais (frutos, sementes, folhas, cascas, caules, raízes, cascas), a maioria no seu estado seco, mas algumas no estado fresco (molhes de folhas), existindo também algumas garrafas contendo os produtos já pulverizados, mas sem líquido. Além das plantas medicinais existem ainda produtos de origem mineral (pedras) e também de origem animal (gordura de cobra).

Apesar de não serem terapeutas tradicionais, estas vendedoras têm bastantes conhecimentos sobre os produtos que vendem, disponibilizando aos clientes as doses necessárias e indicações para a preparação e administração dos remédios.

Relativamente à origem da maior parte destes produtos, informaram que colhem alguns nas imediações das suas casas, mas que a maioria são encomendados a outros colegas (*stlijon-mátu*), que os vão colher a florestas mais longe (*obô*). Perguntámos os preços de diversos remédios, nomeadamente:

Anginas – 5.000 dobras. Este remédio consiste em pequenas pedras brancas que se põem na água que depois se bebe.

Dores e Diarreia – O remédio é o mesmo, mas utilizado de maneira diferente. Para dores colocam-se 2 colheres em 2 litros de água e esta mistura é depois esfregada no corpo.

Impotência – remédio para homem custa 120.000 dobras a garrafa de cerca de 1 litro. Esta deve ser cheia com uma bebida “quente” (bebida alcoólica forte). Depois de tomar “homem fica rijo”, diz a vendedora.

2.2.2.1.2. Distrito de Mé-Zóchi

Localidade - Madalena

San Zinha – Parteira Tradicional e Massagista



Fig. 2.72. – *San Zinha* (*Patléla-tradicional*)



Fig. 2.73. – *San Zinha* (Tratamento de Bassô)

Vila Madalena pertence à província de Mé-Zochi e é constituída por edifícios bonitos lembrando uma terra beirã de Portugal. A casa de *San Zinha* é construída em madeira e situa-se numa das ruas desta povoação, perto da escola e frente a um chafariz.

San Zinha, nascida em 1925 (85 anos), disse ter aprendido a sua arte de tratar crianças com sua mãe e avó. Começou a tratar, já com 40 a 50 anos, as doenças de crianças tais como diarreia (“bega-colê”), “empanturramento”, cólicas (“bassô”), anginas, etc. *San Zinha* faz também partos e massagem a doentes de todas as idades, mas neste caso nunca tratando por exemplo de ossos partidos, somente ossos deslocados. Em caso de outras doenças, tais como diabetes ou tensão alta, *San Zinha* encaminha o doente para o hospital.

A arte de tratar crianças implica a aplicação ou administração de remédios que *San Zinha* prepara. Estes são feitos à base de plantas que a própria *San Zinha* colhe ou compra no mercado. Na maior parte das vezes os remédios não estão preparados, somente no caso de remédio de anginas ou de hérnia. Por vezes tem já folhas ou cascas secas, caso contrário ainda terá que ir colher ou comprar.

Relativamente ao remédio para as anginas, este é preparado à base de várias plantas em óleo de coco e azeite, sendo posta esta mistura ao lume até fritar e depois arrefecida. Para tratar anginas da criança, *San Zinha* retira um pouco desta solução, põe no dedo uma compressa limpa que embebe com o líquido e esfrega na garganta da criança. Este tratamento tem um custo de 50.000 Dobras.

Quanto ao remédio para hérnias, é administrado oralmente e vende-se por 30.000 Dobras.

Os tratamentos são normalmente aplicados por *San Zinha* em casa. *San Zinha* disse que muitas vezes a pessoa paga o que pode pelos tratamentos. Uma “mão” de massagem, normalmente custa 50.000 dobras (mas podem pagar entre 30.000 a 50.000). Se for uma massagem de uma criança, *San Zinha* pede menos dinheiro.

Os tratamentos são feitos em casa de *San Zinha*, mas os seus doentes não provêm apenas de Vila Madalena, mas de todo o lado: cidade (São Tomé), Roças, etc.

Assistimos inclusivamente ao tratamento de duas crianças com “bassô”, tendo-lhes sido feito um clister com uma mistura à base de plantas que *San Zinha* já havia preparado. Depois de umas massagens na barriga, as crianças defecam, ficando aliviadas do seu mau-estar.

O neto de *San Zinha* apareceu entretanto com a mãe. Já tinha vindo para se tratar de febre, mas não tinha dito que tinha o pé cortado. Observada a ferida, verificou-se não estar infectada. *San Zinha* retirou uma caixa cheia de medicamentos convencionais que comprou no mercado e deu ao neto um comprimido de Paracetamol 500 mg. Este comprimido custaria a um outro doente 20.000 Dobras.

Relativamente ao facto de dispor igualmente de medicamentos convencionais, a terapeuta referiu que poderá misturar medicina tradicional com medicina convencional, quando julga necessário, aplicando e vendendo aos doentes que a procuram quer medicamentos convencionais, quer os remédios tradicionais por si preparados.

Localidade - Pôto Zamblala

Sr^a Fátí (Fátima) – *Stlijon* e Curandeira



Fig. 2.74. – Sr^a Fátima (Curandeira)



Fig. 2.75. – Clínica e quintal da Sr^a Fátí (c/ plantas medicinais)

Deslocámo-nos a Pôto Zamblala, local da clínica da Sr^a Fátí, Maria de Fátima Correia Martins, que fica a cerca de 20 m da estrada. A clínica fica numa ponta da casa, à frente da qual se vêem no chão do pátio diversas cascas e folhas de plantas medicinais a secar (por exemplo sementes e cascas de *Losa-bilanza*); neste pátio encontram-se várias pessoas sentadas em bancos de madeira, aguardando pela sua vez de serem atendidas.

Estivemos mais de uma hora a aguardar uma ocasião para entrevistar a terapeuta. Maria de Fátima estava a atender uma pessoa, mas pareceu não estar à vontade para responder a questões sobre esta sua actividade. Parece ser mais uma curandeira do que uma terapeuta, apesar das partes de plantas que secam no quintal. O interior da sua clínica é decorado com santos, velas, crucifixos, o que é bastante comum nos terapeutas tradicionais do País.

Afirmou ter 55 anos, e ter trabalhado para 9 mestres. Maria de Fátima é filha de mãe guineense. O seu pai era descendente de moçambicanos e cabo-verdianos. Tem um senhor a trabalhar para si, que lhe arranja as plantas medicinais que utiliza, mas também as adquire no mercado. Referiu ainda que prepara os medicamentos com plantas e água, por vezes com mel, mas não com álcool.

Também nos disse desconhecer o facto de estar inscrita na Associação de Medicina Tradicional, apesar de termos tido acesso a documentos desta Associação que comprovam a sua inscrição e respectiva especialidade (Fitoterapia e Exorcismo), afirmando depois que esta inscrição terá sido feita sem a sua aprovação.

Uma das doentes que esperavam no quintal, pretendia curar uma espécie de "mal de amor": o marido andava com outra mulher, segundo nos confidenciou... Outras doentes suas que aguardavam consulta diziam, mesmo quando tinham mal físico, que era feitiço, mas em frente a nós, e em relação ao doente que estava a ser consultado esta terapeuta disse não se tratar de um caso de feitiço. No entanto, pareceu-nos que a generalidade dos "doentes" que aguardavam ser atendidos vinha tratar mais casos do foro espiritual do que propriamente do foro físico.

Localidade – Capela / Trindade

San Concenzinha – Parteira Tradicional



Fig. 2.76. – San Concenzinha (Parteira Tradicional)

A terapeuta nasceu a 4 de Fevereiro de 1948 e trabalha há 19 anos, tendo aprendido com uma senhora, mais velha, parteira tradicional.

Tem diploma de parteira tradicional do Ministério da Saúde e fazia parte da Associação de Medicina Tradicional. Os partos são feitos por 180.000 dobras em casa da parturiente, fazendo todo o tratamento posterior até o umbigo cair. Só aí, como diz, "entrega o bebé".

Faz tratamentos para "mal de barriga" de crianças, trata "bassô", faz clister, prepara e administra purgante, trata máculu (hemorróida), etc. Em geral, a massagem custa 30.000 dobras a "mão" (3 dias completam o tratamento). Um clister por exemplo custa 30.000 dobras.

Usa medicamentos da terra a partir de folhas/cascas que compra no mercado e que manda arranjar e faz os tratamentos em sua casa.

Inquirida sobre a possibilidade de aprender a arte da sua mãe, a filha de San Concenzinha, disse não estar interessada.

2.2.2.2. Ilha do Príncipe

2.2.2.2.1. Distrito de Pagué

Localidade - Santo António

San Paula – Parteira Tradicional



Fig. 2.77. – *San Paula* (Parteira Tradicional)



Fig. 2.78. – *San Paula* tratando uma criança

Esta terapeuta mora na cidade de Santo António, na ilha do Príncipe, tem 55 anos e faz tratamentos há 10 anos, tendo aprendido com a sua avó. Acumula esta arte com o trabalho de auxiliar no hospital do Príncipe, que lhe ocupa todas as manhãs durante a semana.

San Paula trata essencialmente crianças, dando-nos informações sobre os tratamentos que faz e os respectivos custos:

- “Mal de barriga” (cólicas, afecções gastro-intestinais), 3 dias de tratamento a 30.000 Dobras por dia.

- Anginas (10.000 Dobras). O tratamento implica a pesquisa de glândulas inflamadas, que tenta massajar para que deitem pus naturalmente. Manda então a mãe comprar ibuprofeno e recomenda um chá de folhas de *jambre* como complemento. As folhas de *jambre* é a própria *San Paula* que arranja, explicando à mãe como fazer o chá em casa (colocam-se 7 folhas em meio litro de água a ferver, e a criança deve tomar 1 colher desta infusão antes de cada refeição). Este chá também é utilizado para hepatite e para combater “calor”.

- “Tirar Corda” (30.000 Dobras/dia). É um tratamento que consiste em massagens especiais feitas em várias zonas do corpo do bebé (nádegas, braços, pernas ou omoplatas) durante dois dias. No terceiro dia fricciona-se o corpo da criança com uma mistura de folhas de *stlófi* com azeite de caroço e a mãe limpa o bebé, não lhe podendo ainda dar banho. A mãe põe também folhas de *stlófi* em cima da cama para o bebé dormir em cima. Este tratamento é feito por exemplo para acalmar um bebé.

- Tratamento de “Bébé-macaco” (30.000 Dobras). Designam-se por “bebé-macaco” as crianças que nascem com muitos pêlos ou que são muito pequenas e magras (enfezadas), apresentando

uma clara característica de má nutrição, devido por vezes a problemas de alcoolismo ou de má alimentação da mãe durante a gravidez. O tratamento implica a utilização de folhas de *gofe*: inicialmente, o caule das folhas de *Gofe* é torrado até ficar em cinza/carvão, junta-se óleo de fígado de bacalhau ou óleo de tubarão, mistura-se e faz-se uma pasta que se esfrega na criança durante três dias, não devendo a criança tomar banho durante este tempo; depois, a criança deverá tomar um banho preparado com as folhas secas de *Gofe* e toma durante uma semana uma colher de óleo de fígado de bacalhau por dia, excepto se o tempo estiver chuvoso.

- Diarreia de crianças (30.000 dobras). Usa seiva de folhas de *bengue*, *fiá-ponto* e goiaba: mistura estas folhas, pisa-as, cõa o líquido resultante, junta sal e limão, mistura e dá para beber no primeiro dia de tratamento. Se no segundo dia, ainda estiver com diarreia, o bebé deve tomar “soro caseiro” preparado por *San Paula* do seguinte modo: lava 4 bananas prata verdes ainda com casca, racha as bananas, põe-nas numa panela com um litro de água e leva a ferver. Depois de ferver, tira as bananas, e cõa o líquido. Junta uma colher pequena de sal, e duas colheres de açúcar. A mãe deve administrar este líquido ao bebé sempre que este fizer diarreia.

Também trata afecções de adultos (mulheres e homens):

- Útero deslocado (150.000 Dobras). Este tratamento implica a aplicação de um remédio (um dente de alho enrolado numa compressa) na vagina da mulher, sendo aí mantido durante 3 dias, ao fim dos quais *San Paula* retira a compressa e se vir sangue, encaminha a mulher para o hospital, caso contrário, em princípio estará tudo bem. Durante aqueles 3 dias, a doente deverá beber um chá feito com arruda, *Matruço* e *Fiá-malé*, e se tiver muitas dores, *San Paula* aconselha a que tome Buscopan.

- Remédio para impotência (150.000 Dobras). É constituído por uma mistura de cascas e raízes colocadas numa garrafa a macerar numa bebida alcoólica forte. O homem deve tomar um copo de manhã e outro à noite, até ficar “quente”. Quando isso acontece, pára de tomar. Embora possa ser logo administrado este remédio, *San Paula* aconselha primeiro a pessoa a fazer uma massagem, com um massagista tradicional, massagem esta que custa 80.000 Dobras, devendo ainda tomar um purgante. Passadas 2 semanas é que pode iniciar o tratamento com o remédio tradicional para impotência.

- Infecções urinárias - *San Paula* não trata, mas aconselha a tomar um chá de folha de *Maioba* (7 folhas num Litro de água) ou chá de barbas de milho.

- Hemorróidas - Usa no tratamento *Áliba-babosa*, e faz também uma infusão de *Cundú-dimuála-vé* para o doente se sentar em cima.

San Paula também faz massagens, tendo uma Massagem de corpo inteiro um custo de 50.000 Dobras/mão e uma Massagem de coluna 30.000 dobras/dia.

A maioria das plantas medicinais que usa para fazer os tratamentos é colhida por ela própria, no seu quintal, onde tem diversas plantadas e nos campos perto da cidade. Há no entanto casos, em que quando as plantas que utiliza são provenientes de locais mais longínquos, *San Paula* pede para irem colher.

Esta terapeuta pareceu-nos ser uma senhora muito consciente e responsável, e muito interessada em fornecer informações sobre os seus conhecimentos tradicionais. Também é curioso o modo como ela em certos casos junta a medicina tradicional com a convencional (ex. uso de medicamentos convencionais).

Sr. Amboim – Massagista



Fig. 2.79. – Sr. Amboim, Sto. António

O Sr. Amboim, de nome Manuel Cassandra, é terapeuta tradicional, mas é também trabalhador da Alfândega na ilha do Príncipe. Tem 58 anos e pratica esta arte, que aprendeu com um outro terapeuta já falecido (*Sum Guivo*), há cerca de 9 anos.

O senhor Amboim faz massagem de adultos e de crianças com idades maiores ou iguais a 12 anos, nomeadamente massagem de “corpo inteiro” (dores no corpo, dores nas costas), ou de partes do corpo, em caso de entorses, reumatismo, inchaços, inflamações, etc. Também faz tratamento a senhoras com dificuldade em engravidar.

Os preços dos tratamentos são em geral de 50.000 dobras por “mão” de massagem de partes do corpo, sendo habitual um tratamento de três “mãos”. No caso de massagem de corpo inteiro o custo é de 70.000 Dobras por “mão”.

O remédio que utiliza para aplicação na massagem, é o mesmo para todas as massagens e é feito à base de cascas, embora também use folhas para diminuir o inchaço. Os remédios são preparados pelo Sr. Amboim, a partir de cascas e folhas que compra a um outro massagista, o Sr.

Gégé, pois, segundo o Sr. Amboim, não tem tempo para fazer a colheita de material, devido à sua outra profissão.

O tratamento para uma mulher engravidar, tem a duração de quatro dias: no primeiro e segundo dias faz uma massagem com uma mistura de cascas, interrompendo este tratamento no terceiro dia; no quarto dia faz novamente massagem com cascas e depois a mulher toma um banho preparado com folhas de *maguita-iô*, goiaba, *codoquê*, e *muandim-d'obô*. Neste caso, é o próprio Sr. Amboim que apanha as folhas para efectuar o banho de massagem próprio deste tratamento. O preço total deste tratamento é 250.000 dobras, embora por vezes possa fazer o preço amigável de 150.000 dobras.

San Queia - Parteira Tradicional



Fig. 2.80 – San Queia (Parteira Tradicional, Sto. António)

San Queia nasceu a 2 de Abril de 1953, é Parteira Tradicional, e acumula esta arte com outra ocupação, trabalhando em dias alternados no hospital da cidade como auxiliar, e começou a tratar com 40-42 anos, tendo aprendido com a sua avó.

Os tratamentos de crianças que faz são os seguintes: “pisa barriga” (15.000 Dobras por “mão”), consistindo este num tratamento de três mãos ao 1º, 2º e 4º dia; trata anginas (10.000 dobras), fazendo um dia de tratamento e depois usando “oração”; trata “bassô” (15.000 dobras); faz purgante (20.000 dobras), preparando e aplicando “vumbada”; trata diarreia e enterite (15.000 dobras) e faz clisteres.

San Queia também faz massagem a adultos, quer de partes do corpo (por exemplo, um entorse de pés), quer massagens de corpo inteiro; trata hérnias e faz tratamento a mulheres para engravidar. Estas massagens custam 25.000 dobras por “mão”, num tratamento total de três mãos. No caso de tratamento para engravidar, para além da massagem, há um remédio que a mulher deve tomar por via

oral, feito com *batata da terra*, e que custa 60.000 dobras. Este remédio deve ser tomado da seguinte forma: uma colher ao *mata-bicho*, uma ao almoço e outra ao jantar.

É *San Queia* que prepara, à medida que os seus doentes a vêm procurar, os remédios utilizados para fazer os tratamentos. Estes são preparados com folhas e cascas que a própria *San Queia* colhe no mato perto da cidade.

Sum Gégé - Massagista



Fig. 2.81. – *Sum Gégé* (Massagista, Sto. António)

Sum Gégé é coveiro no cemitério da cidade, tem 59 anos, e começou a praticar terapia a partir dos 14 anos, tendo aprendido com dois mestres já falecidos, originários de São Tomé.

É massagista de adultos, mas também de crianças. Trata entorses, reumatismo, hérnias, fracturas, etc. O preço das massagens é variável consoante seja de corpo inteiro ou de parte do corpo e consoante se trate de uma criança ou de um adulto. Assim, uma massagem de corpo inteiro a uma criança de 7-8 anos pode custar 85.000 dobras, preço do tratamento total de 3 dias. Mas este preço pode ainda variar caso sejam necessários mais dias de tratamento, fazendo-se um preço total final. Relativamente a um adulto, uma massagem de corpo inteiro pode custar um total de 145.000 Dobras (3 dias). Para o tratamento de um entorse de parte do corpo (por exemplo, um pé ou uma mão) o custo é de 20.000 Dobras e o preço total do tratamento dependerá do tempo que levar a ficar bem.

No caso de hérnias, o preço também depende, enquanto a situação não melhorar o Sr. Gégé afirma que não pode fazer preço, o qual varia igualmente com o local da hérnia. Para as hérnias existe também um remédio à base de *buta*, que os doentes também podem mastigar.

É o Sr. Gégé que procura as plantas no mato, colhendo folhas, cascas e raízes e que prepara os remédios que utiliza. Apenas no caso do tratamento para mulheres engravidarem, e depois deste terapeuta ter feito primeiro uma massagem (20.000 dobras por mão), é-lhes depois administrado um laxante, que é preparado por uma outra terapeuta que faz o preço: *San Mena*. Este medicamento só é

dado às mulheres, depois do Sr. Gégé verificar se a lua está em condições de se poder tomar um purgante.

Foi bastante difícil conseguir que este senhor nos desse as informações aqui apresentadas, não nos parecendo muito aberto em divulgar os preços dos tratamentos, não obstante termos sido apresentados através do Sr. Amboim.

San Nuna – Parteira Tradicional



Fig. 2.82. – *San Nuna* (Sto. António)

San Nuna, para além de terapeuta, é também funcionária da Câmara, sendo responsável pela limpeza e manutenção dos jardins da praça principal. Tem 51 anos de idade, e aprendeu terapia com o pai, praticando desde os 30 anos. Trata essencialmente crianças, mas também faz massagens a adultos. No primeiro caso, trata anginas, preparando um remédio que utiliza para massajar por fora e depois fornece à mãe os produtos necessários para continuação do tratamento em casa: *ufiá-zêdinha*, que são folhas para a criança mastigar, e também *ufiá-sentopé-blanca* para fazer um chá. Este tratamento depende da gravidade da situação, podendo ir de 10.000 a 50.000 dobras. Se for necessário também pode preparar e administrar um remédio para esfregar a garganta internamente.

O tratamento de “bassô”, efectuado em crianças pequenas, demora 5 dias, podendo variar entre 30.000 a 50.000 dobras.

No caso das diarreias, o preço do tratamento é de 30.000 dobras. De referir que a folha de centopeia branca (*ufiá-sentopé-blanca*) também é utilizada no tratamento de diarreias.

San Nuna faz igualmente massagem a adultos, no caso de entorse, dores, reumatismo, hérnia, sendo o preço de 50.000 dobras a “mão”, num total de três mãos. Para uma criança, o preço por “mão” é de 20.000 dobras.

Esta terapeuta prepara os muito procurados remédios “para homem” que vende a 140.000 Dobras, devendo depois os doentes juntar o líquido para macerar a mistura, que poderá ser uma bebida alcoólica, por exemplo brandy.

Faz também tratamentos para as mulheres engravidarem, sendo estes constituídos por duas fases: a primeira consiste na administração de um xarope durante 8 dias, seguida depois da toma de um purgante, e pode custar entre 60.000 a 70.000 dobras (o xarope é preparado com *batata-da-terra*, à qual depois de retirada a casca e depois de ralada, é adicionado açúcar e laranja-anibô); a segunda fase consiste em 3 “mãos” de massagem, com um custo total de 150.000 Dobras.

Os remédios usados nos tratamentos são preparados pela própria *San Nuna*, a partir de plantas colhe nas florestas. *San Nuna* referiu ainda que os preços dependem muitas vezes da “consciência”, pois há pessoas que dizem não ter dinheiro...

Apresenta-se no quadro 2.2. o número dos diversos terapeutas entrevistados, distribuídos de acordo com as suas especialidades e a sua zona geográfica. De notar que estão contabilizados somente os terapeutas no activo, tendo sido referenciada apenas a respectiva especialidade principal, apesar de muitos deles exercerem mais do que uma especialidade.

Quadro 2.2. –Terapeutas entrevistados, distribuídos de acordo com a sua especialidade principal

Especialidade Principal	Número de Terapeutas Entrevistados por Distritos RDSTP			
	Água Grande (ST)	Mé-Zóchi (ST)	Pagué (P)	TOTAL por Especialidades
Massagista	6		2	8
Parteira Tradicional	5	2	3	10
<i>Stiljon Matu/Stlijon</i>	6			6
<i>Vendedores Plantas</i>	4			4
Curandeiros		1		1
TOTAL	21	3	5	29

Dos 29 terapeutas no activo entrevistados, a maioria do distrito de Água Grande, 15 eram mulheres, maioritariamente Parteiros Tradicionais, sendo esta especialidade praticada apenas por este género. Relativamente à especialidade de Massagista, verificou-se que quando exercida por senhoras e com excepção de *San Paula*, as terapeutas não realizam massagens de corpo inteiro, admitindo-se que este facto esteja relacionado com a força física por vezes necessária para determinadas práticas.

A média de idades dos terapeutas entrevistados situa-se nos 64 anos, tendo apenas três deles idades inferiores a 55 anos e sendo o mais velho, uma mulher, *San Zinha*, com 85 anos. Quase todos aprenderam medicina tradicional com um terapeuta pertencente à sua família (pais, tios ou avós), e a

maioria começou a praticar sozinho já com mais de 40 anos. Alguns dos terapeutas possuem uma outra actividade paralelamente à medicina tradicional, com destaque para os terapeutas da ilha do Príncipe, todos possuindo outra profissão.

A maioria dispõe de um espaço em casa onde recebem e tratam os doentes, sendo o Sr. Pita o único com uma clínica própria para o efeito.

Verificou-se também que com excepção de dois casos (Sr. Pereira e Sr. Pita) nenhum terapeuta tem actualmente “discípulos” a aprender a respectiva arte, correndo-se assim o risco de haver uma perda rápida e irreparável destes conhecimentos tradicionais. A medicina tradicional é baseada na história do seu uso durante centenas e por vezes milhares de anos, o que permitiu um acumular de observações e experiências de práticas inseridas nos respectivos contextos culturais e onde assentam os procedimentos actuais (WHO, 2000). Em África a passagem desta informação é feita sobretudo oralmente, através de uma aprendizagem testemunhada ao longo de muitos anos. Esta medicina não se baseia necessariamente em avaliações científicas, mas tem provado que usa métodos fiáveis e seguros (WHO, 1978), sendo frequentemente, e no caso concreto de STP, o único meio possível para a população das zonas rurais, recorrer rapidamente a cuidados de saúde. Consideramos portanto que o perigo de extinção destes conhecimentos é iminente, pondo em perigo a herança cultural deste povo, e sendo sobretudo nefasto para a saúde pública em STP.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1. Medicina Convencional – Mercado Formal e Informal de Medicamentos

3.1.1. Análise do Mercado Formal de Medicamentos

Ao nível estatal, pudemos verificar que o circuito legal do medicamento em S. Tomé e Príncipe, não cumpre a actual legislação, uma vez que os medicamentos que circulam nos diferentes organismos públicos, desde os Hospitais a Centros e Postos de Saúde, podem ser adquiridos directamente, no primeiro caso, pelo próprio Hospital Central, ou pelas entidades públicas e ONGs, sem nenhuma intervenção do único organismo público, legalmente autorizado, o Fundo Nacional do Medicamento. Esta prática foi-nos justificada por existirem muitas vezes rupturas nos stocks de diversos medicamentos, as quais não eram supridas pelo FMN atempadamente. Por outro lado, constatámos ainda que este organismo não vende necessariamente medicamentos mais baratos do que a generalidade das outras entidades públicas, sendo esta situação explicada pelo FNM pelo facto de não ter isenção nas taxas de importação dos medicamentos (a partir de 2006), tendo os preços dos mesmos aumentado em cerca de 25%. Foi-nos dito pela responsável do FMN, que embora outras entidades que importam medicamentos também não tenham isenções alfandegárias, este organismo se encontrava numa situação de desvantagem, uma vez que por ter autonomia administrativa e financeira, necessitava de pagar todas as suas próprias despesas de funcionamento, o que implicava necessariamente ter de praticar preços mais elevados nos medicamentos. Por outro lado, e embora de acordo com a lei o FNM apenas possa distribuir aos organismos públicos, verificámos no terreno a existência de um posto de venda ao público, onde inclusive vendedores do mercado de rua se vão abastecer, como pudemos constatar. Assim, a situação criada a partir de 2006, com a retirada da isenção de taxas de importação de medicamentos, terá provocado grandes baixas nas vendas de medicamentos do FMN, o que poderá ter levado este organismo a vender medicamentos ao público, promovendo de certo modo a informalidade do mercado de medicamentos.

Os Serviços de Farmácia do Ministério da Saúde, estão a trabalhar numa proposta que visa a criação de uma Central de Compras de Medicamentos, que poderia assim centralizar todas as importações de medicamentos do país, bem como realizar o seu devido controlo.

Ao nível privado, os medicamentos são adquiridos livremente pelas farmácias, e apesar do suposto controlo de importação por parte das entidades oficiais, que inclui o pagamento de taxas alfandegárias, isto não sucede em muitos dos casos, não havendo qualquer controlo, nem relativamente à proveniência destes medicamentos, nem em relação a qualquer aspecto referente à sua qualidade (verificação de embalagens, identificação, conservação, certificados de controlo, análises,

etc.). A este respeito, deve salientar-se ainda que não existe na RDSTP nenhum laboratório oficial ou privado que possa levar a cabo a realização de análises de controlo da qualidade de medicamentos.

Por outro lado, e como foi constatado, todas as farmácias actualmente existentes na RDSTP, também não cumprem a legislação em vigor, uma vez que nenhuma possui um Farmacêutico na sua Direcção Técnica, sendo tal facto explicável pela grande deficiência de farmacêuticos no país. Com efeito, apenas existem no activo duas farmacêuticas que trabalham no Ministério da Saúde.

Assim, uma possível solução a curto prazo poderá passar por uma tomada de posição do Ministério da Saúde, com uma proposta de modificação da actual legislação, que poderia ser regulamentada através de Decreto-Lei, para permitir por exemplo a atribuição de “alvarás temporários” mediante uma obrigatoriedade de existência de um técnico de farmácia a tempo integral (e que não pertencesse aos quadros do Ministério da Saúde); para isso, deveriam formar-se localmente mais Técnicos de Farmácia, para garantir a sua permanência a tempo integral nas farmácias e postos de venda ao público, assegurando a sua formação e actualização continuada, através de acções de formação e sensibilização, e mantendo uma constante vigilância e inspecção destes locais de dispensa de medicamentos por parte do Departamento de Farmácia.

3.1.2. Caracterização do Mercado Informal de Medicamentos

A venda de medicamentos fora dos circuitos oficiais é uma realidade em São Tomé e Príncipe e, apesar de se tratar de uma actividade ilegal, é feita de uma forma praticamente aberta e bem visível, sendo realizada sobretudo na cidade de São Tomé, dentro do recinto do Mercado Grande e nas suas imediações. Em geral, os vendedores de medicamentos são vendedores ambulantes, que deambulam pelos corredores do mercado, e que se apresentam com malas presas ao pescoço ou a tiracolo onde têm os seus medicamentos, embora também possa existir, fora do mercado, um ou outro vendedor que exponha esta mercadoria num local fixo da rua sobre uma pequena banca improvisada.

Também foram observados outros tipos de locais de venda informal de medicamentos, principalmente fora da capital, tais como em lojas de comércio convencional (mercearias), em instituições religiosas, e em casa de pessoas (enfermeiros, terapeutas tradicionais, etc.).

No quadro 3.1. (pág. 90) é apresentada uma súmula das principais informações e características dos diversos medicamentos convencionais seleccionados, e cujas transacções foram observadas no estudo de casos por nós realizado na RDSTP.

Pretende-se apresentar uma análise deste mercado informal, comparando por um lado os preços praticados, e por outro analisando as respectivas características que nos permitirão inferir sobre os riscos deste tipo de mercado. Com efeito, a qualidade de um medicamento vai depender de

múltiplos parâmetros, entre os quais se destacam a qualidade ao nível do seu Fabrico, bem como a sua Eficácia e a sua Segurança. Para garantir o nível adequado de qualidade de um medicamento há que garantir as Normas de Bom Fabrico (WHO, 2003) bem como o cumprimento de Boas Práticas de Distribuição e de Farmácia (WHO, 2005) (OF, 2009) ao longo de toda a cadeia de armazenamento e dispensa. Assim, foram analisados os seguintes parâmetros dos medicamentos transaccionados no mercado informal da RDSTP: condições de armazenagem; embalagens; informações contidas nas embalagens; aconselhamento farmacêutico (administração, cuidados, doses); qualidade do produto (origem e fiabilidade do fabricante / contrafacção).

Armazenagem:

Face às condições observadas em todos os locais de venda ambulante, podemos verificar que os medicamentos vendidos encontram-se expostos diariamente às condições climáticas habituais no país (temperaturas médias de 25°C e humidade entre 70-90%), não havendo qualquer possibilidade de cumprimento dos cuidados mínimos essenciais para a conservação, armazenamento e manutenção correcta dos medicamentos à venda, em geral formas farmacêuticas sólidas orais (comprimidos e cápsulas), podendo inclusivamente alguns estarem expostos ao sol, o que pode originar problemas decorrentes da má conservação e conseqüente provável degradação do produto. Isto significa basicamente que não só o medicamento pode não ter acção terapêutica, como pode também ser prejudicial à saúde do consumidor.

Relativamente aos restantes locais informais de venda, observou-se que os medicamentos se encontravam dentro das suas embalagens originais, arrumados em armários, por sua vez em salas que embora na sua maioria não dispusessem de ar condicionado, constituíam em geral ambientes mais frescos do que no exterior. Por este motivo, considera-se que possivelmente os medicamentos aí existentes conservarão mais facilmente as suas características do que aqueles vendidos na rua, não sendo no entanto as condições ideais, nomeadamente o armazenamento em salas com temperatura e humidade controladas. Estas condições, pelo contrário, foram confirmadas nos armazéns de entidades públicas como o FNM, Farmácias do Centro de Saúde Água Grande e Hospital Ayres de Menezes. No entanto, nas farmácias privadas, o ambiente também não é controlado.

Embalagem:

A maior parte dos medicamentos na posse dos vendedores de rua encontravam-se apenas contidos em *blisters* (embalagem primária) e portanto menos protegidos do que se também estivessem nas embalagens secundárias próprias (cartonagens), tendo sido também observados alguns medicamentos que nem na embalagem primária original se encontravam, como é o caso de comprimidos acondicionados em pequenos sacos de plástico transparentes.

Esta situação não é aceitável, podendo dar azo a confusões e utilizações indevidas. De facto, quando os medicamentos são distribuídos no mercado apenas nas suas embalagens primárias, estas deverão conter informação suficiente para garantir a sua rastreabilidade e origem, nomeadamente a morada do fabricante, indicações terapêuticas e, se for o caso, precauções de conservação ou outras; para além da informação do nome genérico ou comercial, ingredientes activos, lote e validade e laboratório fabricante ou com autorização de introdução no mercado (WHO, 2004).

Nos restantes locais de venda informal, os medicamentos são mantidos dentro das embalagens originais, embora possam também ser dispensados avulso, em pequenas embalagens de plástico ou pequenos pacotes. O mesmo acontece nas farmácias pertencentes a entidades privadas e públicas.

Aconselhamento:

Os medicamentos que se vendem no mercado informal pertencem sobretudo aos grupos terapêuticos dos analgésicos, antipiréticos, anti-inflamatórios, vitaminas, alguns antibióticos e anti-infecciosos, concluindo-se que em geral vão de encontro a algumas das doenças com maior prevalência em S. Tomé e Príncipe como diarreias, infecções respiratórias, avitaminoses, etc. Comparativamente com os restantes locais de venda, a Igreja Nova Apostólica apresenta uma maior variedade de grupos terapêuticos disponíveis.

Relativamente ao mercado de rua, não foi observado no acto da venda qualquer aconselhamento dado ao cliente, pedindo este o medicamento geralmente pelo seu princípio activo (nome genérico). Os vendedores parecem estar a par das principais utilizações dos medicamentos que vendem, diferenciando igualmente as suas potências. Assim, por exemplo, foi notado que sabiam que o efeito anti-inflamatório do diclofenac é mais forte do que o do ibuprofeno, aplicando frequentemente preços consonantes com a diferença de potência. Os preços de medicamentos compostos são também, em geral, superiores aos que apresentam apenas um só princípio activo. No entanto, após negociação os preços poderão ser nivelados, sobretudo quando o cliente compra vários medicamentos.

Não foi observado como referido, nenhuma espécie de aconselhamento, e embora esta situação não tenha sido verificada, admite-se que os vendedores ambulantes não tenham nenhuma diferenciação técnica na área. O caso mais gritante da falta de conhecimentos e/ou sua aplicação é a venda de antibióticos à unidade, que traduz a total ignorância ou displicência acerca do modo correcto de administração deste grupo terapêutico. A toma de antibióticos deve obedecer rigorosamente à posologia indicada pelo médico, nomeadamente no respeitante à duração de tratamento sendo esta em geral de, com excepção de alguns princípios activos, no mínimo sete dias. Caso este tempo não seja cumprido, não só a infecção em causa pode não ficar devidamente tratada, como poderá haver de futuro a potencialização de resistências a esse antibiótico. Em conclusão, pode-se dizer que a venda de antibióticos à unidade, prejudica a saúde pública. Um outro caso, observado numa loja no Príncipe

(loja Lima e Barbosa), foi o facto de ter sido detectado nesta loja a venda de um medicamento injectável, que deveria também requerer receita médica, ainda mais tratando-se de uma forma farmacêutica que necessita ser administrada por profissional de saúde competente.

Assim, múltiplos perigos do mercado informal de medicamentos para a saúde pública poderão ser inferidos, tais como os decorrentes da má conservação dos produtos vendidos; do mau uso dos medicamentos, contribuindo o facto de a maioria ser vendida sem bula, sem embalagem secundária que indique o uso terapêutico, em embalagem secundária de outro medicamento (como sucedido durante este trabalho de campo) ou, quando com embalagem secundária as inscrições não serem na língua oficial da RDSTP; do risco de cruzamento de acções terapêuticas sobretudo, como observado em São Tomé, quando os medicamentos são colocados em sacos que já contiveram outros produtos ou medicamentos (riscos de contaminação). Foi-nos relatado aliás por vários elementos da população, que estes vendedores ambulantes vendiam para além de medicamentos, veneno de ratos, e que havia rumores, não confirmados, de que a morte das crianças irmãs noticiada há alguns anos (caso já mencionado no presente trabalho) tenha sido causada pela eventual contaminação com veneno do medicamento adquirido na rua. O facto é que no trabalho de campo testemunhámos a colocação de um medicamento num saco que já tinha sido utilizado e que continha vestígios de pó, ou do medicamento que vimos ser de lá retirado ou eventualmente de outros produtos/medicamentos que possam ter estado antes aí colocados.

Relativamente ao caso particular da Igreja Nova Apostólica, verificou-se que à semelhança de uma entidade formal, vende os medicamentos mediante receita médica, a preços fixos. Dispõe de uma farmácia de venda ao público e também de uma clínica, pelo que poderá aqui ser feito um aconselhamento adequado aquando da dispensa do medicamento. O mesmo não se poderá dizer em relação aos restantes locais de venda informal de medicamentos, onde o eventual aconselhamento do doente se baseia apenas na experiência empírica do vendedor e não em conhecimento diferenciado.

Qualidade e Contrafacção de Medicamentos:

Além de todos os perigos já enunciados, teremos ainda que ressaltar que a venda de medicamentos num mercado de rua com estas características, e sem qualquer controlo sobre a origem dos mesmos, acarreta sobretudo um elevadíssimo risco de consumo de medicamentos contrafeitos, cujas características de qualidade, eficácia e segurança não estão minimamente asseguradas.

Os parâmetros geralmente avaliados para concluir acerca da contrafacção de um medicamento são a inspecção visual das embalagens, primária e secundária, e da própria forma farmacêutica; a identificação da substância activa; o seu doseamento e a determinação de impurezas (WHO, 1999).

No presente trabalho não foi possível, por questões de tempo, fazer a análise química dos medicamentos adquiridos, mas foram verificados outros aspectos que poderão indiciar a existência de

contrafacção, nomeadamente as inscrições das embalagens vendidas, como a origem e nome do fabricante, lote e validade (Quadro 3.1.).

Quadro 3.1. – Características de Medicamentos adquiridos no Mercado Informal (São Tomé)

Características dos Medicamentos Adquiridos no Mercado Informal (São Tomé)						
Medicamento (Nome genérico, Forma Farmacêutica, Dosagem)	Inscrições na Embalagem Primária (Blister)					
	Marca	Fabricante	País de origem	Lote ? Validade?	Local de Compra	Preço /Unidade (Dobras)
Ácido fólico, comp.	-	.	-	-	Mercado Grande	500
Amoxicilina, cáps., 500 mg	NESMOX 500®	Nostrum	Nigeria	Sim Sim (02/13)	Mercado Grande	4.000
Ampicilina, cáps., 250 mg	Ampicillin	LETAP	- (⁵)	Imperceptível Sim (10/12)	Mercado Grande	2.000
Ampicilina, cáps., 250 mg	-	-	-	Imperceptível Sim (09/12)	Rua (banca)	2.000
Cloranfenicol, comp., 250 mg	Cloramphenicol	LETAP	- (⁶)	Imperceptível Imperceptível	Mercado Grande	2.000
Complexo B, comp., (1,1,0.5, 15, 1 UI B1,B2,B6,Nicotinami da, pantotenato cálcio)	Vitamina B- COMPLEX®	Teche Pharma PRC	- (⁷)	Sim Sim (06/14)	Mercado Grande	2.500
Complexo B, comp.	-	-	-	-	Mercado Grande	1.000
Cotrimoxazole, comp. 480 mg	COTRI-480®	Sprukfield	Togo	Sim Sim (09/12)	Rua	2.000
Diclofenac, comp., 50 mg	RUFENAC TM 50®	SHALINA	- (⁸)	Sim Sim (03/13)	Rua	2.000
Diclofenac, comp., 50 mg	DIOFEN-50®	Geo Medicore Limited	Gana	Imperceptível Sim (06-13)	Rua (banca)	1.500
Ibuprofeno, comp., 200 mg	GEOFEN-200®	Geo Medicore limited	Gana	Sim Sim (05/13)	Rua	2.000
Indometacina, cáps., 25 mg	CIDIMED®	FRELICS?	China? (⁹)	Sim. Sim (10/2012)	Mercado Grande	2.500
Metronidazol, comp., 200 mg	Metronidazole	LETAP	(¹⁰)	Sim. Sim (07/12)	Rua	2.000
Metronidazol, comp., 200 mg	METROMAX®	Gold Moore International LTD	Nigeria	Sim. Sim (10/13)	Mercado Grande (rua)	2.500

Nota: (⁵), (⁶), (⁷), (⁸), (⁹), (¹⁰) – Origem não discriminada na embalagem, mas pesquisada na internet.

⁵ Gana (www.fdbghana.gov.gh/images/pdf/www.icpcredit.com/Companies/Letap_Pharmaceuticals_Limited/133558.company)

⁶ Gana (www.fdbghana.gov.gh/images/pdf)

⁷ Origem não confirmada (não foram encontradas correspondências entre vitámine B complex e Teche Pharma).

⁸ Índia (<http://pharmaceuticals.indiabizclub.com>)

⁹ Embora o *blister* referisse “FRELICS Import and Export China”, esta origem não foi confirmada.

¹⁰ Gana (www.fdbghana.gov.gh)

Quadro 3.1. (cont.) – Características de Medicamentos adquiridos no Mercado Informal (São Tomé)

Características dos Medicamentos Adquiridos no Mercado Informal (São Tomé)						
Medicamento (Nome genérico, Forma Farmacêutica, Dosagem)	Inscrições na Embalagem Primária (Blister)					
	Marca	Fabricante	País de origem	Lote ? Validade?	Local de Compra	Preço /Unidade (Dobras)
Multivitamin, comp., 2.500, 200, UI (A,D3): 1,1, 0.5, 15 (B1,B2,B6, Nicotinamida)	SOLOTONE®	-	Togo	Sim. Imperceptível	Rua	2.500
Multivitamin Minerals	DARAVIT®	Elder Pharmaceuticals	India	Sim Sim (06/12)	Rua	2.500
Paracetamol, comp., 500 mg	Paracetamol	EMZOR	Nigéria	Sim. Sim (03/15)	Rua	2.000
Paracetamol e ibuprofeno, comp., 325 e 400 mg	DOLOTAB®	ESKAY	Gana	Imperceptível. Sim (07/11).	Mercado Grande	2.000
Paracetamol, ibuprofeno e cafeína, comp., 325, 200 e 30 mg	IBUCAP®	SHALINA	(¹¹)	Sim. Sim (12/12)	Rua	2.000
Paracetamol e diclofenac, comp., 500 e 50 mg	DOLO PLUS®	ESKAY	(¹²)	Sim. Sim (07/12)	Rua	2.000
Vitamina C, comp., 500 mg	VITACÉE®	Sprukfield	Togo	-	Rua	2.500
Vitamina C, comp.	-	-	-	Emb. de outro medicamento	Mercado Grande	1.000

Nota: (¹¹), (¹²) – Origem não discriminada na embalagem, mas pesquisada na internet.

Numa análise inicial, foi verificada a identidade dos laboratórios constantes nas embalagens amostradas, podendo dizer-se que em geral esses laboratórios existem nos locais indicados e fabricam os medicamentos referidos. Esta pesquisa foi realizada na internet, a partir das palavras passe contendo o nome dos laboratórios e nomes genéricos ou comerciais, conforme os casos. Em resumo: Dos 22 medicamentos adquiridos, três foram adquiridos avulso e sem embalagem primária original; para dois deles (complexo B da Teche Pharma e indometacina) não se encontraram correspondências entre laboratórios e princípios activos, não se sabendo a origem; o *blister* de indometacina refere um número de registo da NAFDAC (*National Agency for Food and Drug Administration and Control*), Autoridade reguladora da Nigéria, mas não há certezas quanto à origem, pensando-se que terá sido importado da China para aquele país, por referir *FRELICS IMPORT AND EXPORT CHINA*. Quanto

¹¹ India ([www/http://pharmaceuticals.indiabizclub.com](http://pharmaceuticals.indiabizclub.com))

¹² Gana (www.fdbghana.gov.gh)

aos restantes medicamentos, 3 (14%) eram provenientes do Togo, 3 (14%) da Índia, 3 (14%) da Nigéria e outros 7 (32%) do Gana.

De notar que o facto de terem sido encontradas referências a tais laboratórios não significa que não se tratem de medicamentos contrafeitos. No entanto, outros sinais poderão lançar suspeitas sobre a falsificação dos produtos, tais como más gravações nas embalagens, nomeadamente do lote ou validade, não condizentes com boas práticas de fabrico e não permitindo por exemplo a respectiva rastreabilidade. Neste caso, dos produtos amostrados seis (27%) apresentavam gravações de lotes ou validade imperceptíveis.

As situações testemunhadas acima fogem ao que é eticamente aceite a nível da indústria farmacêutica internacional idónea, indiciando portanto que se possam tratar de produtos contrafeitos. De facto existe normalmente uma ligação entre este comércio de rua e a proliferação de medicamentos contrafeitos e medíocres (WHO, 2008).

Assim, e ainda que seja necessário completar esta análise com a realização de ensaios laboratoriais das amostras recolhidas, podemos afirmar desde já que o risco de existência de contrafacção na RDSTP é muito elevado.

Relativamente ao restante mercado informal, quer pela semelhança com certos circuitos formais, nomeadamente por parte da clínica da Igreja Nova Apostólica ou no caso das Madres (Príncipe), por receberem sobretudo doações particulares de medicamentos comercializados em Portugal, onde existe uma autoridade fiscalizadora do medicamento, considera-se que o problema de contrafacção não se colocará tão marcadamente como nos restantes lugares.

A contrafacção também poderá existir em circuitos legais, nomeadamente ao nível do comércio privado de medicamentos (farmácias).

Apesar de não ser exclusiva dos países mais pobres, e no caso particular da RDSTP, a circulação de medicamentos contrafeitos encontra-se largamente facilitada por não haver uma Autoridade Nacional Reguladora do Medicamento, que entre outras actividades, exerça uma acção fiscalizadora destes mercados.

3.1.3. Análise de Preços de Medicamentos Convencionais

Relativamente à totalidade do mercado de medicamentos investigado (informal e formal), verifica-se em geral que os preços de venda do mercado formal são inferiores aos do mercado informal, sendo a excepção, aqueles praticados pelas farmácias privadas. Aqui, para alguns medicamentos, os preços chegam a ultrapassar os 1.000% relativamente às entidades públicas.

Estudos realizados anteriormente, em que se avaliaram diferenças de preços de medicamentos

entre entidades públicas, ONGs e privados, confirmam que os preços praticados pelos privados são os mais elevados, e pelas entidades públicas são os mais baixos. Em todo o caso estes preços são incomportáveis para o poder de compra da generalidade da população são-tomense, constituindo uma barreira ao acesso efectivo a tratamentos. Demonstrou-se ainda que o aprovisionamento de fármacos pelas entidades públicas, mesmo sendo eficiente, nem sempre se reflectiu nos preços de venda ao público, tendo-se verificado que os preços altos eram muitas vezes reflexo dos elevados custos de distribuição (Rosário, 2008).

Durante o nosso trabalho de campo, constatou-se que a variabilidade e quantidade de medicamentos em *stock* nas farmácias privadas era diminuta, ao contrário da generalidade das entidades públicas. Neste aspecto, e relativamente ao mercado informal, a Clínica da Igreja Nova Apostólica foi quem mostrou maior variedade e quantidade de medicamentos vendidos, sendo que vende mediante receita médica, praticando preços tabelados. Quanto à Farmácia das Madres, embora anotado um preço médio, este poderá variar com as possibilidades económicas do utente, podendo inclusivamente ser grátis. Ainda no Príncipe, os preços verificados na Loja Lima e Barbosa são fixos e aproximam-se em geral dos preços praticados pelo mercado informal de rua.

No Quadro 3.2. são apresentados os preços unitários de medicamentos disponíveis nos mercados formal e informal de STP.

A variação de preços é comum no mercado informal ambulante, e foi observada em múltiplas situações na cidade de São Tomé. No mercado de rua, não só cada vendedor pode praticar o seu preço, como este pode variar com o tipo de medicamento, com a negociação de preços no acto da venda, com o número de medicamentos comprados pelo utente e com o preço e a dificuldade de aquisição de determinado medicamento pelo vendedor, para posterior venda.

Ainda em relação ao mercado formal, no caso das entidades estatais intermediárias no circuito de venda do medicamento, verifica-se que o preço de aquisição de fármacos pelo Hospital do Príncipe é menor que o preço de revenda praticado pelo FNM. No respectivo local de venda ao público do FNM (posto) nem sempre isto sucede, podendo até haver medicamentos mais baratos do que na farmácia do Hospital do Príncipe.

De referir ainda que na ilha de São Tomé, o Centro de Saúde Água Grande vende quase todos os medicamentos analisados a preços inferiores aos do FNM, com excepção do paracetamol e ibuprofeno 200. Esta situação é de realçar uma vez que perante a lei vigente, o FNM será a entidade requisitante e distribuidora às restantes entidades públicas onde se inclui aquele Centro de Saúde. No entanto, na realidade, e ao contrário da lei, a maioria das entidades estatais para além de habitualmente não efectuarem encomendas ao FNM, conseguem preços de aquisição ao exterior mais baixos do que se adquirissem ao FNM.

Quadro 3.2. – Comparação de preços unitários de medicamentos disponíveis no mercado formal e informal (S. Tomé e Príncipe)

Nome Genérico/ Dosagem/ Forma Farm.	Preço por Unidade (Dobras) ¹³										
	FNM (revenda) (S. Tomé)	Hospital Príncipe (Aquisiç.)	Posto FNM (S. Tomé)	C. Saúde Ág. Grande (S. Tomé)	Farmácia Epifânio (S. Tomé)	Farmácia Botânica (Príncipe)	Farmácia Hospital Príncipe	Loja Lima e Barbosa (Príncipe)	Nova Apostólica (Príncipe)	Madres (Príncipe)	Mercado Informal (S. Tomé)
Ácido Fólico/5mg/c.	268	206	300	250			300		750		500
Amoxicilina/250 mg/ c.	1.236	950		800			1.000				
Amoxicilina/ 500 mg/c.	1.548	1.191		1.500	12.500		1.500		2.000	2.500	4.000
Cotrimoxazole/480 mg/c.	368	283		300	6.000	2.000	400	2.500	750		2.000
Diclofenac /25 mg/c.				500							
Diclofenac / 50 mg/c.		106			5.000		500	2.500	1.000		1.500 2.000
Griseofulvina/ 500 mg/c.	1.858			1.000							
Ibuprofeno /200 mg/c	342	263	350	600		2.500	400				2.000
Ibuprofeno /400 mg/c				1.500							
Ibuprofeno e paracetamol											2.000
Indometacina/ 25 mg/c	273	210	300	200			300				2.500
Metronidazol/ 250 mg/c.	260	200	280	200			300	1.500	750		2.000
Multivitaminas/c	428	329	450	100			300		500		2.500
Paracetamol/ 500 mg/ c	254	195	300	500			300	1.500	1.000	1.000	2.000
Vitamina B/Comp.B /vitB1	406	312	230				500		1.000		2.500
Vitamina C/250 mg/comp.	472		500	300					750		
Vitamina C/500mg/comp					10.000	1.500					3.000

Mercado Formal:



Mercado Informal:



¹³ Os preços, quando fornecidos com casas decimais, foram arredondados à unidade.

A acessibilidade aos medicamentos essenciais é da responsabilidade dos governos, que deverão promover as políticas e estratégias adequadas para tal. Assim, no caso são-tomense, poderão ser revistas as isenções de taxas alfandegárias no acto de importação de medicamentos, controlar os preços do mercado, entre outras medidas. No entanto, é realmente imperativo que seja criada uma Autoridade Nacional Reguladora do Medicamento, que exerça uma acção fiscalizadora destes mercados, e que garanta um controlo adequado dos medicamentos que circulam no país.

O quadro 3.3. compara os preços obtidos junto aos vendedores de rua (tendo neste caso sido considerado o preço mais baixo que se tenha observado na compra do mesmo produto em diferentes ocasiões) e o preço praticado pela Farmácia do Centro de Saúde de Água Grande. A Farmácia deste Centro foi escolhida por constituir uma grande farmácia de venda ao público em São Tomé.

Quadro 3.3. – Comparação de preços entre uma entidade pública de venda de medicamentos e os preços dos medicamentos no mercado informal

Medicamento (Nome genérico, Forma Farmacêutica, Dosagem)	Preço de Venda / Unidade (Dobras)	
	Mercado Formal	Mercado Informal
	C.S. Água Grande	Vendedores de Rua (preço mais baixo)
Amoxicilina, cáp., 250 mg	800	-
Amoxicilina, cáp., 500 mg	1.500	4.000
Bromexina, comp., 8 mg	900	-
Complexo B, comp., 17 mg	300	2.000
Cotrimoxazol, comp., 480 mg	300	2.000
Diclofenac, comp., 25 mg	500	1.500 ^a
Griseofulvina, comp., 500 mg	1.000	-
Ibuprofeno, comp., 200 mg	600	2.000
Ibuprofeno, comp., 400 mg	1.500	-
Indometacina, comp., 25 mg	200	2.500
Metronidazol, comp., 200 mg	200	2.000
Multivitaminas, comp., 200 mg	100	2.500
Paracetamol, comp., 500 mg	500	2.000
Vitamina C, comp., 250 mg	300	1.000 ^b

^a Diclofenac a 50 mg

^b Desconhece-se a dosagem

Verifica-se que os preços praticados pelos vendedores de rua são mais elevados, chegando a atingir, no caso das multivitaminas, um preço 2.500% mais elevado do que no mercado formal. A amoxicilina, sendo o medicamento mais caro do mercado informal, é no entanto o que apresenta uma diferença menor (cerca de 250%) relativamente ao mercado formal. Estas diferenças são aliás muito variáveis, sendo as mais baixas, para além da amoxicilina, as relativas ao ibuprofeno, vitamina C e paracetamol, seguidas pelo cotrimoxazol (cerca de 650%) e depois, pelo metronidazol e pela indometacina, respectivamente com um preço 1.000% e 1.250% superior ao do mercado formal.

Relativamente aos preços praticados entre vendedores, não foram angariados dados suficientes que permitam fazer uma comparação estatística de todos os tipos de medicamentos que vendem. No

entanto, podemos fazer uma comparação ligeira relativamente àqueles medicamentos adquiridos mais do que uma vez, nomeadamente ampicilina, diclofenac, metronidazol e vitamina C, constatando-se que os preços foram iguais (ampicilina) ou apresentaram diferenças de 500 Dobras (diclofenac, metronidazol); no caso da vitamina C em particular, a diferença entre dois vendedores foi de 1.500 Dobras, embora o preço mais barato corresponda a um medicamento sem qualquer identificação, vendido à unidade e portanto, nem sequer contido na sua embalagem original. Supõe-se também que, não havendo indicação da dosagem da vitamina C, esta seja de 500 mg, dosagem habitual encontrada.

De notar também que o complexo B foi vendido em dias diferentes pelo mesmo vendedor, por uma diferença de preço de 1.500 dobras. No entanto, também aqui as apresentações divergiram, tendo sido o mais barato vendido, sem indicação da dosagem ou sequer nome genérico, e assumindo-se mais uma vez tratar-se da dosagem habitual encontrada noutras situações para o complexo B.

Após uma análise comparativa dos preços dos medicamentos vendidos no mercado informal e nos medicamentos vendidos através de entidades estatais, nos circuitos legais, concluímos que os preços praticados no mercado informal são substancialmente superiores aos praticados no mercado formal pelas entidades públicas, mas ainda bastante inferiores aos praticados nas farmácias privadas.

3.2. Medicina Tradicional e Medicamentos Tradicionais

3.2.1. Terapeutas Tradicionais

Apesar de existir uma Associação de Medicina Tradicional em S. Tomé e Príncipe, pudemos constatar que esta se encontra actualmente inactiva. Verificámos também que muitos dos mais conceituados terapeutas tradicionais nunca quiseram pertencer à referida associação, e que muitos outros que estavam inscritos se tinham afastado. Embora tivessem havido alguns progressos no passado que levaram a uma relativa aproximação entre a Associação de Medicina Tradicional e o Ministério da Saúde, mais recentemente este Ministério cortou relações com esta Associação, devido sobretudo a uma falta de credibilidade levantada por diversas razões, entre as quais está a não uniformização e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais de muitos dos seus associados, principalmente dos mais jovens, ou de muitos que apenas estão ligados a actividade mais “espirituais” (Curandeiros, *Djambistas*), o que explica também o facto dos “mais velhos” e de alguns dos mais considerados terapeutas tradicionais, nunca terem querido fazer parte desta organização. Há no entanto uma necessidade óbvia de manter e melhorar os aspectos positivos de uma associação de Terapeutas Tradicionais, pelo que esta associação deveria ser completamente reestruturada, de forma a garantir a sua credibilização e a dos seus membros junto do Ministério da Saúde.

3.2.2. Análise dos Medicamentos Tradicionais

Num país onde as infra-estruturas de saúde e os números de profissionais de saúde *per capita* são em geral deficitários, a população recorre aos terapeutas tradicionais, muitas vezes antes mesmo de tentar solucionar o seu problema através da medicina convencional.

Dentro de cada especialidade, os terapeutas tradicionais preparam normalmente os medicamentos que aplicam, pelo que se procura no presente trabalho fazer uma avaliação não só das características destes preparados tradicionais, bem como comparar os preços praticados entre os diferentes terapeutas, e entre estes e os preços de medicamentos convencionais, para o mesmo tipo de afecções. De realçar que certos terapeutas aliam a terapia convencional e a tradicional, tendo muitos dos terapeutas entrevistados referido, que reencaminham o doente para o hospital (medicina convencional) quando vêem que se trata de um caso mais grave e que eles não conseguem resolver.

De salvaguardar no entanto que os preços dos terapeutas tradicionais incluem normalmente também um diagnóstico e aconselhamento do doente. Para efeitos deste estudo, avalia-se o preço global, mas igualmente outras características que nos permitem inferir acerca da qualidade dos medicamentos tradicionais vendidos e do serviço prestado à população santomense. Antes da avaliação dos preços, é feita uma caracterização de certos aspectos que permitem concluir acerca da qualidade, eficácia e uso racional destes remédios:

Armazenagem e conservação:

Na maioria dos casos o terapeuta prepara os medicamentos adequados ao doente que o consulta, não se colocando problemas de armazenagem, pelo facto de ser curto o tempo que decorre entre a preparação do medicamento e a sua administração. No entanto, o problema de conservação já se poderá colocar, quando os terapeutas, incluindo os que vendem medicamentos tradicionais no mercado, dispõem de matérias-primas já colhidas ou medicamentos semi-preparados. Estes são constituídos sobretudo por folhas, cascas e raízes secas na sua forma original ou pulverizadas e que, imediatamente antes de serem administradas requerem ser misturadas em bebidas alcoólicas, ou outros líquidos, como água quente para a preparação de infusões. Deste modo, julga-se que armazenando e vendendo estes produtos na sua forma seca até à administração, eles manterão mais tempo as suas características medicinais, desde que sejam tidos cuidados na sua colheita, secagem e conservação. Alguns dos cuidados foram verificados junto de alguns dos terapeutas mais novos, que vendem os seus medicamentos em sacos de plástico hermeticamente fechados e guardados à sombra.

Casos há em que são utilizados produtos frescos nomeadamente folhas e frutos, mas cujo estado de conservação é geralmente bem visível, ou outros, em que os terapeutas já têm os medicamentos preparados na forma líquida, de mais difícil conservação. No entanto, a maioria mantém os produtos secos dentro de uma garrafa, sendo na altura do tratamento adicionado o líquido.

De referir que o Presidente da Associação de Terapeutas Tradicionais, Sr. Valentim, alertou para o facto de não concordar que os terapeutas vendam medicamentos já sob a forma de preparados líquidos aquosos, embalados em garrafas, preparados esses que segundo ele não podem garantir a manutenção das suas características de qualidade e de eficácia, uma vez que a grande maioria destas pessoas não dispõe de frigoríficos, ou sequer de electricidade. Durante as entrevistas, apenas um dos terapeutas revelou que prepara alguns medicamentos em maior quantidade, nomeadamente um líquido para a diabetes, guardando os respectivos frascos no frigorífico até à respectiva venda.

Existem orientações internacionais específicas, nomeadamente da OMS (WHO, 2007b), para as boas práticas de fabrico destes medicamentos que focam cuidados de selecção, manipulação e armazenamento dos materiais, de modo a conservar as suas características medicinais.

A existência de uma colaboração entre o Ministério da Saúde e uma organização de terapeutas tradicionais poderia ser benéfica, quer através de acções de formação e de sensibilização, quer de controlo e inspecção das actividades praticadas pelos terapeutas no que diz respeito à prestação de cuidados básicos de saúde. Realçamos aqui a clínica do Sr. Pita, caracterizando-se por ser um espaço próprio, com condições de limpeza e higiene, e munido do equipamento e material necessário a uma boa prestação desses cuidados.

Acondicionamento:

Os medicamentos tradicionais sob a forma seca encontram-se frequentemente acondicionados em sacos de plástico ou garrafas de vidro. Em nenhum caso foi observada nestas embalagens a data de preparação do medicamento e na maioria dos casos, à excepção de um dos terapeutas (Sr. Ventura) as embalagens nem referiam a identificação do remédio aí contido. O terapeuta acima mencionado coloca igualmente o modo de administração, enquanto a maioria dos outros colegas, fornece esta informação no acto da consulta ou venda do medicamento.

É de referir no entanto que, apesar dos terapeutas terem alguns cuidados na preparação destes medicamentos, não são cumpridos na generalidade dos casos as normas mínimas recomendadas pela OMS, nomeadamente a utilização de embalagens limpas ou esterilizadas. Também não são na generalidade dos produtos tradicionais cumpridas as normas de rotulagem, devendo os rótulos referir a composição do produto, indicações terapêuticas e eventualmente precauções de uso e reacções adversas (WHO, 2007b).

Aconselhamento:

A aquisição de medicamentos durante uma consulta de Medicina Tradicional, requer sempre aconselhamento ao doente. No caso da venda de medicamentos tradicionais no mercado, poderá igualmente ser feito um aconselhamento. No entanto, realça-se que nem todos estes vendedores são

terapeutas tradicionais, apesar de maioria dos casos possuírem consideráveis conhecimentos sobre os produtos que vendem.

Os medicamentos tradicionais vendidos destinam-se a várias afecções, comparáveis à utilização dos fármacos convencionais, e que vão de encontro aos problemas de saúde mais frequentes da população. Um tratamento efectuado por um terapeuta tradicional, inclui igualmente um diagnóstico, e frequentemente a aplicação do medicamento e um acompanhamento da evolução do estado de saúde, constituindo um modo relativamente rápido e acessível de receber cuidados de saúde. O aconselhamento poderá assim por exemplo incluir a adaptação da dose ao estado e evolução do doente, facto que nos foi relatado por alguns terapeutas.

Qualidade de Medicamentos Tradicionais:

Em relação aos medicamentos tradicionais vendidos em STP não se coloca o problema de contrafacção de medicamentos no sentido em que a “produção” deste tipo de medicamentos é artesanal e portanto não obedece exactamente às mesmas exigências de um medicamento convencional fabricado em indústria farmacêutica. No entanto, também estes produtos são passíveis de serem falsificados, isto é, de conterem produtos que não os supostamente vendidos, nem em quantidades que permitam curar o doente, e podendo até ser prejudiciais. Não contendo a maioria dos produtos um rótulo, com a origem, quantidade ou sequer identificação, a falsificação é facilitada. Para evitar estas situações e como garante da qualidade e eficácia dos medicamentos tradicionais, devem ser também na medicina tradicional cumpridas as regras próprias de preparação ou mistura das várias matérias vegetais (*WHO guidelines on good manufacturing practices for herbal medicines*) de onde resulta um produto final medicinal. Estas Boas Práticas de Fabrico poderão ser exigidas pelas Autoridades Nacionais, desde que estas as adaptem à realidade da RDSTP, uma vez que determinadas prerrogativas poderiam requerer um investimento não comportável para produtores em pequena escala, como é o caso são-tomense, tornando-se conseqüentemente a medicina tradicional inacessível à maior parte da população (WHO, 2007b).

Mais uma vez, considera-se que a não existência de um reconhecimento dos Terapeutas Tradicionais por parte do Ministério da Saúde, torna difícil a padronização de práticas e medicamentos utilizados, resultando daqui também uma dificuldade de definir normas da qualidade dos mesmos.

3.2.3. Análise de Preços de Medicamentos Tradicionais

3.2.3.1. Comparação de Preços de Tratamentos por Especialidade

Seguem-se quadros resumo dos preços totais dos tratamentos mais frequentemente efectuados para cada uma das especialidades. Alguns terapeutas apesar de exercerem essencialmente uma

especialidade, poderão efectuar tratamentos característicos de outras, mas os quadros referem apenas a especialidade principal de cada um. De notar ainda que os preços praticados pelos terapeutas por vezes não são fixos, pois têm em conta a situação financeira do doente. Assim, e nos casos em que o terapeuta referiu um intervalo de preços, introduziu-se o preço menor no quadro respectivo.

Massagistas

Analisando os tratamentos efectuados pelos massagistas (ver quadro 3.4.), constatou-se que as massagens locais são geralmente efectuadas em 3 sessões, com um custo total entre 60.000 a 150.000 dobras. O preço deste tratamento pode variar com o tamanho da área corporal a manipular, podendo por exemplo uma massagem de perna ser 30.000 dobras mais cara do que uma massagem de pé. A massagem de corpo inteiro, por seu turno, varia de 60.000 a 210.000 dobras. Nem todos estes especialistas tratam fracturas ósseas, excepto *Sum Ernesto*, por um preço de 100.000 a 150.000 dobras, dependente da extensão da fractura. Alguns terapeutas poderão diferenciar os preços em função da idade, nomeadamente Sr. Gêgê. Nesses casos, o quadro 3.5. mostra apenas o tratamento para adultos.

Quatro terapeutas, curiosamente todos da ilha do Príncipe, sendo duas *Parteiras* (não constando por isso do quadro 3.4.), referiram que faziam tratamentos de fertilidade, os quais consistem geralmente na aplicação de massagem, seguida da toma de medicamento tradicional. Os preços totais chegam a atingir as 250.000 dobras. Quanto à massagem para fechar corpo, destinada sobretudo a problemas de reumatismo, pode variar de 60.000 a 210.000 dobras. Verifica-se ainda que os tratamentos de impotência, efectuados também por terapeutas não massagistas, poderão consistir na administração oral de um medicamento ou numa massagem seguida da toma de medicamento. Estas massagens foram referidas apenas por um massagista, a um custo de 50.000 dobras.

Quadro 3.4. – Comparação de preços entre os diversos Massagistas entrevistados

Tratamentos (custo mínimo em dobras)	Massagistas							
	Sr. Martinho	Sr. Ernesto	Sr. Julinho	Sr. Horácio	Sr. Beto	Sr. Martinho Pita	Sr. Amboim	Sr. Gêgê
Massagem Corpo Inteiro	60.000				210.000		210.000	145.000
Massagem Local	60.000	60.000	150.000	150.000	60.000	60.000	150.000	60.000
Fractura Pé/ Perna		100.000						
Massagem Mulher Engravidar							250.000	60.000
Massagem Fechar Corpo		60.000						
Massagem Impotência		50.000						

Parteiras Tradicionais

As terapeutas com a especialidade *Patela* tratam essencialmente problemas relacionados com partos e doenças de crianças (ver quadro 3.5.).

No caso do tratamento da diarreia verifica-se que na ilha de São Tomé, as terapeutas entrevistadas curavam-na normalmente com um banho e a administração de um remédio, durando alguns tratamentos cerca de 3 dias e custando entre 15.000 a 90.000 dobras. Preços semelhantes são igualmente praticados na ilha do Príncipe. Relativamente ao tratamento de anginas, quase todas as terapeutas o fazem, quer por massagens locais, quer por aplicação local de medicamentos, ou ambos. O seu custo é muito variável, podendo atingir diferenças de mais de 1.000% entre os preços praticados, dependentes não só da terapeuta, como igualmente da gravidade do caso e consequente duração do tratamento.

Alguns tratamentos poderão variar de preço, conforme o remédio é administrado pela mãe da criança ou pela terapeuta, sendo neste último caso mais caro. Assim, por exemplo o tratamento de dificuldades motoras feito por *San Venorca* pode custar 10.000 dobras, se o remédio for dado pela terapeuta, ou 5.000 dobras, como observado no quadro 3.5., se o remédio for aplicado pela progenitora.

Das seis terapeutas que afirmaram fazer partos, apenas *San Venorca* pratica um preço inferior a 150.000 dobras, mais concretamente 50.000 dobras para um parto normal. Outras terapeutas não fazem parto, por considerarem ser muito arriscado (*San Paula*).

Quadro 3.5. – Preços de tratamentos realizados pelas diferentes parteiras tradicionais entrevistadas

Tratamentos (custo mínimo em dobras)	Parteira Tradicional									
	San Venorca	San Helena	San Zinha	San Teodora	San Tina	San Concenzi.	San Condôza	San Paula	San Queia	San Nuna
Diarreia	45.000			45.000				30.000	15.000	30.000
Dentição	5.000			45.000						
Dificuldades motoras	5.000									
Anginas	15.000	5.000	50.000	45.000			90.000	30.000	10.000	10.000
Parto	50.000	200.000		200.000	150.000	180.000	150.000			
Bassô	45.000	20.000	50.000		60.000	90.000	90.000	90.000	45.000	30.000

O *bassô* (transtornos gastro-intestinais) cura-se normalmente em três sessões, variando os preços geralmente entre 45.000 a 90.000 dobras. No entanto, *San Nuna*, da ilha do Príncipe, pratica 5 dias de tratamento, num total que pode ter um custo de 30.000 a 50.000 dobras. Outra prática bastante comum é a aplicação de purgante e clister, custando entre 20.000 a 30.000 dobras.

Algumas destas parteiras tradicionais podem também fazer tratamentos a adultos, preparando remédios para frialidade, impotência, “mal de barriga” ou diarreia (preços não especificados no quadro).

Stlijon-matu

Quanto à especialidade *Stlijon-matu*, consideramos que engloba as práticas mais difíceis de comparar, por não haver um registo exacto da quantidade de cada um dos ingredientes que compõem o remédio e, por outro lado, pelo facto, de as porções vendidas serem bastante variáveis entre os vários terapeutas. De qualquer modo, segue-se um breve resumo no quadro 3.6., abaixo apresentado. Realça-se que alguns terapeutas são *stlijon* e não *stlijon-matu*, mas incluem-se no mesmo quadro, uma vez que fazem o mesmo tipo de tratamentos.

Curiosamente quase todos os terapeutas dispunham de remédios para tratar a impotência masculina, apresentando preços mais elevados relativamente aos restantes tratamentos, podendo ir até 500.000 dobras.

Os preços de manutenção dos níveis normais de glicémia, necessária aos doentes diabéticos, são particularmente difíceis de comparar, não só porque as porções comercializadas divergem, mas também porque as doses variam muito de doente para doente, o mesmo se passando com o remédio da

hipertensão. Outros tratamentos bastante frequentes são os efectuados para a asma, incluindo-se neste grupo os tratamentos da gripe e anginas (notas 14 e 15), e para hérnias. O tratamento da *frialidade*, apenas referido por dois terapeutas é o que apresenta preços mais díspares entre si, com uma diferença de 1.000%.

Pela análise dos tratamentos efectuados pelos *stiljon-matu* e comparação com as especialidades restantes, verificamos que esta especialidade abarca maior variedade de afecções, verificando-se também que para a mesma afecção os preços dos tratamentos diferem bastante entre os terapeutas, sendo em geral os preços praticados pelo Sr. Cruz e Sr. Ventura, os mais elevados. Julga-se que esta situação poderá estar relacionada com a diferente composição dos remédios e as quantidades vendidas por embalagem.

De notar que no quadro 3.6. não foram contabilizados dois dos *Stiljon* entrevistados, Sra. Fátí e Sr. Manuel Nazaré, respectivamente por não termos obtido dados muito concretos acerca das suas práticas ou por nos terem fornecido preços muito gerais.

Quadro 3.6. – Comparação de preços entre os diversos *Stiljon-matu* entrevistados

Tratamentos (Custo mínimo em Dobras)	<i>Stiljon-matú</i>			
	<i>Sum Pontes</i>	Sr. Cruz	Sr. Ventura	Srs. Manuel e Jaíke Pereira
Impotência	150.000	500.000	250.000	
Diabetes	65.000			20.000
Hipertensão			60.000	5.000
Frialidade		250.000	25.000	20.000
Hérnia		250.000	175.000	
Asma e afecções respiratórias	65.000 60.000 ^a	250.000 ^b	100.000	

^a Tratamento de anginas, custo total de 3 mãos

^b Tratamento da gripe

3.2.4. Comparação de Preços de Tratamentos do Mercado Formal e da Medicina Tradicional

O quadro 3.7. tenta comparar os preços dos tratamentos ou medicamentos tradicionais passíveis de equiparação ao tratamento convencional efectuado para determinadas afecções mais comuns entre a população.

Quadro 3.7. – Comparação de preços entre uma entidade formal de venda de medicamentos e os preços dos medicamentos tradicionais

Tratamentos	Mercado Formal		Mercado Informal	
	Medicamento Convencional (Nome genérico, Forma Farmacêutica, Dosagem)	C.S. Água Grande Preço tratamento completo, em dobras (custo unitário x n° doses x n° dias)	Medicamento /Tratamento Tradicional	Terapeuta Tradicional Preço Tratamento completo, em dobras (preço x n° sessões)
Infecções Vias Respiratórias superiores	Amoxicilina, cáp., 250 mg	33.600 (800x6x7)	Gripe	250.000
Anginas (criança)	Cotrimoxazol, comp., 480 mg	2.100 (300x1x7)	Anginas	10.000
Reumatismo	Diclofenac, comp., 25 mg	60.000 (500x4x30)	Massagem corpo inteiro e de fechar corpo (Frialidade)	60.000 (20.000x3)
Entorses/Inflamações	Ibuprofeno, comp., 200 mg	12.600 (600x3x7)	Massagem Local	60.000 (20.000x3)
	Indometacina, comp., 25 mg	4.200 (200x3x7)		
Diarreia (criança)	Metronidazol, comp., 200 mg	3.000 (200x3x5)	Diarreia	15.000
Fraqueza	Multivitaminas, comp., 200 mg	3.000 (100x1x30)	Massagem corpo inteiro (Frialidade)	60.000 (20.000x3)
	Vitamina C, comp., 250 mg	9.000 (300x1x30)		
	Complexo B, comp., 17 mg			
Dores e Febre	Paracetamol, comp., 500 mg	7.000 (500x2x7)	Gripe	250.000

Para o mercado formal, introduziram-se os preços praticados pela Farmácia do Centro de Saúde de Água Grande. Para os preços dos tratamentos praticados pelos terapeutas tradicionais foram considerados os preços mais baixos para cada afecção.

Realça-se que se trata apenas de uma tentativa de comparação, pois em primeiro lugar um tratamento convencional poderá, consoante os casos, requerer vários e não apenas um medicamento, como consta da tabela. Por outro lado e como já referido, algumas situações, poderão equivaler na medicina convencional, a uma série de afecções possíveis, como é o caso da “frialidade”, podendo esta estar relacionada com reumatismo, fraqueza ou até mesmo impotência. Nestes casos, especifica-se a situação tratada pelo terapeuta tradicional fazendo-se corresponder a uma só doença e a um só medicamento convencional.

Outro factor a ter em conta na comparação é a duração do tratamento. Os preços fornecidos pelos terapeutas tradicionais dizem respeito ao tratamento completo. Na medicina convencional, o tratamento varia com a doença e medicamento administrado, requerendo, por exemplo, a administração de

antibióticos, como a amoxicilina 250 mg, 7 dias de tratamento. Este fármaco aplica-se a infecções respiratórias das vias superiores, numa posologia para adulto de 2 comprimidos (250 mg) por dose, 3 doses diárias durante uma semana. Relativamente a outros anti-infecciosos, considerou-se um tratamento de 3 doses durante 5 dias utilizando o metronidazol (posologia média de diarreia amebiana em crianças) e 1 dose diária por 7 dias para o tratamento de anginas com o cotrimoxazol. Para outros fármacos: 2 comprimidos de paracetamol diários durante 7 dias (combate a dores e febre, gripe); uma dose diária para qualquer das vitaminas, durante 30 dias (fraqueza); 3 doses de ibuprofeno 200 mg, ou indometacina 25 mg, durante 7 dias para entorses e inflamações. Relativamente a doenças crónicas, como reumatismo, admitiu-se apenas para comparação, 4 doses diárias de diclofenac de 25 mg durante um mês.

De referir ainda que para as massagens de *frialidade* relacionadas com fraqueza ou reumatismo admite-se que mantêm o seu efeito durante um mês, daí as durações de tratamento consideradas para os correspondentes medicamentos convencionais acima mencionados.

Observando a tabela verificamos que em geral, com excepção do tratamento tradicional de “frialidade”/reumatismo, e que é igual ao tratamento mensal com diclofenac, os preços dos tratamentos efectuados pelos terapeutas tradicionais são superiores aos preços dos tratamentos totais em medicamentos convencionais. No entanto, como já referido, os preços dos tratamentos tradicionais incluem normalmente o preço do diagnóstico, da aplicação do tratamento, e da própria consulta, não estando estes factos abrangidos na coluna relativa ao tratamento convencional. Acresce o facto de os tratamentos tradicionais serem completos e embora se tenha seleccionado um medicamento convencional principal para cada afecção, sabe-se que na realidade, dependendo do caso, poderão ser necessários outros medicamentos e até em conjunto com a terapia medicamentosa, outros actos médicos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente estudo foi iniciado partindo da premissa de que haveria venda informal de medicamentos convencionais em STP e que, tal como os restantes comércios informais, este decorreria na rua; seria estabelecido por iniciativa pessoal, sem autorização oficial, e seria portanto ilegal; seria efectuado por indivíduos sem qualquer qualificação na área; e a venda de medicamentos seria efectuada sem receita médica e a preços inferiores aos do mercado formal, embora variáveis e sujeitos a regateio.

De facto, encontrámos em STP um mercado informal de medicamentos com algumas destas características, mas que não se restringe à rua. Por outro lado, também o próprio mercado formal de medicamentos apresenta certas ilegalidades. Verificámos por exemplo que dentro do circuito formal e legal de medicamentos convencionais, os organismos públicos não requisitam a maioria dos medicamentos à única entidade (FNM) que de acordo com a lei, poderá importá-los e depois distribuí-los às infra-estruturas públicas de saúde; adicionalmente, esta entidade, ao contrário do que é legalmente permitido, vende medicamentos directamente aos consumidores. Observámos ainda que as informalidades estão alargadas às farmácias privadas que, entre outras situações, não dispõem sequer de autorização formal actualizada (alvará) necessária ao seu funcionamento. Encontrámos também comércio informal de medicamentos, como o realizado por uma entidade religiosa entrevistada, que não sendo realizado numa farmácia convencional, centro de saúde ou hospital, se assemelha a estas entidades formais, efectuando venda de fármacos de acordo com requisitos idênticos e em instalações semelhantes.

Concluímos então que as acepções dos termos formal e informal nem sempre correspondem em STP, respectivamente às situações assumidas como legais ou ilegais, não estando as fronteiras dos dois tipos de mercado bem definidas, mas sendo todas as actividades aí envolvidas, legal ou tacitamente aceites pelas Autoridades. Consideramos portanto que a inexistência de regulamentação adequada e de mecanismos de controlo eficazes, permitem as referidas “informalidades”, comportando muitas destas, por sua vez, riscos comprometedores da saúde pública são-tomense.

Um dos riscos do mercado informal de medicamentos é o risco de consumo de medicamentos contrafeitos, podendo no entanto, circular também no mercado “formal” (“legal”), medicamentos falsificados, uma vez que a fiscalização deste mercado também é praticamente ausente.

Quanto às razões que levam a população a procurar medicamentos no mercado informal, à partida poderíamos pensar que se trataria de uma questão de preço. No entanto, após análise comparativa dos preços dos medicamentos vendidos no mercado informal e nos medicamentos vendidos através de entidades estatais, nos circuitos legais, concluímos afinal que os preços praticados

no mercado informal são substancialmente superiores aos praticados no mercado formal pelas entidades públicas, mas ainda bastante inferiores aos praticados nas farmácias privadas.

Assim, só nos resta suspeitar que possa existir uma cultura acentuada de automedicação em São Tomé, e que o acesso livre no mercado informal a alguns medicamentos convencionalmente apenas adquiridos mediante receita médica, seja um dos factores que levam as pessoas a adquirirem estes medicamentos no mercado informal. Esta “cultura” de auto-medicação é muito provavelmente resultado da deficiência de infra-estruturas no país e do difícil acesso a consultas médicas, podendo ter consequências graves resultantes de usos indevidos de medicamentos adquiridos neste mercado informal. Mais uma vez, e a par com o eventual consumo de medicamentos contrafeitos, esta situação configura um elevado risco para a saúde pública.

Por tudo isto, é urgente que a organização do circuito de medicamentos em STP seja projectada, de modo a promover a distribuição de medicamentos inabaláveis e eficazes e ao mais baixo custo possível, pelo que mais uma vez se realça a importância da criação, a nível do Ministério da Saúde, de uma Autoridade nacional reguladora do medicamento. À semelhança de entidades estrangeiras idênticas, esta Autoridade deverá regulamentar todo o circuito público e privado e exercer poderes de fiscalização efectivos sobre todo o mercado de medicamentos, não apenas nos aspectos que concernem à fiscalização da importação e à avaliação da qualidade de todos os medicamentos importados, mas também, entre outras, nas questões dos custos dos mesmos, na obrigatoriedade e controlo e exigência da formação técnica dos vários profissionais do medicamento, na agilidade de atribuição de alvarás técnicos a farmácias privadas, ao estabelecimento de exigências e no controlo das condições de armazenagem e dispensa das várias entidades envolvidas no circuito do medicamento.

Para efeitos de fiscalização importa, antes de mais, organizar registos dos medicamentos autorizados a circular na RDSTP. Tendo em vista a aceleração deste processo, poderiam estabelecer-se protocolos com as autoridades reguladoras do medicamento de outros países, vizinhos e não só, no sentido da partilha de informações nesta área e da conjugação de esforços de controlo dos mercados de medicamentos convencionais.

Como pudemos constatar durante o presente estudo, o atendimento por terapeutas tradicionais e os medicamentos tradicionais por estes administrados e vendidos, também fazem parte do sector informal, uma vez que a Medicina Tradicional não está legalizada em STP. Apresenta porém também algumas características de sector formal, nomeadamente a existência de instalações fixas, o exercício do trabalho com alguma especialização, a baixa margem de lucros obtida e a prática de preços que embora não sejam tabelados oficialmente (e podendo até depender da situação financeira do doente e de acordo com a sensibilidade do terapeuta), não são sujeitos a regateio. Os preços dos tratamentos praticados pelos terapeutas tradicionais, são geralmente superiores aos do mercado formal de medicamentos, mas incluem o diagnóstico, a preparação do medicamento e a respectiva administração.

Consideramos que sendo exercida por indivíduos com especialização e conhecimentos reconhecidos e sendo igualmente uma herança cultural a preservar, a Medicina Tradicional e os medicamentos tradicionais podem constituir uma alternativa à Medicina Convencional, num país onde o acesso a consultas médicas e tratamentos convencionais é deficitário e incomportável para a maioria da população. Julgamos assim ser relevante o estabelecimento de prerrogativas que permitam avaliar a credibilidade dos terapeutas de modo a reconstituir a Associação de Terapeutas de Medicina Tradicional. Isto seria essencial para o desenvolvimento de códigos éticos, para a melhoria do profissionalismo e para o respectivo reconhecimento oficial pelo Ministério da Saúde, de modo a complementar formalmente o SNS em termos de prestação de cuidados primários de saúde em São Tomé e Príncipe.

Resta-nos referir que neste trabalho, procurámos fazer uma abordagem introdutória ao tema "Mercado informal de medicamentos em STP" que esperamos, sirva de base ao desenvolvimento de estudos futuros nesta área.

FONTES

Dra. Marcelina Costa, Farmacêutica (Departamento de Farmácia, M. Saúde, São Tomé)
Dra. Neurice Santos, Farmacêutica (Departamento de Farmácia, M. Saúde, São Tomé)
D. Dulce, Técnica de Farmácia (Farmácia Hospital Ayres de Menezes, São Tomé)
D. Guiomar, Directora (Fundo Nacional de Medicamentos, São Tomé)
Sr. Pacson Vilela, Técnicos da Farmácia (Centro de Saúde Água Grande)
Sr^a Micaela Soares, Técnica Farmácia (Hospital do Príncipe)
Enfermeira Helena, Posto de Saúde Picão (Príncipe)
Loja Lima e Barbosa (Sto. António, Príncipe)
Sr. Aurélio Fernandes, Igreja Nova Apostólica (Sto. António, Príncipe)
Irmã Efrosina, Congregação das Madres (Sto. António, Príncipe)
Sum Pontes (Stlijon-matu, São Tomé)
San Venorca (Patléla-tradicional, São Tomé)
San Lena (Patléla-tradicional, São Tomé)
Sr. Martinho (Massagista, São Tomé, São Tomé)
San Condôza (Parteira Tradicional e Curandeira, São Tomé)
San Zinha (Patléla-tradicional, São Tomé)
Sr^a Fátima (Curandeira, São Tomé)
Sr. Nazaré (Stlijon / Vendedor, São Tomé)
San Concenzinha (Parteira Tradicional, São Tomé)
Sum Ernesto (Massagista, São Tomé)
Sum Beto (Massagista, São Tomé)
Sr. Cruz (Stlijon-matu, São Tomé)
Sr. Aladino (Massagista, São Tomé)
San Lena (Parteira Tradicional, São Tomé)
Sr. Julinho (Massagista, São Tomé)
Sr. Horácio (Stlijon e Massagista, São Tomé)
Sr. Pita (Massagista, São Tomé)
San Teodora (Parteira Tradicional, São Tomé)
Sr. Ventura (Stlijon, São Tomé)
Sr. Jaíke Pereira (Stlijon-matu, São Tomé)
D. Isabel Anjos; D. Francisca Pequeno; Florentina Vera-Cruz e Constância Monteiro (Vendedoras de Medicamentos Tradicionais, São Tomé)
San Paula (Parteira Tradicional, Sto. António, Príncipe)
Sr. Amboim, (Massagista, Sto. António, Príncipe)
San Queia (Parteira Tradicional, Sto. António, Príncipe)
Sum Gégé (Massagista, Sto. António, Príncipe)
San Nuna (Stlijon, Sto. António, Príncipe)
Vendedores de Medicamentos (Mercado Informal, São Tomé)

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, Ilídio (2005), “Importância do Sector Informal da Economia Urbana em Países da África SubSariana”, *Finisterra*, (Online), XL, (79). Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/>
- Amaro, Rogério Roque (2003) “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação: da teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), Centro de Estudos Africanos do ISCTE, pp. 35-70.
- Brito, Brígida Rocha (2004), *Turismo Ecológico: Uma via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe*, Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Lisboa, ISCTE.
- Caixa Geral de Depósitos (2006), *São Tomé e Príncipe Olhar o Futuro*, s.l., SGE Mediateca.
- Chisale, Moses (2008), “Counterfeit Medicines”, *Pharmaceutical Newsletter WHO Regional Office for Africa*, (Online), 5, 2. Disponível em www.who.org
- Conselho Nacional da Qualidade Ordem dos Farmacêuticos (2009), “Boas Práticas Farmacêuticas (BPF) para a Farmácia Comunitária”, Ordem dos Farmacêuticos, (Online). Disponível em www.ordemdosfarmaceuticos.pt
- Henriques, Isabel Castro (2000), *São Tomé e Príncipe A Invenção de Uma Sociedade*, Lisboa, Veja.
- Gomes, Carlos António (1992), “Psiquiatria e Saúde Mental na Medicina Tradicional dos Países em Desenvolvimento”, *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, 13, pp. 85-104.
- IMF (2008), “Democratic Republic of São Tomé and Príncipe: 2008 Article IV Consultation and Sixth Review Under the Three-Year Arrangement Under the Poverty Reduction and Growth Facility, and Request for Waivers of Performance Criteria—Staff Report; Staff Supplement; Public Information Notice and Press Release on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe”, *IMF Country Report No. 08/307*, IMF,(Online). Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2008/cr08307.pdf>
- IMVF (2007), “Projecto Saúde para Todos São Tomé e Príncipe (2005-2007), IMVF, (Online). Disponível em <http://www.imvf.org/fotos/editor2/draftbackgroundsaudeparatodos.pdf>
- Infarmed (2010), “Prontuário Terapêutico Março 2010”, Infarmed, (Online). Disponível em http://www.infarmed.pt/prontuario/prontuario_terapeutico.pdf
- IPAD (2008), “Programa Indicativo de Cooperação Portugal: São Tomé e Príncipe [2008-2011], s.l., IPAD.
- Madureira, Maria do Céu et al (2008), *Estudo Etnofarmacológico de Plantas Medicinais de São Tomé e Príncipe*, s.l., Ministério da Saúde de S.Tomé e Príncipe.
- Madureira, Maria do Céu (2006). *Etnofarmacologia e Estudo de Espécies com Actividade Biológica da Flora de S. Tomé e Príncipe*, Dissertação de Doutoramento em Farmacognosia e Fitoquímica, Coimbra, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

- WHO (2006), “Country Health System Fact Sheet 2006 - São Tome and Principe”, WHO, (Online). Disponível em www.afro.who.int/
- Ministere de la Sante, Republique de São Tome e Principe (2006), “Plan Nationale d’Action dès Laboratoires pour la Prise en Charge de l’Infection VIH-SIDA a São Tome Principe 2007-2010”, OMS, (Online). Disponível em <http://www.afro.who.int/pt/sao-tome-e-principe/sao-tome-e-principe-publicacoes.html>
- Ministério da Saúde e Desporto (2000), *Plano Estratégico Nacional para Fazer Regredir o Paludismo em São Tomé e Príncipe 2001-2010*, São Tomé, RDSTP Ministério da Saúde e Desporto.
- OMS - Escritório de Representação em São Tomé e Príncipe (2009), “La prévention intégrée du paludisme a Sao Tome et Principe” ,*Communiqué de Presse*, (Online),(8). Disponível em www.who.org
- QuidNovi (2001), *Grande Atlas do Conhecimento/ Países de A a Z*, Matosinhos, QuidNovi.
- Quivi, Raymond et al (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rosário, Joana (2008), *Survey Report Democratic Republic of São Tomé e Príncipe Monitoring essential medicine prices, availability and affordability*, Dissertação de Mestrado em Saúde Internacional, Berlim, Charité Universitätsmedizin Berlin, Freie Universität and Humboldt Universität Berlin.
- Santo, Armindo de Ceita do Espírito (2009), *São Tomé e Príncipe Problemas e Perspectivas para o Seu Desenvolvimento*, Lisboa, Colibri.
- Tenreiro, Francisco (1961), *A Ilha de São Tomé*, Lisboa, Memória da Junta de Investigações do Ultramar.
- United Nations Development Programme (UNDP) (2009), *Human Development Report 2009 Overcoming barriers: Human mobility and development*, UNDP, (Online). Disponível em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf
- Valverde, Paulo (2000), *Máscara, Mato e Morte Textos para uma Etnografia de São Tomé*, Oeiras, Celta Editora.
- Vaz, António Amado et al (2004), “RDSTP Plano Estratégico Nacional de Luta contra o VIH Sida 2004-2008”, *s.n.*, (Online). Disponível em <http://www.afro.who.int/pt/sao-tome-e-principe/sao-tome-e-principe-publicacoes.html>
- WHO (1978), “The promotion and development of traditional medicine, Report of a WHO meeting”, *World Health Organization Technical Report Series*, (Online), (622), Disponível em www.who.org
- WHO (1999), “Counterfeit Drugs Guidelines for the development of measures to combat counterfeit drugs”, Department of Essential Drugs and Other Medicines WHO, (Online). Disponível em <http://www.who.int/medicines/publications/counterfeitguidelines/en/index.html>
- WHO (2000), “General Guidelines for Methodologies on Research and Evaluation of Traditional Medicine”, WHO, (Online). Disponível em www.who.org

- WHO (2001), "Legal Status of Traditional Medicine and Complementary/Alternative Medicine: A Worldwide Review", WHO. Disponível em www.who.org
- WHO (2002), "WHO Traditional Medicine Strategy 2002–2005", WHO, (Online). Disponível em www.who.org
- WHO (2003), "WHO Expert Committee on Specifications for Pharmaceutical Preparations, Thirty-seventh", *WHO Technical Report Series*, (Online), 908. Disponível em http://whqlibdoc.who.int/trs/who_trs_908.pdf
- WHO (2004a), "Guidelines on Developing Proper Use of Traditional, Complementary and Alternative Medicine", WHO, (Online). Disponível em www.who.org
- WHO (2004b), "WHO good manufacturing practices: main principles for pharmaceutical products", WHO, (Online).
Disponível em http://whqlibdoc.who.int/publications/2004/9241546190_part1.pdf
- WHO (2005), "Good Distribution Practices (GDP) for Pharmaceutical Products", WHO, (Online).
Disponível em http://www.health.gov.il/download/forms/a3040_GDP.pdf
- WHO (2007a), "Analyse de situation on vue de l'harmonization des politiques pharmaceutiques nationales dans la zone CEEAC Angola, Burundi, Congo Démocratique, Rwanda, Sao-Tomé et Príncipe", WHO, (Online). Disponível em <http://www.afro.who.int/pt/sao-tome-e-principe/sao-tome-e-principe-publicacoes.html>
- WHO (2007b), "WHO guidelines on good manufacturing practices (GMP) for herbal medicines", WHO, (Online). Disponível em www.who.org
- WHO (2010), "Preliminary Draft Survey on National Legislation on "Counterfeit Medicines" ", WHO, policopiado, (Online). Disponível em http://www.who.int/medicines/services/counterfeit/WHO_ACM_Report.pdf
- WHO, IUCN, WWF (1993), "Guidelines on the Conservation of Medicinal Plants", IUCN, (Online).
Disponível em www.who.org
- WHO et UNICEF (2009), " Accès et utilisation des médicaments pour les foyers à São Tomé et Príncipe Rapport de l'enquête réalisée à São Tomé et Príncipe", Ministère de la Santé, Organisation Mondiale de la Santé, UNICEF, policopiado, (Online). Disponível em www.afro.who.int
- WHO (2011), "WHO Model List of Essential Medicines 17th List", WHO, (Online). Disponível em <http://www.who.int/medicines/publications/essentialmedicines/en/index.html>

Legislação consultada:

"Decreto-Lei n.º 176/2006", *Diário da República Portuguesa*, (Online). Disponível em www.infarmed.pt

"Decreto n.º 53/06", *São Tomé e Príncipe – Diário da República*.

"Decreto n.º 52/98", *São Tomé e Príncipe – Diário da República*

ANEXOS

CURRICULUM VITAE



INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome
Morada
Telefone
Fax
Correio electrónico

Vânia do Carmo Marques Tira-Picos

vcarmop@gmail.com

Nacionalidade
Data de nascimento

Portuguesa
14 de Agosto de 1970

FORMAÇÃO ACADÉMICA

- Datas (de – até)
- Nome e tipo de organização de ensino ou formação
 - Principais disciplinas / competências profissionais
- Designação da qualificação atribuída
- Classificação obtida
- Datas (de – até)
- Nome e tipo de organização de ensino ou formação
 - Principais disciplinas / competências profissionais
- Designação da qualificação atribuída
- Classificação obtida

De Outubro 1988 a Abril de 1994
Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

Ciências Farmacêuticas

Licenciatura em Ciências Farmacêuticas

15 valores

Setembro de 2002 a Dezembro de 2006
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Química Analítica Aplicada

Mestrado em Química Analítica Aplicada

Bom

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Datas (de – até)
- Nome e endereço do empregador
 - Função ou cargo ocupado
 - Principais actividades e responsabilidades
- Datas (de – até)
- Nome e endereço do empregador
 - Função ou cargo ocupado

Desde Abril de 1994
Ministério da Defesa Nacional
Oficial Farmacêutica do Exército
Sub-Directora do Laboratório de Toxicologia do Exército;
Chefia do Serviço de Controlo da Qualidade do Laboratório Militar;
Oficial de Segurança; Chefia dos Serviços Industriais do Laboratório Militar

De Setembro de 1994 a Abril de 1998

Farmácia Cristina
Farmacêutica de Oficina

- Principais actividades e responsabilidades
- Datas (de – até)
- Nome e endereço do empregador
- Função ou cargo ocupado
- Principais actividades e responsabilidades

Desempenho de funções técnicas

De Abril de 1994 a Julho de 1994
Sofarimex (indústria farmacêutica)

Técnica Licenciada

Desempenho de funções técnicas no Serviço de Controlo da Qualidade

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Primeira Língua

Português

OUTRAS LÍNGUAS

INGLÊS

- Compreensão escrita
 - Expressão escrita
 - Expressão oral

BOM

BOM

MUITO BOM

- Compreensão escrita
 - Expressão escrita
 - Expressão oral

ALEMÃO

BOM

SUFICIENTE

SUFICIENTE

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS SOCIAIS

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

APTIDÕES E COMPETÊNCIAS ARTÍSTICAS

OUTRAS APTIDÕES E COMPETÊNCIA

CARTA DE CONDUÇÃO

Ligeiros

INFORMAÇÃO ADICIONAL